



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ WHELLISON BRITO DOS SANTOS

**O conteúdo do trabalho da/o assistente social na contrarreforma da Política de  
Assistência Social brasileira**

Recife - PE  
2022

JOSÉ WHELLISON BRITO DOS SANTOS

**O conteúdo do trabalho da/o assistente social na contrarreforma da Política de  
Assistência Social brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliane Feix Peruzzo

Recife – PE

2022

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237c Santos, José Whellison Brito dos

O conteúdo do trabalho da/o assistente social na contrarreforma da Política de Assistência Social brasileira / José Whellison Brito dos Santos. - 2022.

157 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Juliane Feix Peruzzo.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2022.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Assistência social. 2. Serviço social. 3. Pobreza. I. Peruzzo, Juliane Feix (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2023 – 055)

**José Whellison Brito dos Santos:** *O conteúdo do trabalho da/o Assistente Social na contrarreforma da Política de Assistência Social brasileira.*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

**Linha de Pesquisa:** Serviço Social, Trabalho e Questão Social

**Área de concentração:** Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 09/12/2022 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Participação via Videoconferência

Prof.<sup>a</sup> Dra. Juliane Feix Peruzzo (Orientadora e Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Cavalcante Soares (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sheyla Suely de Souza Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual da Paraíba

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Sebastien Gabriel Fabien Ghislain Antoine (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 09 de dezembro de 2022.

## RESUMO

A adoção da programática ultraneoliberal enquanto resposta a mais um episódio de crise capitalista foi o terreno onde se desenvolveu a conjuntura brasileira pós-golpe de 2016, a Política de Assistência Social (PAS) e o trabalho da/o assistente social. A presente pesquisa partiu do pressuposto que tais mudanças conjunturais da realidade mundial e nacional, estruturadas pela continuidade de um modelo flexível de acumulação e produção, impeliam alterações no conteúdo do trabalho das/os assistentes sociais, particularmente nas demandas, no controle e na produtividade do trabalho. O aumento do fenômeno da pobreza, expressão da fase de crise capitalista, encontra na PAS uma das formas de intervenção do Estado monopolista nessa nodal expressão da questão social. Desde uma via ultraneoliberal a contrarreforma da PAS foi realizada na reformulação dos seus dois principais eixos, os programas de transferência de renda e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), endossando em diferentes medidas a fascistização do governo brasileiro no pós-golpe de 2016. O objetivo da pesquisa foi analisar impactos desse processo no conteúdo do trabalho do/a assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), intensificado pela pandemia de Covid-19, momento em que a PAS foi colocada no centro das contradições econômico-políticas, tanto na sua classificação como um dos serviços essenciais quanto no uso de programas como o Auxílio Emergencial. Para tanto, valendo-se da teoria do valor marxiana, do materialismo histórico-dialético e da metodologia do estudo de caso ampliado de Burawoy, foi realizada uma pesquisa empírica, a partir de observação participante e entrevistas, junto a quatro assistentes sociais vinculados/as a dois CRAS situados no bairro do Ibura, em Recife – PE, durante os meses de junho, julho e agosto de 2021, segundo ano de duração da pandemia de Covid-19. Os profissionais foram convocados a objetivar prestações públicas frente ao crescimento do fenômeno da pobreza, especialmente no desenvolvimento de atividades relacionadas a Benefícios Eventuais (BE), na forma de cestas básicas, e de processos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os resultados foram sintetizados na tese de que a contrarreforma da PAS, desdobramento da renovação do programa neoliberal do pós-golpe de 2016, foi fortemente disputada pela cultura profissional democrática impressa no conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS.

**Palavras-chave:** Assistência Social. Serviço Social. Pobreza. Conteúdo do trabalho.

## ABSTRACT

The adoption of the ultraneoliberal programmatic as a response to yet another episode of capitalist crisis was the terrain where the post-coup of 2016 Brazilian situation, the Social Assistance Policy (PAS) and the work of the social worker developed. This research started from the assumption that such conjunctural changes in the world and national reality, structured by the continuity of a flexible model of accumulation and production, impelled changes in the content of the work of social workers, particularly in the demands, control and productivity of the job. The increase in the phenomenon of poverty, an expression of the capitalist crisis phase, finds in the PAS one of the forms of intervention by the monopoly State in this nodal expression of the social issue. From an ultraneoliberal path, the counter-reform of the PAS was carried out in the reformulation of its two main axes, the income transfer programs and the Unified Social Assistance System (SUAS), endorsing, in different measures, the fascistization of the Brazilian government in the post-coup of 2016. The objective of the research was to analyze the impacts of this process on the content of the social worker's work at the Social Assistance Reference Center (CRAS), intensified by the Covid-19 pandemic, when the PAS was placed at the center of economic contradictions -policies, both in its classification as one of the essential services and in the use of programs such as Emergency Aid. To this end, using the Marxian value theory, historical-dialectical materialism and the methodology of Burawoy's extended case study, an empirical research was carried out, based on participant observation and interviews, with four social workers linked to two CRAS located in the Ibura neighborhood, in Recife - PE, during the months of June, July and August 2021, the second year of duration of the Covid-19 pandemic. Professionals were summoned to target public benefits in the face of the growth of the phenomenon of poverty, especially in the development of activities related to Eventual Benefits (BE), in the form of basic baskets, and processes of the Benefit of Continued Provision (BPC). The results were synthesized in the thesis that the PAS counter-reform, a result of the renewal of the post-coup neoliberal program of 2016, was strongly disputed by the democratic professional culture imprinted in the content of the social worker's work at CRAS.

**Keywords:** Social Assistance. Social service. Poverty. work content.

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	8
<b>2. Pobreza, crise estrutural e resposta ultraneoliberal</b> .....	22
2.1 Sobre a relação entre crise e pobreza .....	22
2.2 A gestão ultraneoliberal da pobreza .....	28
<b>3. A gestão ultraneoliberal da pobreza no Brasil pós-golpe de 2016: a contrarreforma da Política de Assistência Social</b> .....	41
3.1 O neoliberalismo de ontem e hoje .....	41
3.2 O ulteneoliberalismo e a contrarreforma da PAS.....	53
3.3 Assistência social e pobreza no Brasil contemporâneo .....	67
<b>4. A cultura profissional do serviço social brasileiro nos anos 2000: democracia e ultraneoliberalismo</b> .....	74
4.1 Democracia, projeto profissional e cultura profissional dos anos 2000 .....	74
4.2 Ultraneoliberalismo, conservadorismo e serviço social .....	85
<b>5. O conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS e os impactos da contrarreforma da PAS</b> .....	93
5.1 Impactos da contrarreforma no orçamento da PAS em Recife (PE) .....	93
5.2 “Morte morrida ou foi morte matada?”: a gestão da pobreza na contrarreforma da PAS 100	
5.3 “ <i>Sem internet o CRAS não funciona</i> ”: o conteúdo do trabalho e a tecnologia na gestão da pobreza .....	114
5.4 “ <i>Eu fui dormir já era madrugada</i> ”: o conteúdo do trabalho, a precarização, a perseguição política e a cultura profissional dos anos 2000 .....	128
<b>6. Conclusão</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	147
<b>Apêndice A - Roteiro de entrevista</b> .....	154
<b>Anexo A - Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa</b> .....	155

## 1. Introdução

A presente tese de doutorado teve como objeto de estudo o conteúdo do trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O conteúdo do trabalho da/o assistente social é aqui compreendido como o amálgama formado pela regulamentação/normatização do trabalho (oriundas da instituição empregadora, no caso da nossa pesquisa, como a Prefeitura do Recife, do SUAS, da Gerência de Proteção Básica, do Ministério da Cidadania, bem como, do conjunto CFESS/CRESS)<sup>1</sup> e a realização do trabalho em si, os seus elementos dinâmicos e inovadores (a capacidade de inovação humana, para além do trabalho prescrito e normatizado). Trata-se de um conteúdo constitutivo do produto do trabalhador coletivo<sup>2</sup>, uma matéria objetiva e dinâmica, atrelada a processos de trabalho, mesmo que realizados no interior do Estado<sup>3</sup>.

A cobertura do SUAS em território nacional acompanhou, no início da segunda década dos anos 2000, os mesmos níveis de descentralização administrativa alcançados pela política de saúde, chegando à quase totalidade dos municípios brasileiros. “Em 2010, 4.720 municípios possuíam CRAS em seu território e esse número aumentou para 5.512 em 2017, o que representa 98,9% dos 5.700 municípios brasileiros” (MC 2018, p. 41). Sendo que, quando considerados os municípios de médio porte, isoladamente, “cerca de 67%, possuem de 2 a 3 CRAS” (218 municípios) (MC, 2018, p. 42). Quanto aos CREAS, houve “[...] um aumento de 56 unidades em todo o país, de 2016 para 2017, passando de 2.521 para 2.577” unidades em todo o território nacional (MC, 2018, p. 45).

Os/as assistentes sociais representam 19,3% de toda a força de trabalho incorporada pelos CRAS em território nacional, ou seja, 21.594 trabalhadoras/es (MC, 2021). Após a criação do SUAS em 2004, o assistente social passou a incorporar os quadros técnicos da força de trabalho estatal no processo de descentralização administrativa dos serviços públicos no Brasil. O SUAS, principalmente através dos

---

<sup>1</sup> Conselho Federal de Serviço Social e respectivos Conselhos Regionais de Serviço Social

<sup>2</sup> Trabalhador coletivo é aqui entendido como o corpo de especializações inerentes à divisão do trabalho capitalista e precursor do desenvolvimento das forças produtivas na teoria do valor trabalho marxiana, em “*Divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade*”, capítulo 12, V. I, de “O capital: crítica da economia política” (MARX, 2014).

<sup>3</sup> O debate sobre o trabalho do assistente social possui muitas discordâncias interpretativas quanto aos imbricamentos entre trabalho e Estado, podendo ser ligeiramente agrupados em dois níveis de produção: um grupo de produções emergentes do movimento de reconceitualização e intenção de ruptura, da década de 1980, que se debruçou sobre a emergência e institucionalidade profissional, de sínteses interpretativas distintas, analisadas por Iamamoto (2012) e Montaña (2007); um segundo grupo de pesquisas mais recentes, reconhecido pelas continuidades no âmbito da produção do conhecimento do denominado movimento de intenção de ruptura, retomando-o em seus avanços, mas dissonante, analisando o serviço social ora como uma *práxis* (VASCONCELOS, 2015), ora como ideologia (COSTA, 2011) e ora como prática social (ABREU, 2016).

CRAS, estão presentes na quase completude dos municípios brasileiros, tornando-se um dos equipamentos públicos essenciais do contemporâneo padrão de proteção social nacional.

O SUAS, atravessado pela contradição da pedagogia da hegemonia demarcada por programas de transferência de renda (MOTA, 2010; MOTA, AMARAL, PERUZZO, 2012), antes de mais, é uma conquista. Os CRAS e os serviços socioassistenciais do SUAS propõem meios objetivos de “prevenção de riscos” e “fortalecimento de vínculos”<sup>4</sup>, voltando-se a grupos específicos como mulheres (“1,6 milhão de mulheres foram ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil”, em 2019<sup>5</sup>), crianças (entre as “[...] causas externas, as agressões são as que mais matam crianças e adolescentes, a partir de 10 anos”<sup>6</sup>), idosos, dentre outros.

A expansão alterou a relação do serviço social com a Política de Assistência Social (PAS), haja vista que a dinâmica de sua objetivação ocorreu após as sucessivas contrarreformas do Estado brasileiro, imprimindo novos elementos de uso da força de trabalho condizentes com o novo padrão de racionalidade emergente.

Ao longo de quase duas décadas, enquanto meio de intervenção do Estado sobre determinadas expressões da questão social, especialmente aquelas afetas a pobreza e a violência, O SUAS se altera de acordo com os diferentes projetos nacionais em jogo nas diferentes conjunturas. Precisamente, sua criação e expansão ao longo do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista, entre 2004 e 2016, difere dos intuítos postos sobre ele no novo ciclo ultraneoliberal do Golpe de 2016, adensado com a pandemia de Covid-19.

Essa problemática e contexto nos levou a nossa questão de pesquisa: como as transformações mais recentes na PAS, orientadas pela conformação ultraneoliberal do capitalismo brasileiro pós-golpe de 2016 e conjuntura pandêmica, afetaram o conteúdo do trabalho do/a assistente social nos CRAS?

---

<sup>4</sup> A inserção dessas expressões ao vocabulário da cultura profissional do serviço social brasileiro nos anos 2000 é uma demonstração desse impacto da PAS e da criação do SUAS. Silveira Junior (2016) avança de forma pertinente ao entendimento das concepções de assistência social e suas ideologias presentes em um de seus nichos de disseminação, as atividades de capacitação, lembremo-nos, voltadas não só para assistentes sociais.

<sup>5</sup> De acordo com a BBC News, em “Violência contra a mulher: novos dados mostram que ‘não há lugar seguro no Brasi’”. Acessado em 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>

<sup>6</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRSCO), em “Sobre a violência contra crianças, adolescentes e jovens brasileiros”. Acessado em 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/sobre-a-violencia-contra-criancas-adolescentes-e-jovens-brasileiros/40061/>

Nessa linha traçamos como objetivo geral do processo de investigação analisar o conteúdo do trabalho dos/as assistentes sociais vinculados aos CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima/COHAB em Recife, Pernambuco, no contexto pós-golpe de 2016 e da Pandemia de Covid-19, traçando os seguintes objetivos específicos:

- Estudar incidências do uso de novas tecnologias organizacionais, da informação e comunicação no conteúdo do trabalho do assistente sociais vinculados aos CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima/COHAB, em Recife, Pernambuco;
- Entender como instrumentos de trabalho, competências e atribuições profissionais, compositores do conteúdo do trabalho dos assistentes sociais vinculados aos CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima/COHAB, relacionam-se à cultura profissional do serviço social brasileiro nos anos 2000.

Para tanto, guiado pelo materialismo histórico-dialético, partimos da compreensão que entender o conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS é entender a essência de toda e qualquer manifestação do ser social, o/a trabalhador/a e o produto do seu trabalho (MARX, 2014). Incorporando desdobramentos metodológicos desse método, operados pelo estudo de caso ampliado de Burawoy (2014), fornecedores de caminhos para inserção no cotidiano de trabalho que, diante dos objetivos de pesquisa já mencionados, nos ajudassem a desvelar os elementos próprios que a interação com essa realidade poderia oferecer<sup>7</sup>.

Os CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima/COHAB, no bairro do Ibura em Recife, Pernambuco, por ambos serem situados em um bairro do Ibura, onde reconhecidamente estão assentadas grossas camadas da superpopulação relativa em nível municipal, manifestante do fenômeno da pobreza, objeto da intervenção estatal pela via da violência policial e pela via da assistência social, haja vista ser o único bairro da cidade com a presença de dois CRAS. Trata-se do bairro com maior número de mortes por desabamentos ocasionados por chuvas intensas (SOUZA *et al*, 2014), que disputa a liderança nos índices de mortos e feridos em tiroteios de toda a Região Metropolitana de Recife (RMR)<sup>8</sup>. “Indo além dos números, esta realidade se confirma. É realmente um bairro pobre, com muitas carências. Uma mistura de subúrbio emergente e invasões com

---

<sup>7</sup> A parte empírica da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP – UFPE), presente no ANEXO 1.

<sup>8</sup> De acordo com a plataforma *Fogo Cruzado* o bairro do Ibura foi aquele com maior presença de tiroteios registrados na cidade do Recife, em 2019. Acessado em 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>

saneamento básico quase inexistente”, ou, na visão de uma moradora, “*moro aqui porque não posso ir para um bairro melhor. É ruim aqui [a estrutura], dá pra ver, mas a gente vai levando*”, declarou a dona de uma lanchonete a mais de 25 anos na U.R.5<sup>9</sup>, identificada como “Parada do lanche”, ao Diário de Pernambuco (Por Mike Torres, em 23 de novembro de 2015)<sup>10</sup>.

Assim, a escolha por tais CRAS foi feita levando em consideração como aparelhos públicos da proteção social do SUAS intervêm sobre o fenômeno da pobreza expresso pela superpopulação relativa no interior de grandes metrópoles, como Recife (PE), contando com o/a assistente social nas suas formas de objetivação. Como é previsto na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS, 2012), a abertura desses equipamentos segue a lógica de inserção junto a tais territórios onde há maior presença do fenômeno da pobreza. O Ibura era, no momento de realização da pesquisa, o único bairro com duas unidades de proteção social básica, o que deflagrava as proporções da pauperização da classe trabalhadora naquele território e as preocupações por parte do governo municipal quanto a gestão superpopulação relativa nele represada. Junto a isso, o histórico desses aparelhos deflagravam elementos pertinentes quanto a relação entre a dinâmica geral da PAS em nível nacional e particularidade do município de Recife (PE). Curiosamente, o CRAS Ibura de Baixo, com mais de quinze anos de funcionamento, demonstraria uma instituição pública que já teria enraizamento social no bairro e na cidade, acompanhando o ciclo de expansão do SUAS no ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista, enquanto o segundo, o CRAS Ibura de Cima, com apenas quatro anos de funcionamento, contraditoriamente, denotaria uma expansão da rede SUAS no contexto de retração da PAS em nível nacional após o golpe de 2016 na conjuntura ultraneoliberal. Tais aparelhos foram exemplares da intervenção municipal, estadual e nacional quanto a intervenção sobre a crise sanitária, momento em que houve a realização da pesquisa.

---

<sup>9</sup> O bairro é originário de um projeto habitacional dirigido ao conjunto de pessoas atingidas pela “cheia de 1966”, dentre outros fatores históricos, de acordo com a Fundação Joaquim Nabuco (2018) culminantes na divisão microrregiões internas até hoje utilizada oficialmente e pelos moradores como Unidades Residenciais (U.R.’s).

<sup>10</sup> A descrição jornalística e os dados já coletados nos remetem aos mocambos da literatura de Castro (2007) e ao “serviço social contra os mocambos”, das décadas de 1940 e 1950, em Recife, quando se afirmava: “essas sociedades, na sua vida tumultuada, carregando um mundo de sofrimentos. Despejos noturnos à base de violência, perseguições policiais, incompreensões de autoridades, prisões de seus membros e diretores, demolições de mocambos, indenizações mesquinhas sob pressão e, até, por incrível que pareça, fechamentos de salas de aula primária, instaladas em mocambos e mantidas por mocambeiros” (BEZERRA, 1965, p. 44 *apud* FARIAS; MONTALVÃO, 2020).

Quanto aos sujeitos pesquisados, a escolha foi feita tendo em vista serem assistente sociais com maior tempo de vinculação ao posto de trabalho de *analista social*<sup>11</sup>, em cada CRAS escolhido como lócus de pesquisa. O maior tempo de vinculação ao CRAS demonstraria um grau mais avançado de entrosamento com os processos de trabalho desenvolvidos, ou seja, mais cristalização no interior da instituição do que é definido como o conteúdo do trabalho. A partir dessas escolhas prévias chegamos aos quatro sujeitos de pesquisa, denominamos de P.1, R.1, S.1 e S.2 (Quadro 1).

**Quadro 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Sujeito	Descrição
<b>CRAS Ibura de Baixo</b>	
<b>P.1</b>	<i>43 anos, graduado/a a mais de duas décadas em universidade pública, mestre em gestão pública para o desenvolvimento do nordeste, servidor/a público/a efetivo/a do CRAS a mais de dez anos.</i>
<b>R.1</b>	<i>35 anos, graduado/a a mais de uma década em universidade pública, mestranda em serviço social e especialista em políticas sociais, servidor/a público/a efetivo/a do CRAS a mais de dez anos.</i>
<b>CRAS Ibura de Cima/COAHB</b>	
<b>S.1</b>	<i>34 anos, graduado/a a mais de uma década em universidade pública, especialista em PAS e em urgência e emergência hospitalar, servidor/a público/a temporária do CRAS a quase dois anos.</i>
<b>S.2</b>	<i>48 anos, graduado/a a mais de duas décadas em universidade privada, especialista em políticas sociais, servidor/a público/a temporária do CRAS a quase dois anos.</i>

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

A observação junto aos sujeitos ocorreu durante os meses de junho, julho e agosto de 2021, segundo ano de duração da pandemia de Covid-19 no Brasil, momento impositor de novas rotinas inerentes aos protocolos sanitários e de exigências postas aos profissionais quanto as formas de intervenção estatal. O contexto histórico de realização da pesquisa foi de agravamento do fenômeno da pobreza materializado pela superpopulação relativa que procurava junto aos CRAS saídas possíveis para seu profundo grau de pauperização, sobretudo a partir da concessão de Benefício Eventual – cesta básica (BE – cesta básica).

A vinculação ao cotidiano de trabalho foi feita intercalando as agendas possíveis dos sujeitos pesquisados no interior do CRAS, acompanhando entre cinco e treze turnos (manhã e/ou tarde) de cada assistente social e reuniões de equipe (Quadro 2). Tivemos

<sup>11</sup> Termo próprio para definição de *técnico de nível superior* do SUAS no município de Recife, função assumida pelos assistentes sociais no espaço do CRAS seguindo as normatizações legais nacionais.

maior frequência durante o mês de julho e menor no mês de agosto, quando realizamos as entrevistas.

**Quadro 2: organograma da observação participante**

<b>Junho</b>					
<b>Semana 1</b>	Segunda (21)	Terça (22)	Quarta (23)	Quinta (24)	Sexta (25)
Manhã	P.1	--	Reunião de equipe (CRAS Ibura de Baixo)	** (feriado estadual)	** (feriado estadual)
Tarde	P.1	R. 1	--	** (feriado estadual)	** (feriado estadual)
<b>Semana 2</b>	Segunda (28)	Terça (29)	Quarta (30)	Quinta (01)	Sexta (02)
Manhã	P.1	--	Reunião de equipe (CRAS Ibura de Baixo)	Primeira visita ao CRAS COHAB	**
Tarde	P.1	R.1	--	--	**
<b>Julho</b>					
<b>Semana 3</b>	Segunda (05)	Terça (06)	Quarta (07)	Quinta (08)	Sexta (09)
Manhã	P.1	--	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Baixo)	S.2	S.1
Tarde	S.1	--	--	--	** (dedetização)
<b>Semana 4</b>	Segunda (12)	Terça (13)	Quarta (14)	Quinta (15)	Sexta (16)
Manhã	P. 1	--	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Baixo)	S.1	** (feriado municipal)
Tarde	P.1	R.1	--	--	** (feriado municipal)
<b>Semana 5</b>	Segunda (19)	Terça (20)	Quarta (21)	Quinta (22)	Sexta (23)
Manhã	P.1	--	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Baixo)	S.2	S.1
Tarde	P.1	** (esgotamento mental)	--	S.2	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Cima)
<b>Semana 6</b>	Segunda (26)	Terça (27)	Quarta (28)	Quinta (29)	Sexta (30)
Manhã	P.1	--	Reunião de Equipe	S.2	S.2

			(CRAS Ibura de Baixo)		
Tarde	R.1	R.1	--	S.2	--
<b>Agosto</b>					
<b>Semana 7</b>	Segunda (02)	Terça (03)	Quarta (04)	Quinta (05)	Sexta (06)
Manhã	P.1	--	** (não houve reunião)	S.1	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Cima)
Tarde	P.1	** (férias de R.1)	--	S.1	
<b>Semana 8</b>	Segunda (09)	Terça (10)	Quarta (11)	Quinta (12)	Sexta (13)
Manhã	--	--	--	--	--
Tarde	--	--	--	--	--
<b>Semana 9</b>	Segunda (16)	Terça (17)	Quarta (18)	Quinta (19)	Sexta (20)
	--	--	S.2	--	--
	--	S.2	--	--	--
<b>Semana 10</b>	Segunda (23)	Terça (24)	Quarta (25)	Quinta (26)	Sexta (27)
Manhã	P.1	--	--		
Tarde	P.1	--	Reunião de Equipe (CRAS Ibura de Cima)		
<p>Legenda:</p> <p>P.1 = Assistente Social 1, Ibura de Baixo.  R.1 = Assistente Social 2, Ibura de Baixo.  S.1 = Assistente Social 3, Ibura de Cima.  S.2 = Assistente Social 4, Ibura de Cima.  -- = dias em que não fiz pesquisa de campo por choque de horário com atividades pessoais  ** = dias em que, por questões de ajustes nas agendas dos profissionais (participação de reuniões e capacitações fora do CRAS) e/ou de calendário da instituição, não houve pesquisa de campo.</p>					

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

As entrevistas, na modalidade semiestruturadas (Apêndice 1), feitas no final do mês de agosto de 2021, completando o manuseio dos instrumentais de pesquisa observação e diário de campo, tiveram como objetivo o diálogo a respeito de elementos captados no acompanhamento do cotidiano de trabalho, dividindo-se entre três blocos, respectivamente: *cotidiano, demandas de trabalho e conjuntura pandêmica; cotidiano, tecnologia e flexibilização; particularidades dos sujeitos pesquisados.*

A ciência reflexiva proposta por Burawoy (2014), utilizada na pesquisa, possui quatro efeitos de contexto precisamente caracterizados no processo de observação participante, virtualizados em outros quatro efeitos de poder inerentes a esses contextos, ambos expressos no estudo de caso ampliado.

A escolha desse método foi orientada pelos resultados já obtidos pelo seu precursor em suas pesquisas sobre o trabalho no mundo ocidental de capitalismo globalizado. Como “nós não podemos observar a realidade social sem teoria, assim como nós não podemos observar o mundo físico sem nossos olhos” (BURAWOY, 2014, p. 13), partimos da percepção que as formas de interação entre essas duas dimensões do saber possuíam limitações expressivas quanto à sua mediação no desenvolvimento de alguns dos nossos trabalhos anteriores. Na ocasião da nossa última pesquisa, quando nos debruçamos sobre as demandas institucionais e respostas profissionais do/a assistente social no CRAS (SANTOS, 2016), já manifestávamos o interesse pelo “o retorno da teoria ao campo” (BURAWOY, 2014, p. 10). Nossas indagações eram motivadas pela tentativa compreensão da relação do serviço social com a expansão do mercado de trabalho na PAS, tentando chegar a uma compreensão mais minuciosa do que era de fato o trabalho realizado naquele espaço, não só circunscritas as normatizações expressas no campo legal e político institucional. Contudo, nos limitamos ao uso de instrumentos como entrevistas semiestruturadas que, apesar de fornecerem dados relevantes, ainda abriam pouco espaço para a interlocução com a processualidade cotidiana em que se manifestava outras determinações do objeto em tela que escapavam a metodologia de coleta de dados. As entrevistas se desdobravam em apenas uma vista momentânea de algumas horas aos espaços de trabalho.

No desenvolver da presente tese, quando nos intercambiamos com a metodologia do estudo de caso ampliado, encontramos os meios necessários para realizar esse tipo de ampliação metodológica, a partir da observação participante de base etnográfica. Essa metodologia, estranha ao interior da área de produção do serviço social brasileiro, talvez pelos receios de sua utilização pela razão pós-moderna no interior da academia, na justificação da fragmentação da realidade em esferas singulares e na negação da perspectiva de totalidade, ponto oposto onde se situava a crítica marxista ao qual se vincula hegemonicamente a mencionada área de produção. Com “o objetivo de extrair o universal do particular”, o estudo de caso ampliado de Burawoy (2014, p. 41) é uma elaboração marxista que se confronta diretamente com a ciência positiva, reposicionando

ferramentas metodológicas que pertencem ao campo das ciências sociais com um todo, não apenas a um de seus redutos.

Ao tratar de um objeto de pesquisa como o conteúdo do trabalho, que na definição que adotamos está pra além do trabalho normatizado, o encontro com a metodologia do caso ampliado possibilitou a ampliação das técnicas de pesquisa anteriormente utilizadas, demonstrando caminhos possíveis de interlocução com os espaços cotidianos de trabalho onde esse conteúdo poderia se manifestar, a partir da observação participante e desde uma elaboração marxista de seu manuseio. Apesar de continuarmos utilizando o instrumento entrevista, ela mesma apresenta distinções quanto manuseada a partir dessa metodologia, agora fundamentadas e enriquecidas pelos elementos sistematizados em diário de campo ao fim da observação participante, frustrando cristalizações abstratas do campo da teoria que podem minar a riqueza expressões do cotidiano. Um outro exemplo notório das ampliações metodológicas oriundas do estudo de caso ampliado é o acompanhamento de situações que a pesquisa na área de produção do conhecimento serviço social brasileiro, como o acompanhamento de reuniões de trabalho, o que não seria tangível sem a observação participante. Entre os efeitos de poder e os denominados contextos de intervenção, relacionados aos elementos próprios de um processo de inserção em uma realidade específica como pesquisador, encontramos as extensões propostas por Burawoy (2014), tanto do ponto de vista da intervenção como dos seus resultantes frente a reelaboração teórica, como tratamos a partir de agora.

O efeito de contexto *intervenção* e sua ampliação consistiria em assumir a interferência que a relação entre observador/entrevistador e participantes/entrevistados, rompendo interdições a reatividade (BURAWOY, 2014). Ele carrega consigo o efeito de poder da *dominação*, onde as características sociais do observador definem influências diretas no cotidiano dos participantes (BURAWOY, 2014).

O contexto de intervenção revelou um certo estranhamento entre os/as assistentes quanto à minha intervenção em seu cotidiano de trabalho, alguns chegaram a comentar terem participado de pesquisas restritas apenas a entrevistas e não ao acompanhamento do seu cotidiano. A figura estranha do pesquisador havia rompido barreiras que os sujeitos já conheciam, mas não possuíam familiaridade. Contudo, logo nas primeiras semanas de pesquisa, ocorreram eventos de forte disputa sobre competências e instrumentos profissionais, no decorrer de uma reunião de equipe do CRAS Ibura de Baixo<sup>12</sup>,

---

<sup>12</sup> Tal evento é destacado no Capítulo 4 da presente tese, no tópico em que abordamos as incidências da tecnologia organizacional da gestão por competências sobre no conteúdo do trabalho.

demonstrativas de conforto das pessoas envolvidas ao emitirem posições que poderiam ser consideradas ambíguas pelo pesquisador. O conforto e aderência foi sendo conquistada a partir da compreensão que a minha presença naquele espaço não assumiria uma posição fiscalizatória e/ou punitiva.

O principal efeito de *dominação* se manifestou no mesmo sentido. A posição de pesquisador em nível de doutoramento e professor universitário trazia consigo uma hierarquia espelhada em resistências por parte dos pesquisados, quanto a modulações iniciais na comunicação com as pessoas atendidas e equipe, no rigor com os horários de trabalho, dentre outras posições facilmente questionáveis quanto a uma conduta do ‘certo’ e ‘errado’. Os questionamentos que fiz sobre os códigos e processos por eles/elas operados demonstravam o meu nível de desconhecimento quanto ao trabalho e, também, o despreparo emocional a respeito do desgaste físico e mental no lidar com os frequentes absurdos identificados no fenômeno da pobreza materializados nas histórias de vida das pessoas atendidas e acompanhadas no CRAS. Logo, essa demonstração de quebra da hierarquia do saber acadêmico foi sendo incorporado pelos/as assistente sociais como equivalência dos distintos saberes postos em cena<sup>13</sup>.

O efeito de contexto *processo* diz respeito a captura das experiências situacionais, das narrativas apresentadas, o que implica, diante da multiplicidade, realizar algumas escolhas e reduções (BURAWOY, 2014). O efeito de poder virtualizado nesse contexto é o *silenciamento*, preterir realidades presentes no contexto em torno de um discurso e/ou ideologia hegemônica (BURAWOY, 2014).

Um das nossas principais descobertas de pesquisa, qual seja, o conteúdo do trabalho do assistente social com a gestão da pobreza a partir de uma perspectiva reducionista e, por isso, violenta, posta pela institucionalização da miséria no ciclo ultraneoliberal, foi identificada desde as primeiras semanas de observação participante. O grande número de BE – cesta básica, centralizadores de parte das rotinas de trabalho, havia se tornado uma das principais atividades desenvolvidas no interior do CRAS. Inicialmente, denotamos uma diferenciação da nossa última inserção junto a assistentes

---

<sup>13</sup> Um efeito de poder correspondente a *dominação*, facilmente denotado foi a hierarquia de gênero. Um dos sujeitos era homem, o que trouxe uma identificação e conforto quanto a muitas de suas posturas dentro da hierarquia de gênero no interior da cultura institucional do CRAS. Era notório certo desconforto por parte das assistentes sociais mulheres ao dividir espaços isolados da sala de atendimento com um homem jovem que poderia oferecer riscos, o que também foi sendo desconstruído quando nos processos de interação se descobria que eu era homossexual e casado outro com outro homem. Em ambos os casos, o sexo e identidade de gênero masculina associavam-se a posição de pesquisador e acadêmico e me colocava em uma situação hierarquicamente privilegiada.

sociais no CRAS, ocasião em que nosso objetivo foi entender demandas e respostas profissionais na conjuntura do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista (SANTOS, 2016). O que trazíamos como elementos de aproximação aquela realidade, mesmo que em diferentes municípios, estados e conjunturas, confrontou-se com o que encontrávamos.

Uma ótica assistencialista e de caridade suscetível ao tipo de relação própria da doação de alimentos e, de certa forma, retomada na conjuntura pandêmica, era oposta pelos/as assistentes sociais dos CRAS. Mesmo que a percepção assistencialista e caritativa estivesse presente no discurso das pessoas demandantes dos BE- cesta básica, havia sempre uma perspectiva de politização dessa demanda apresentada desde uma ótica do direito social. Demonstrava-se em todos os termos acessíveis que aquilo se tratava de um serviço público, atrelando tal demanda de caráter emergencial (a busca pelo alimento) a outros serviços ofertados no interior do CRAS, como o desenvolvimento de processos de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), para pessoas idosas, dentre outros, enquanto respostas a médio e longo prazo na perspectiva de acesso a direitos sociais.

Contraditoriamente, encontravam-se no mesmo espaço uma forte conotação assistencialista na estruturação da PAS em nível municipal, camuflada pelo respaldo emergencial de resposta ao fenômeno da pobreza, próxima aquela encontrada nas pessoas demandantes por alimento o mais rápido possível, e por alguns trabalhadores de nível médio que desempenhavam funções, como os/as cadastradores/as do Cadastro Único de programas Sociais (CadÚnico). Repetimos, uma conotação que encontrava forte resistência e oposição dos assistentes sociais. Essas diferenças demonstravam uma disputa pelo conteúdo do trabalho, fortemente centralizado nos BE – cesta básica.

A disputa era tolhida pelo poder do Estado empregador a partir de tecnologias organizacionais, da informação e comunicação, que padronizavam e desatrelavam do domínio da/o assistente social atribuições e instrumentos de trabalho. Enquanto a flexibilização e a perseguição política eram acionadas como formas de controlar e punir os desvios de interesse.

O efeito de poder *silenciamento* inerente a esse contexto, mapeado em muitas das descrições no diário de campo, é afeto as relações de raça e gênero. A superpopulação relativa atendida no CRAS é majoritariamente composta por mulheres negras. A dominação racista e machista estava em simbiose com a dominação de classe. As mulheres negras, além de serem as mais atingidas pela pauperização das condições de reprodução da classe trabalhadora, eram também responsabilizadas em seus núcleos

familiares pela busca de saídas junto ao CRAS. Os objetivos de pesquisa que nos levaram ao campo e as escolhas feitas geraram o silenciamento dessa dinâmica estruturante do conteúdo do trabalho, qual seja, a institucionalização do trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres negras.

O efeito de contexto *estruturção* é a forma de conexão entre as experiências situacionais, as reduções já realizadas, e os fatores externos que conformam o caso estudado, reciprocamente. A ele se vincula o efeito de poder *objetivação*, “hipostasiar as forças sociais como coisas externas e naturais” (BURAWOY, 2014, p. 83).

O conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS, desde a criação do SUAS e a incorporação do serviço social enquanto especialidade profissional na sua objetivação, continuou sendo o mesmo, a gestão do fenômeno da pobreza. Não haveria necessidade de desenvolvermos a presente pesquisa se eliminássemos as variações nesse conteúdo, caso partíssemos do pressuposto que mudanças em dimensões de abertura de um ciclo ultraneoliberal na particularidade nacional não impactassem a PAS e o trabalho do/a assistente social no SUAS.

A mudança na forma de gestão desse fenômeno – a institucionalização programática da miséria pelo Estado – não seria passível de compreensão caso não tivéssemos nos debruçado sobre o cotidiano dos sujeitos. A demanda urgente por alimentação, a sua resposta por meio de BE – cesta básica, a conotação assistencialista, a disputa em torno de instrumentos e atribuições profissionais, os duplos vínculos de trabalho, com destaque para o empreendedorismo, a organização política e a perseguição foram aspectos particulares do conteúdo do trabalho encontradas na observação participante.

O efeito de poder *objetivação* transforma tais aspectos suprimíveis por aquilo que o debate teórico já conheceu. O fenômeno da pobreza está atrelado ao fenômeno do desemprego estrutural emergente durante a segunda metade do século XX, ambos inerentes a lei geral de acumulação capitalista que, desde sua origem, conforma a questão social, aprofundando-se em momentos de crise, em especial na atual crise estrutural. As mudanças capitalistas oriundas da universalização do modelo flexível de produção e acumulação afetam o trabalho, sem exclusão daquele desenvolvido pela força de trabalho incorporada pelo Estado na fase monopolista, como a do/a assistente social. Em poucas linhas é possível conectar diretamente o conteúdo do trabalho as tendências mais gerais da realidade, inserindo os aspectos particulares encontrados na dinâmica macrosocietária.

A diferenciação que tentamos realizar, em relação a *objetivação*, foi de continuarmos no entendimento dessas tendências gerais confrontando-as com os aspectos particulares encontrados sobre o conteúdo do trabalho. Existem nesses aspectos novidades históricas pouco exploradas no campo da área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro, tanto no que diz respeito aos problemas oriundos da institucionalização da miséria e da flexibilização, quanto na organização política de assistentes sociais e a vinculação a uma cultura profissional democrática.

Por fim, o quarto e último efeito de contexto é a *reconstrução teórica*, em certa medida autoexplicativa, mas que fortalece o sentido de nexos entre campo (novos e transitórios dados da realidade) e elaborações teóricas (aquelas já estabelecidas e em contínua reafirmação e/ou refutação) (BURAWOY, 2014). A *normatização* é o efeito de poder a ela correspondente, opondo-se a imparcialidade e ao distanciamento, incorporando a capacidade de reconstruir a teoria e, assim, sua criticidade (BURAWOY, 2014).

Guiando-se pelo movimento das categoria trabalho na realidade mundial e brasileira, observamos o fenômeno de progressivo imbricamento entre Estado e contradição de classes no momento de crise estrutural do capitalismo;

O conteúdo do trabalho do assistente social no interior do CRAS é modelado pela configuração ultraneliberal da PAS em contrarreforma e disputado pelos próprios profissionais, sendo composto por diferentes aspectos particulares como: os tensionamentos inerentes ao modelo de assistência social institucionalizador da miséria do capital com reverberações no nível municipal; incidência da tecnologia organizacional de gestão por competências na despossessão de instrumentos e atribuições profissionais e das tecnologias da informação e comunicação na padronização do trabalho; um trabalho precarizado com mecanismos de controle impostos pela flexibilização das formas de contratação, pluriemprego e perseguição política; associação a uma cultura profissional democrática do serviço social brasileiro dos anos 2000.

A teoria do valor trabalho (MARX, 2014) foi a principal fonte teórica para os desdobramentos do estudo, incorporando também alguns de seus intérpretes clássicos e contemporâneos quanto ao desenvolvimento do trabalho no setor de serviços públicos. O núcleo duro dessas elaborações se manteve nos caminhos de análise traçados sobre o objeto de pesquisa.

O processo de investigação elucidado deu origem a estrutura expositiva desta tese. Além desta introdução, a tese é organizada em quatro capítulos e uma conclusão. No

primeiro capítulo abordamos a relação entre pobreza e crise capitalista, destacando algumas das principais tendências das políticas sociais nas suas formas ultraneoliberais. No segundo capítulo abordamos a realidade brasileira, em conexão com essas tendências globais, dando destaque as transformações da passagem do neoliberalismo ao ultraneoliberalismo, no contexto pós-golpe de 2016 e pandêmico, com a contrarreforma da PAS e expressiva presença do fenômeno da pobreza. Em seguida abordamos as problemáticas pertinentes a cultura profissional frente ao tónus conservador e autoritário ultraneoliberal. No último capítulo apresentamos os principais resultados da pesquisa empírica sobre o conteúdo do trabalho do assistente social, traçando suas mediações com os elementos até então problematizados.

Por fim, no último capítulo, apresentamos algumas das nossas considerações finais e a seguinte tese: que a contrarreforma da PAS, desdobramento da renovação do programa ultraneoliberal do pós-golpe de 2016, foi fortemente disputada pela cultura profissional democrática impressa no conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS.

## **2. Pobreza, crise estrutural e resposta ultraneoliberal**

Abordamos aqui a relação entre os episódios de crise e o aumento do fenômeno da pobreza da classe trabalhadora, destacando o ultraneoliberalismo como saída contemporânea a essa contradição.

### **2.1 Sobre a relação entre crise e pobreza**

Encontra-se em Netto e Braz (2009a) uma síntese sobre a compreensão marxista de crise em que se destaca três elementos principais: sua cíclica repetição, em maior ou menor escala, desde o século XIX; a pluralidade de suas causas perpassadas pela anarquia da produção e queda na taxa de lucro, bem como, o subconsumo das massas trabalhadoras; a contradição fundamental entre produção socializada da riqueza e sua apropriada privada pela classe burguesa.

É exatamente sobre a relação entre os episódios de crise e o aumento do fenômeno da pobreza da classe trabalhadora que exploramos nesse subtópico. Netto e Braz (2009) estão dentro da gama de pesquisadores da área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro que na virada entre séculos, momento que a cultura profissional define como renovação do serviço social brasileiro (NETTO, 2010), endossam a compreensão do fenômeno da pobreza enquanto um processo próprio da era moderna e capitalista.

Desde o seu surgimento no mundo e no Brasil, na fase monopolista do capitalismo, o serviço social possui como demanda sócio-histórica a vinculação a formas de intervenção sobre o fenômeno da pobreza (Netto, 2010; 2011). O amadurecimento na forma teórica de sua compreensão é um relevante demarcador da aproximação do serviço social brasileiro com o marxismo.

Netto (2011), em *Cinco notas a respeito da “questão social”*, aborda, já na primeira nota, a originalidade do fenômeno da pobreza enquanto expressão da forma de ser capitalista. Menciona que já existiam ricos e pobres e a própria desigualdade em outros períodos históricos, sendo inédito o processo em que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p. 153). Sendo o surgimento do conceito de questão social relacionado aos “desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2011), ou seja, ao poder da classe trabalhadora na garantia de

suas demandas históricas frente ao crescente pauperismo que se instaurava na Europa do século XIX<sup>14</sup>.

Iamamoto (2012, p. 162) entende a questão social como “expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas”. A autora também realiza um profundo estudo com base na teoria do valor trabalho marxiana a respeito da contínua pauperização da classe trabalhadora, trazendo um conjunto de suas manifestações contemporâneas, dentre elas, o fenômeno da pobreza, relacionando-as a crise e ao processo de intensificação da financeirização capitalista na virada entre os séculos XX e XXI (IAMAMOTO, 2012)<sup>15</sup>.

Yasbeck (2012, p. 289) entende “[...] a pobreza como uma das manifestações da questão social”, localizando-a “[...] no âmbito das relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria”. Em seu estudo, afirma sobre a relação entre crise e pobreza:

a crise global de 2008 foi para os especialistas, inédita, que afetou o modo de produção capitalista, uma crise estrutural, que não é exclusivamente financeira embora tenha sido nessa esfera que ela se originou... Sem dúvida, as consequências dessa crise têm um enorme custo social: o aumento da pobreza e do desemprego (YASBECK, 2012, P. 317).

No conjunto desses autores, em obras de destaca recorrência em uso pela área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro sobre o tema da pobreza, sobressai-se o importante imperativo da lei do valor marxiana que orienta o sistema de exploração e a contradição genética da lei geral da acumulação capitalista.

Nos remetendo diretamente a Marx (2014, p. 723), quando aborda “a lei geral da acumulação capitalista”, são encontradas essas determinações econômico-políticas. A

---

<sup>14</sup> O pesquisador ainda aborda nas demais quatro notas (NETTO, 2011): a política reformista conservador pós-revolução francesa do século XIX que passa a dar trato de naturalização ao problema econômico político originário da questão social; a pauperismo enquanto consequência e continuidade do sistema de exploração do trabalho capitalista; a aparição do debate a respeito de uma nova questão social, nova pobreza e exclusão social ao longo do século XX como problemas de ajustes da relação entre centro e periferia no capitalismo mundializado; por fim, a reiteração marxiana que “a possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 162). O uso contínuo da expressão da categoria de questão social como forma de manter distinguir seu uso mistificador pelo conservadorismo tanto teórico como moral.

<sup>15</sup> A pesquisadora ainda aborda de forma mais ampliada a mesma discussão abordada por Netto (2011) a respeito de conceitos que passam a surgir no Século XX, como exclusão social e nova questão social, realizando uma análise a respeito do debate teórico da escola francesa sobre tais temas. Afirma: “o que fundamenta a existência de uma nova questão social é a negação da existência de classes sociais, a naturalização da desigualdade social, cujas manifestações são deslocadas para a esfera da gestão social. A sociedade é isentada de responsabilidades na produção da questão social, cujas raízes devem ser identificadas nas diferenças das biografias individuais” (IAMAMOTO, 2012).

forte crítica as teorias econômicas e a ideologia conservadora sobre o a pauperização da classe trabalhadora em consolidação no Século XIX envolve nomes como Adam Smith e Thomas Malthus. Na contraposição a naturalização da pobreza que agradava a apologética burguesa em ascensão, Marx (2014, p. 723) parte do pressuposto de que “todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados”. Desse modo, afirma sobre a produção contínua de um exército industrial de reserva:

“se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 2014, p. 743).

As proporções do exército industrial ou do que chama de superpopulação relativa “existe sob os mais variados matizes”<sup>16</sup>, variando em três formas principais: flutuante<sup>17</sup>, latente<sup>18</sup> e estagnada<sup>19</sup>. Sendo o pauperismo<sup>20</sup> “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa [...] o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2014, p. 756). Sintetizando a determinação econômica do pauperismo e suas consequências:

“Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condições de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2014, p.756)”

Seguindo sua lógica expositiva, confrontando o pensamento liberal conservador a respeito do tema, o autor passa a investir nas ilustrações do funcionamento da lei geral da

---

<sup>16</sup> Para Marx (2014, p. 752) “todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado”.

<sup>17</sup> A superpopulação relativa flutuante: “nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas etc., os trabalhadores são ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala de produção. Aí a superpopulação relativa assume a forma flutuante” (MARX, 2014, p.752).

<sup>18</sup> Superpopulação relativa latente: referente especialmente ao processo de acumulação primitiva e migração demográfica dos/as trabalhadoras do espaço rural para o urbano, “[...] pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais se abrem as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (MARX, 2014, p.754).

<sup>19</sup> Superpopulação relativa estagnada: “[...] parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência”. (MARX, 2014, p.754)

<sup>20</sup> O autor ainda divide o pauperismo em três subcategorias: “os aptos para o trabalho”; “órfãos e filhos de indigentes”; “os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar”.

acumulação capitalista, precisamente na Inglaterra do Século XIX. Aqui gostaríamos de destacar a relação entre o fenômeno da pobreza e os momentos de crise, diante do conjunto de exemplos quantitativos a respeito das condições de vida da classe trabalhadora urbana e rural naquele espaço e conjuntura.

Em “efeitos da crise sobre a parte mais bem remunerada da classe trabalhadora”, ainda em referência a dinâmica da lei geral da acumulação capitalista, menciona-se o caso da crise de 1866, “com a bancarrota de um grande banco de Londres, cuja quebra levou de roldão a numerosas sociedades financeiras fraudulentas”, deflagrando a “miséria que se seguiu à crise” com dados da imprensa a respeito da profunda situação de pobreza dos trabalhadores durante o período (MARX, 2014, p. 782). Quanto a Bélgica, em 1855, considerada pelos capitalistas ingleses a época como o paraíso do trabalhador, diz: “encontramos aí uma família trabalhadora belga normal, cujas receitas e despesas estão calculadas na base de dados exatos e cujas condições de alimentação são comparadas com as dos soldados, marinheiros e presidiários” (MARX, 2014, p. 785). Naquilo que era considerado um paraíso, “a menor alteração dos preços dos meios de subsistência mais necessários faz variar o número de óbitos e crimes” (MARX, 2014, p. 787).

Retomando a síntese, “as fases alternadas do ciclo industrial fazem-na [a superpopulação relativa] aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação” (MARX, 2014, p. 752).

Ainda no capital, no terceiro livro, ao tratar a relação entre o capital monetário e o capital real, especialmente quanto ao uso do crédito como forma inerente ao processo de expansão do capital, observa-se: “o máximo de crédito equivale aqui ao investimento mais pleno do capital industrial, isto é, à máxima atividade de sua força de reprodução, sem levar em conta os limites de consumo” (MARX, 2018, p. 573). Quanto a tais limites do consumo, que se inter cruzam com o crédito comercial e monetário nas fases de expansão e crise, afirma:

tal como as coisas se apresentam na realidade, a reposição dos capitais investidos na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas<sup>21</sup>, ao passo em que a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte, pelas leis salariais e, em parte, pela circunstância de que essas leis só se aplicam se for em benefício da classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a

---

<sup>21</sup> Marx (2014) se refere aqui a classe burguesa e ao consumo de matérias primas necessárias a produção e sua relação com a criação do capital comercial e monetário no sistema de crédito no ciclo de reprodução que leva as contínuas crises.

restrição ao consumo de massas em contraste com o ímpeto da acumulação capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta da sociedade (MARX, 2018, p. 574).

Mesmo examinando a algaravia do sistema de crédito, que mesmo no século XIX já apresentava um complexo composto, o autor demonstra que as crises, por mais que possuam detonadores diversos, tem como causa última a imposição da lei do valor para a sociedade capitalista, ou seja, a exploração do trabalho e o contínuo rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora em nome da perpetuação do capital e sua anarquia.

Engles (2003, p. 29), por sua vez, reitera a tese marxiana, afirmando que nos momentos de crise “a força expansiva dos meios de produção rompe as ataduras com que são submetidos pelo modo de produção capitalista”. Na sua abordagem sobre o socialismo utópico e o científico, critica diretamente as mesmas teses liberais e conservadoras a respeito do pauperismo, sobretudo as contradições que esse demonstra em momentos de crise. Nas suas palavras:

a bancarrota política e intelectual da burguesia não é mais um segredo nem para ela mesma e sua bancarrota econômica é um fenômeno que se repete periodicamente em dez anos. Em cada uma dessas crises a sociedade se asfixia, afogada pela massa de suas próprias forças produtivas e de seus produtos, aos quais não pode aproveitar e, impotente, vê-se diante da absurda contradição de que os seus produtores não tenham o que consumir, por falta precisamente de consumidores (ENGLES, 2003, p. 29).

De um ponto de vista de continuidade da dinâmica capitalista ao longo do último século, especialmente no que se relacionada aos problemas de reprodução oriundo da crise mundial instaurada a partir da década de 1970, Mészáros (2011) traz importantes contribuições. Para o pesquisador não se trata de mais uma crise cíclica, como as abordadas por Marx (2014) ou Engles (2003), trata-se de uma crise estrutural. O caráter estrutural da crise, considerando a anarquia da produção e o sistema de controle sociometabólico, possui diferenciações quanto: a sua escala universal, abrangendo todos os países; sua escala de tempo extensa e contínua, tomando todas as esferas da vida social; bruscas disfunções nas esferas de produção/controle, produção/consumo e produção/circulação, dificultando a capacidade de auto ajustamento do sistema, diferente de crises cíclicas como a 1929 (MÉSZÁROS, 2002; 2011) <sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Além das obras aqui referidas a temática do Estado e da é abordada de forma específica em outras obras do autor. Na área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro recomendamos a leitura de Paniago *et al* (2012), publicada pelo Instituto Lukács, reconhecido pela acurada interlocução com o teórico que dá nome ao instituto.

Dessas dificuldades de ajustamento surgem os limites absolutos do capital, dentre esses limites, o que denomina de desemprego crônico. Criticando a miséria do pensamento conservador liberal que envolve o debate a respeito do tema do desemprego e suas conhecidas consequências desde o seu surgimento do capitalismo, diz que “a definição falsa de problemas e a projeção otimista de soluções superpostas a elas [...] devem-se ao fato de não se poder contestar a dinâmica interna perversa do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 318).

Para o autor a dinâmica capitalista dá continuidade ao cerce das suas contradições “[...] o que se chama de ‘excesso de população’ significa, cada vez mais, trabalho supérfluo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 318). Dialogando com os períodos em que os confrontos militares mundiais eram acionados na resolução de contradições do sistema e já apresentavam seus limites, “[...] o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 333). Desta forma, continuando na crítica tanto contemporânea quanto clássica do pensamento conservador liberal, aborda: “sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma do desemprego crônico, como um limite absoluto do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 333).

Desde a literatura especializada da área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro até o pensamento clássico e contemporâneo, o fenômeno da pobreza no interior da teorização marxiana e marxista é um processo latente das crises capitalistas, diante a imposição da lei do valor. Sendo que, na transição entre séculos é instaurada a crise estrutural e o desemprego crônico passa a ser compreendido como um dos limites absolutos do processo de reprodução ampliada do sistema do capital.

O fenômeno da pobreza exige formas de intervenção tanto de um ponto de vista global, haja vista sua presença na própria dinâmica de universalização das relações capitalistas, quanto de um ponto de vista regional e local, inclusive em particularidades nacionais como a brasileira onde se apresenta em proporções históricas estruturais. Na atual fase capitalista, em que o ultraneoliberalismo é a doutrina da burguesia sob o Estado burguês, as formas de intervenção sobre esse fenômeno possuem um caráter cada vez mais cruel e minimalista, como veremos a seguir.

## 2.2 A gestão ultraneoliberal da pobreza

O ultraneoliberalismo é um conceito que passa a ser usado nos últimos anos para definir a agudização da crise estrutural capitalista no século XXI, precisamente após o episódio de crise cíclica de 2008. Na área de produção do serviço social brasileiro a respeito da relação entre Estado e classes sociais é notório a disseminação do conceito.

Cislaghi (2019, p. 191) parte da hipótese que “a fase ultraneoliberal do capitalismo contemporâneo é inaugurada com a decorrência da crise de 2008, que coloca em xeque o modelo de dominação do Minotauro Global, nos termos varoufakianos”, contudo, “sem [...] romper os pressupostos do domínio da financeirização e da hegemonia estadunidense mundial”. Definindo-o assim:

impõe-se novas rodadas de privatização de bens públicos e expropriação de bens comuns, mercantilizando e subsumindo ao capital todas as esferas da vida. Impõe-se, ainda, a limitação da utilização do fundo público para todas as políticas sociais – seguridade, educação, habitação –, que só podem ser financiadas pelo Estado se, ao lado do sistema da dívida pública, alimentarem o capital financeiro. É isso que aqui chamamos de ultraneoliberalismo (CISLAGUI, 2019, P. 191).

Para Mota (2019, p. 137), de forma muito próxima, afirma que a cultura da crise continuamente instaurada, “saturada de ideologias reacionárias, conservadoras e profascistas, tem no governo Bolsonaro expressões emblemáticas, sob a direção do ultraneoliberalismo”, caracterizando essa direção “em ajustes e medidas de austeridade, ou de austericídio, através das contrarreformas do Estado, com destaques para a apropriação privada do fundo público e a mercantilização das políticas, bens e serviços”.

Assim como Silva (2020, p. 315-316), par quem “o que chamamos então de ultraneoliberalismo no Brasil são exigências que ultrapassam as privatizações e os cortes dos recursos das políticas sociais, mesmo aquelas focalizadas e compensatórias”. Abordando a relação direta entre racismo e crise capitalista, explorando conceitos como o de necropolítica, diz sobre o ultraneoliberalismo, “estão sendo minados não somente todos os graus de resistência aos novos padrões de acumulação, mas verificamos o aumento expressivo da descartabilidade de populações negras e indígenas” (SILVA, p. 316).

As três autoras nos mostram o uso do conceito ultraneoliberalismo para classificar o período recente e a resposta do capital a sua crise estrutural. Consideradas suas diferentes interlocuções com o pensamento marxista, todas partem da compreensão do acirramento das contradições de classe no período histórico das últimas décadas, com

ênfase nos efeitos deletérios da acumulação capitalista na pauperização da classe trabalhadora, tanto no aumento geral do desemprego e da precarização quanto nos retrocessos no campo dos direitos sociais e trabalhistas.

Apesar de haver referências a palestras de Antunes (2022) como precursor do conceito, mas encontramos em uma de suas mais recentes publicações o que chama de capital pandêmico. Para o pesquisador há uma “[...] imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus” que poderia ser denominada de capital pandêmico (ANTUNES, 2022, p. 40).

O “metabolismo antissocial do capital” é uma referência ao metabolismo social do capital e uma crítica a seu caráter cada vez mais autofágico, originalmente abordados por Marx e Mézàros, no tocante a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, dentre elas, a mercadoria força de trabalho (ANTUNES, 2022, p. 30). Assim, irrompendo “[...] uma pragmática pautada pela devastação e derrelição completa das condições de trabalho em escala planetária”, ocasionando, dentre tantas consequências, “a uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios” (ANTUNES, 2022, p. 34).

Quanto a relação entre a crise estrutural e a pandemia do coronavírus, foi através da primeira que a segunda “[...] se proliferou intensamente, levando a morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras” (ANTUNES, 2022, p. 36). Nesse sentido, “sua repercussão na oferta de empregos, tem incidido de forma negativa na renda dos trabalhadores e trabalhadoras, e potencializando a ampliação da pobreza”, no momento em que “todas as projeções econômicas antecipam uma recessão global monumental” (ANTUNES, 2022, p. 36). Nesse sentido, trazendo a realidade brasileira enquanto uma das ilustrações da dinâmica global, tal processo “[...] se acentuou fortemente pela autocracia de Bolsonaro e pela pragmática neoliberal primitiva e antissocial do ministro da economia Paulo Guedes” (ANTUNES, 2022, p. 45).

As sínteses de Antunes (2022) e das demais autoras nos remetem a relação entre pobreza e crise, trazendo algumas de suas principais diferenciações no tocante as formas contemporâneas de correções possíveis ao desenvolvimento capitalista. As intervenções sobre o fenômeno da pobreza são estabelecidas diante de um contexto em que o

ultraneoliberalismo surge como forma de minimizar tais respostas, haja vista a funcionalidade do Estado frente a hegemonia burguesa que escreve a nova cartilha ainda mais rígida de ajustes, corte, mercantilização, privatização e focalização quanto as políticas sociais.

Entendemos que a minimização dessas respostas ultraneoliberais acionam as políticas sociais as reconfigurando de duas formas: focalizando, mercantilizando e privatizando sua estruturação; flexibilizando e precarizando a força de trabalho que a objetiva.

Quanto a reconfiguração por meio da focalização, mercantilização de sua estrutura, precisamos nos remeter ao debate mais aprofundado sobre políticas sociais e Estado, ou melhor, ampliar a problematização das determinações econômico-políticas das políticas sociais. Mézàros (2011), criticando à apologetas, em obras como “*O novo Estado industrial*” de Galbraith, publicada em 1967<sup>23</sup>, aprofunda a desmistificação de ilusões da relação Estado e mercado na dinâmica monopolista.

Nas dificuldades proeminentes da produção capitalista e sua incontrollabilidade, exacerbadas na fase monopolista, o Estado se torna, “[...] como estrutura de comando político de grande alcance do capital, [...] parte da ‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (MÉSZÀROS, 2011, p. 119), agindo a partir de ações corretivas, “em grau praticável na estrutura do sistema do capital” (MÉSZÀROS, 2011, p. 106).

No século XX, o capital foi elevado a um grau de complexidade tão extenso que a reprodução do seu ciclo exigiu a propriedade capitalista o reestabelecimento de fronteiras, irrompendo os limites possíveis de expansão, estivessem eles atrelados a finitude de recursos naturais ou a abertura de novos mercados, sendo forçado a reconfigurar suas variadas instâncias, inclusive a formação de Estado correspondente. O Estado moderno, “imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado” (Mészàros, 2011, p. 106), passou a desempenhar funções corretivas em diferentes campos, extrapolando o papel de viabilizador das condições

---

<sup>23</sup> A menção de Mézàros (2011) à Galbraith é importante de ser feita em dois sentidos: essa também é uma obra mencionada por Dardot e Laval (2016) de vertente pós-estruturalista foucaltiana na sua análise da relação Estado e mercado na construção de uma nova razão do mundo, como alegam; é parte de sua argumentação e estudo, já realizada no final do século XX, sobre a dinâmica capitalista mundial no século XX e as estranhezas causadas por ela a abstração teórica liberal tradicional de suposta divisão explícita entre Estado e mercado.

essenciais de realização da produção, ocupando-se também de ajustes na relação entre produção e controle, produção e circulação e produção e consumo.

Em contraposição a mistificação própria da funcionalidade da formação de Estado capitalista, não se altera o fato de que

o Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto (Mészáros, 2011, p. 108).

Para Dardot e Laval (2016) em “A nova razão do mundo”, considerada sua larga influência foucaultiana, o que impele formas distintas de interpretação e síntese da relação Estado e mercado no capitalismo contemporâneo, problematizam elementos próximos a dos autores até o momento mencionados. O que entendem como “governo empresarial” é uma notória demonstração disso. Eles defendem que, tomando como determinante as mudanças no Estado-Social europeu e as mudanças oriundas com a emergência do neoliberalismo enquanto uma política motriz do conjunto da sociabilidade, o Estado foi reestruturado de duas maneiras:

de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao Estado produtor, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 269).

Nesse sentido, a concepção de ação pública gestada ao longo de séculos e sintetizada na forma neoliberal “[...] mudou sob o efeito da lógica da competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 270). Houve um movimento de importação das “regras de funcionamento do mercado concorrencial para o setor público, num sentido mais amplo, até que o exercício governamental fosse pensado de acordo com a racionalidade da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 270).

O “Estado empresa” regido por um “governo empresarial” de Dardot e Laval (2016) evoca a destituição de uma clássica visão moderna, em larga medida idealista. Completamente minado pela nova razão neoliberal nas suas funções de regulação que outrora tivera, esse agente econômico-político perde cada vez mais seu caráter público e reconfigura-se a imagem e semelhança do mercado. Os critérios de governança passam a ser os critérios de eficiência do mercado. “O Estado não se retira, mas curva-se às novas condições que contribuiu para instaurar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276).

De forma progressiva e sistemática o Estado, além de se suprimir da regulação do mercado, teria invertido sua posição na correlação de forças assumindo uma posição de regulado pelo mercado. Nas palavras dos teóricos que analisam essa nova razão do mundo:

“os Estados não têm mais do que um papel de subordinado ou assistente e interiorizam suficientemente esse papel para não ter mais condições de definir políticas sociais, ambientais ou científicas sem a concordância – ainda que tácita – dos oligopólios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276).

Dardot e Laval (2016, p. 284) atestam a demonstração do fenômeno, posto afirmarem que “[...] o essencial era introduzir as disciplinas e as categorias do setor privado, intensificar o controle político em todo o setor público, reduzir tanto quanto possível o orçamento, suprimir o maior número possível de agentes”. Contudo, de um ponto de vista da análise crítica com um de seus interlocutores sobre a *public choice*, afirmam:

invertendo o dispositivo panóptico, em que um pequeno número de inspetores podia vigiar um grande número de indivíduos, ele descreve dispositivos arquitetônicos em seu *Código constitucional*, que permitem que o público, instalado em galerias em volta dos espaços onde se realiza o trabalho administrativo, observe por trás de espelhos falsos a intensidade de trabalho dos funcionários. Como na prisão panóptica, basta que o agente público acredite estar continuamente sob vigilância para que o dispositivo produza o efeito desejado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 288).

No caso, em nosso entendimento, essa análise das mudanças na relação entre público e privado supõem uma interpretação superestrutural abstrata do Estado, tomando-o como autônomo do processo de contradições econômico-políticas das classes sociais. Haja vista a relação Estado e mercado possuir novas diferenciações que são adensadas na segunda metade do século XX, onde corroboramos com a identificação do fenômeno, mas como se esses “dispositivos arquitetônicos” já não fossem genéticos a própria constituição do Estado moderno enquanto derivação das incidências das forças oriundas das contradições de classe, onde discordamos da análise.

Outros estudos acerca das incidências da dinâmica capitalista em espaços da sociabilidade ainda não, direta ou indiretamente, tocados pelo ciclo de valorização retomam o importante debate das expropriações. Fontes (2010) é uma das primeiras pesquisadoras precursoras desse caminho interpretativo. As expropriações são característica essencial da composição da relação capital – por se tratar da conversão de meios de vida em capital – no momento de emergência das relações sociais propriamente capitalistas e do seu desenvolvimento (FONTES, 2010). No que a autora identifica como

expropriações secundárias ou disponibilizações, concebe-se a forma como o domínio capitalista desdobra-se e se reproduz contemporaneamente. Nas suas palavras:

estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações* ou *expropriações secundárias*, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo (FONTES, 2010, p. 54, grifos da autora).

Enquanto as expropriações primárias demarcam o processo inicial de constituição da força de trabalho ‘livre’ para conquista de sua reprodução através da venda no mercado – caracterizada pela tomada de seus meios de vida (reprodução), especialmente a terra –, as expropriações secundárias são marcadas pela reprodução dessa mesma relação de aprisionamento da força de trabalho ao mercado, atingindo outras esferas da vida, como os direitos sociais. Para Fontes (2010, p. 55), nas últimas décadas do século XX “[...] uma verdadeira expropriação de direitos se realizou”.

A objetivação dos direitos sociais por meio das políticas sociais passa a apresentar novas características dos laços com a dinâmica econômica. Prioritariamente pela liberação de barreiras no uso da força de trabalho, corrosiva de direitos como aposentadoria e saúde, assim como, na abertura de novos nichos para a valorização do valor por meio da privatização e mercantilização de serviços públicos. O complexo instaurado inscreve progressivamente os serviços públicos básicos na lógica de sua transferência direta para o mercado ou, mais precisamente, nas suas formas de objetivação associada a lógica da indústria de serviços.

Fontes (2010, p. 55), sobre o fenômeno das expropriações contemporâneas, capta o aparecimento de um movimento similar em diferentes países em que “tratou-se de introduzir uma nova ‘normalidade’”, na qual a regra se constituiu em

“[...] segmentar cada situação ou direito tornado alvo imediato (como aposentadoria, serviços públicos como saúde e educação, direitos ligados ao trabalho, ambiente, mulheres, racismo) e deter-se nela exaustivamente, por todos os meios midiáticos, sempre de forma singularizada”.

O caso das aposentadorias é emblemático desse movimento de erosão dos direitos sociais, inserindo-os no ciclo de valorização, direcionando ao mercado o atendimento de demandas sócio-históricas anteriormente garantidas na esfera pública pelo Estado. A elevação da idade das aposentarias, por exemplo, mantém uma parcela significativa de

trabalhadores disponíveis para o mercado, impactando no rebaixamento do preço da força de trabalho, e

[...] incidindo sobre direitos conquistados para eliminar um anteparo historicamente posto à plena disponibilidade de trabalhadores, tanto para os que já estavam próximos de usufruir o direito, quanto para os demais, cujo direito anteriormente desapareceu (FONTES, 2010, p. 57-58).

Trata-se de “capturar recursos crescentes, de origem salarial, e de convertê-los em capital” (FONTES, 2010, p. 58). Enquanto reflexo dos nexos entre centralização, concentração e a necessidade de valorização que encontra na supercapitalização dificuldades estruturais, a questão das aposentadorias, ou melhor, da política previdenciária, representa um duplo movimento: o “de ameaça diante das aposentadorias e do estímulo às agências privadas de previdência (fundos de pensão e similares)” (FONTES, 2010, p. 58). Estas últimas, “entidades convertidas em gestoras não bancárias de capital portador de juros e de seu complemento, o capital fictício” (FONTES, 2010, p. 58).

As expropriações secundárias, mesmo mantendo um vínculo com o momento clássico de expansão capitalista originária, resultam “de uma situação quantitativa e qualitativamente nova, apresentam aspectos originais” (FONTES, 2010, p. 58). Elas incidem diretamente sobre bens coletivos e ocorrem “[...] como violência e *extinção de direitos*”, no seu direcionamento ao processo de mercantilização, por meio de “[...] privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte, etc.” (FONTES, 2010, p. 60, grifos da autora).

Denota-se que o movimento da realidade, ocasionador de alterações significativas, tem sido compreendido no campo da análise teórica a partir das tendências gerais do modo de produção capitalista: a necessidade de reprodução faz com que o ciclo de valorização passe a incorporar em seu domínio outras esferas da sociabilidade, “resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana” (FONTES, 2010, p. 59), inclusive a esfera de reprodução social onde se inserem as políticas sociais.

Huws (2017, p. 289), com diferenças e similaridades interpretativas<sup>24</sup>, afirma que os impactos da crise de 2008, a última em larga escala sofrida pelo capitalismo

---

<sup>24</sup> Identificamos tais diferenciações em demarcações profundas de sua interpretação marxiana se deter ao contexto europeu e de capitalismo central, impelindo limites em relação a generalização de algumas de suas análises, mas também de uma rica influência do pensamento feminista que a levam a problematizar a atualidade das categorias marxianas da análise do trabalho no mundo contemporâneo. As diferenças apresentadas com Fontes (2010), por exemplo, residem nessa última incorporar também em suas análises

monopolista, abriu oportunidade para “[...] uma nova fase de acumulação não no que pode ser chamado de ‘acumulação primitiva primária’ (a geração de novas mercadorias a partir de recursos naturais ou de atividades realizadas fora da economia monetária)”, têm-se sim uma “mercadorização dos serviços públicos [...] que pode ser considerada como um tipo de ‘acumulação primitiva secundária’”. Nas palavras da pesquisadora:

atividades que já eram realizadas, na economia remunerada, pelo seu valor de uso (tais como educação, ou serviços de saúde) são padronizados de tal forma que elas podem ser negociadas para obtenção de lucros e apropriados pelo capital: o valor de uso é transformado em valor de troca. Essa forma secundária de acumulação não é baseada na expropriação da natureza ou dos aspectos não alienados da vida nem do trabalho doméstico não remunerado, mas sim nos resultados das lutas passadas dos trabalhadores pela redistribuição da mais-valia através de serviços públicos universais. Isso constitui, portanto, uma reapropriação, e, como tal, seus impactos sobre a vida da classe trabalhadora são múltiplos e perniciosos (HUWS, 2017, p. 289).

Os serviços públicos têm se tornado um local de acumulação para a expansão do capital e “isso levanta novas contradições na relação entre Estado e capital” (HUWS, 2017, p. 290). A expansão do setor de serviços na reorganização das cadeias de valor tem reconfigurado o interesse do capital sobre os dividendos que podem ser movimentados pelos Estados nacionais que aumentam seus gastos inexoravelmente, “a despeito da retórica neoliberal nos últimos 25 anos contra um Estado grande”, tomando como referência os países da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A indústria de serviço públicos (PSI), por exemplo, retomando a análise de um relatório publicado pelo Reino Unido trazido pela pesquisadora, é, naquele país, “significativamente maior do que o de ‘comida, bebidas e tabaco’ [...], ‘comunicações’ [...], ‘fornecimento de eletricidade, gás e água’ [...] e ‘hotéis e catering [...]’” (HUWS, 2017, p. 296). O orçamento público passa a ser uma grande fonte de interesses do capital nas nuances apresentadas por suas crises cíclicas e na acumulação engendrada na última década. Ainda de acordo com a pesquisadora:

Seja qual for a maneira como esses números forem desmembrados, eles representam um campo potencial para expansão que é impressionante em sua dimensão, um mercado que ironicamente – com a notável exceção dos militarizados Estado Unidos – é proporcionalmente maior precisamente naqueles países que, como resultado das pressões democráticas vindas de baixo, construíram sistemas de bem-estar mais abrangentes. É assim que a Suécia social-democrata, [...] entre todas as economias capitalistas desenvolvidas, aparece em 2008 no topo da lista dos países com a maior

---

do que define com expropriações contemporâneas o avanço do capital naquilo que ainda resta de recursos naturais diante da perpetuação do processo de expropriações desde a acumulação primitiva.

parcela de serviços governamentais terceirizados: quanto maior a desmercadorização, maior o escopo para a remercadorização (HUWS, 2017, p. 297).

Não significa dizer que as políticas sociais não já apresentassem anteriormente outros vínculos com as determinações econômicas, pelo contrário, trata-se de compreender quais são os nexos dessa relação no mundo contemporâneo, das características presentes entre produção e reprodução social. As políticas sociais passam a contar com elementos novos nas suas formas de objetivação. A mercantilização da vida enquanto reflexo da expansão do ciclo de valorização atinge as políticas sociais nas esferas onde e como elas são objetivadas.

Ora, a imbricada captura do fundo público estatal pelo processo de valorização redefini milimetricamente cada centavo investido em políticas sociais. Behring (2018) analisa essas determinações dos processos contemporâneos de expropriação sobre a lógica de funcionamento das políticas sociais.

A partir das funções de valorização assumidas pelo Estado na fase monopolista, parte-se do pressuposto materialista-histórico que o Estado não gera valor por si próprio, “[...] o fundo público se forma a partir da mais-valia socialmente produzida, diga-se do trabalho excedente, que se reparte em juros, lucro, e renda da terra, sobre os quais incidirá a capacidade extrativa do Estado”, assim como, é trabalho necessário por meio da tributação direta do consumo (BEHRING, 2018, p.195). Nesse sentido, a não redistribuição por meio de políticas sociais atinge diretamente as condições de reprodução da classe trabalhadora, tendo em vista ser esta classe majoritariamente responsável pelo pagamento dos tributos estatais, oriundos da venda de sua força de trabalho, “sendo expropriada quando [...] o fundo público a ela não retorna para sua reprodução” (BEHRING, 2018, p.195).

O crescente aprisionamento do Estado na dinâmica de valorização é a *peça motriz* que reverbera das expropriações dos direitos sociais e faz crescer “[...] as dimensões assistenciais das políticas sociais e a própria assistência social como política pública” (BEHRING, 2018, p.197), elementarmente pensadas pela racionalização dos seus custos:

[...] a política social é concebida à imagem e semelhança do neoliberalismo, sendo atacado seu formato universalista do período anterior pelos processos de expropriação, via apropriação do fundo público pelas políticas de ajuste fiscal, em nome da austeridade econômica (BEHRING, 2018, p.197)

Quanto a flexibilização e precarização da força de trabalho que a objetiva as políticas sociais, também é possível encontrar importantes produções que ganham visibilidade quanto a sua originalidade na compreensão do processo. A flexibilização é característica que reflete a incorporação da lógica da reestruturação produtiva na força de trabalho empregada pelo Estado. Para Alves (2007, p. 157) os parâmetros da flexibilização, crucialmente expressos pela universalização do toyotismo, são “traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo, dos mais diversos tipos, atingem os empreendimentos capitalistas, seja na área da indústria, seja na área de serviços (inclusive na administração pública)”. O Estado, ao adotar como via de regra o modelo originado na esfera do mercado, atua não só na flexibilização da legislação trabalhista em geral, mas também nas formas de objetivação das prestações públicas.

Alves (2007) chama de nova precariedade do trabalho, não por se tratar da fração da classe trabalhadora nacional historicamente imersa na precariedade estrutural, muitas vezes retratada pelo trabalho informal, mas por ser uma parcela de trabalhadores no espaço da formalidade do trabalho que passam a sentir as consequências da universalização do modelo flexível de acumulação. Sobre a nova precariedade, Alves (2007, p. 258) afirma, mesmo que:

[...] a nova precariedade seja mais visível nos estratos do setor informal, ela aparece, sob múltiplas formas, nos estratos formais do mercado de trabalho, seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas extras não pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos programas de demissão voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada etc.

Na esteira de sua complexa análise sobre a mercantilização dos serviços públicos imersa as conformações de uma nova divisão do trabalho global a partir de 1970, Huws (2017, p. 301-302) afirma que em contexto de “desmonte dos padrões de trabalho da principal força de trabalho privilegiada do capitalismo”, impactada por um “novo exército

industrial de reserva global”<sup>25</sup>, “a grande exceção a essa tendência de erosão estava entre os trabalhadores do setor público”<sup>26</sup>.

Reformulada a inserção do Estado no processo de mercantilização, os serviços públicos, terceirizados ou não, “[...] tinham de ser geridos como se fossem, com os servidores públicos cada vez mais colocados sob a disciplina do mercado”, afirma Huws (2017, p. 304), destacando a experiência do Melhor Valor no Reino Unido entre as décadas de 1980 e 1990:

em cada caso, o processo de transformar parte de um serviço público em mercadoria comercializável passou pelos mesmos estágios: padronização, criação da demanda, persuasão da força de trabalho para aceitarem as mudanças e a transferência de riscos. Esses desenvolvimentos não foram, obviamente, exclusivos do Novo Trabalhismo, ou do Reino Unido (HUWS, 2017, p. 305).

Sobre a indústria de serviços públicos (PSI), diz que essas companhias “[...] têm como alvo um conjunto amplo de serviços, com educação e saúde sendo considerados aqueles que oferecem os maiores espaços para crescimento” (HUWS, 2017, p. 214). De acordo com Huws (2017, p. 215), “a necessidade de reduzir os déficits estatais (as dívidas acumuladas pelo resgate dos bancos) legitimou a redução dos custos e a busca por ‘eficiência’ e por economias de escala”.

Antunes (2018) também aborda o trabalho desenvolvido no interior do setor de serviços, destacando os vínculos entre produção e circulação dos quais os serviços são originários. Em crítica a categorização do momento histórico presente como sociedade pós-industrial, o pesquisador defende a tese de que o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, na realidade, apresenta-se como “[...] um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornam mecanismos vitais tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor”, que “[...] vem aflorando

---

<sup>25</sup> A ideia de novo exército industrial de reserva global pode ser ilustrado no seguinte trecho: “a erosão desses acordos especiais [abordando o pós segunda guerra mundial] constitui parte do contexto de desenvolvimento da divisão global do trabalho, praticada pelas novas multinacionais de prestação de serviços a empresas. Estejam essas companhias obtendo suas economias de escala ao enviar empregos para locais onde as qualificações são abundantes e baratas, ou trazendo força de trabalho barata para os lugares em que o trabalho é realizado – por exemplo, através do uso de trabalhadores migrantes -, elas estão adotando o que é, efetivamente, a mesma estratégia: utilizar um exército industrial de reserva global”.

<sup>26</sup> Retomando trecho da pesquisadora para justificar tal posição: “em muitos países, durante as duas últimas décadas, os trabalhadores do setor público se tornaram não apenas a parte mais fortemente sindicalizada da força de trabalho, mas também quase os únicos portadores remanescentes de um conjunto de aspectos de como deveria ser um trabalho decente. Os trabalhadores do setor público assumiram a liderança das negociações em acordos de igualdade de oportunidades e em compromissos relacionados ao tempo e à remuneração, que promovem um melhor equilíbrio da vida no trabalho e reforçam os padrões de qualidade dos serviços oferecidos aos clientes, colocados acima das condições financeiras” (HUWS, 2017, p. 302).

em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa do setor de serviços” (ANTUNES, 2018, p. 33).

Antunes (2018, p. 44), estudando esses nexos entre produção e circulação, observa que diante das mutações sofridas pelo capitalismo ao longo do último século é “[...] premente oferecer um efetivo entendimento de qual é o papel dos serviços na acumulação do capital”. Entrando no debate da produtividade e improdutividade do trabalho presente nesse setor, bem como, imaterialidade e materialidade, o autor defende a hipótese de estarmos, assim,

“[...] presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços, [...] privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo” (ANTUNES, 2018, p. 44).

O pesquisador destaca que na “[...] ampliação da lei do valor [...]” a terceirização, enquanto característica central da nova morfologia do trabalho global, incorpora a função de “[...] intensificar a exploração do mais-valor, ampliando o espaço de incidência do valor tanto na indústria como na agricultura e, sobretudo nas últimas décadas, nos serviços [...]” (ANTUNES, 2018, p. 52).

No toque do ciclo de valorização em espaços “[...] desprezados no passado pelo capitalismo [...]”, problematiza-se os serviços públicos (ANTUNES, 2018, p. 52). O elemento da terceirização tem seus efeitos no serviço público, já que ela além de “[...] ampliar espetacularmente a extração de mais-valor nos espaços privados, dentro e fora das empresas contratantes”, também incorporou “[...] abertamente a geração de mais-valor no interior dos serviços públicos”. Esse processo ocorreu por meio da introdução de “[...] práticas privadas (as empresas terceirizadas e seus assalariados terceirizados) [...]”, na realização de “atividades cuja finalidade original era produzir *valores socialmente úteis*, como saúde, educação, previdência etc.” (ANTUNES, 2018, p. 53).

No que Antunes (2018, p. 53) identifica como uma “[...] terceirização acelerada dentro da atividade estatal”, deu-se a incorporação de atividades estatais na dinâmica de geração de mais-valor. Ao mencionar um conjunto de exemplos lúcidos, entende-se que esse processo ocorreu

[...] nos mais diversos setores (limpeza, transporte, segurança, alimentação, pesquisa, entre outros), incidindo tanto nas atividades administrativas como, por exemplo, na área da saúde, com médicos e enfermeiros terceirizados atuando em hospitais públicos, dentre tantas outras atividades terceirizadas que se expandem em ritmo intenso no espaço público, começa a corroer por dentro a *res publica*, uma vez que as empresas de terceirização passam a extrair mais-

valor de seus trabalhadores terceirizados que substituem os assalariados públicos (ANTUNES, 2018, p. 53, grifos do autor).

O ultraneoliberalismo, enquanto uma versão ainda recrudescida do neoliberalismo, tem disciplinado as políticas sociais a partir das regras estabelecidas entre o Estado e o capital que tendem a minimizar sua intervenção sobre a questão social. A saída ultraneoliberal apontada para o episódio cíclico de 2008 encontra no seu campo de proliferação mundial um terreno já minado pelos deletérios efeitos das medidas neoliberais à crise estrutural do entre séculos. As consequências severas dessa saída recaem sobre a classe trabalhadora que, atravessada pelo desemprego crônico/estrutural e pela retração dos seus direitos sociais e trabalhistas, sofre com a imposição da lei valor, especialmente em momentos de crise.

Assim, a gestão ultraneoliberal do fenômeno da pobreza ocorre na contínua produção de uma superpopulação relativa, como contradição inerente ao próprio sistema, e pela minimização das suas respostas por meio da reconfiguração das políticas sociais a luz e semelhança do mercado. Este último processo, referente aos efeitos do ultraliberalismo nas políticas sociais, ocorre tanto pela focalização, privatização e mercantilização, quanto pela flexibilização e precarização da força de trabalho que a objetiva.

A diferenciação da relação macrossocietária com a dinâmica interna de particularidades nacionais, como a brasileira, é desdobrada em formas específicas de desenvolvimento histórico dessas contradições na cena contemporânea. O ultraneoliberalismo no Brasil é marcado por um golpe de Estado e pela ascensão do neofascismo ao governo do Estado, com fortes bases populares. A gestão da pobreza nesse contexto, mantendo consonância as tendências mundiais, passa por uma profunda reconfiguração das políticas sociais a partir de contrarreformas, inclusive aquela que possui nesse fenômeno seu objeto de intervenção, a PAS.

### **3. A gestão ultraneoliberal da pobreza no Brasil pós-golpe de 2016: a contrarreforma da Política de Assistência Social**

Apresentamos nesse capítulo a adoção do neoliberalismo como linha motriz de funcionamento da resposta a crise capitalista, seus impactos na PAS e sua relação com o fenômeno na pobreza no Brasil contemporâneo.

#### **3.1 O neoliberalismo de ontem e hoje**

O neoliberalismo enquanto doutrina econômica e política do sistema do capital passa a ser adotada no Brasil desde o final do Século XX. Desde então, apesar de suas variantes ao longo dos últimos trinta anos nas diferentes conjunturas, possui uma linha motriz de funcionamento enquanto resposta à crise estrutural do capital na particularidade histórica nacional. Essa doutrina enquanto resposta à crise tem afetado diretamente as formas de intervenção do Estado frente as contradições das classes sociais, constituindo uma perversa retração na garantia de direitos sociais e políticos básicos, sobretudo nas disputas em torno do orçamento público, chegando ao seu esgarçamento no momento contemporâneo quando assume a feição ultraneoliberal.

Partimos da compreensão que o Brasil possui uma inserção periférica e dependente na estrutura capitalista mundial. Essa dependência atravessa diferentes períodos da nossa história e demonstra conotações particulares quando da entrada do país na fase monopolista do capitalismo, durante a segunda metade do século XX, no chamado milagre brasileiro<sup>27</sup>. Tornando-se um “satélite de grande porte”, as determinações econômicas do modelo de desenvolvimento adotado nacionalmente, em articulação com a dinâmica capitalista mundial, inserem o domínio capitalista a outros patamares (FERNANDES, 1976, p. 272). É fruto dessa articulação “[...] o fundamento estrutural e dinâmico [...]” sob o qual “[...] as grandes corporações (estatais, nacionais ou estrangeiras), os ‘impérios econômicos’ e as metrópoles”, constituíram-se como “formidáveis núcleos de satelitização, de grandes, pequenas e médias cidades e do campo, ou, em outras palavras, do resto da economia e da sociedade brasileira”. Deste modo, “ele [o capitalismo monopolista] captura tudo [...] para os dinamismos e os controles

---

<sup>27</sup> Essa transição no caminho da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, possui um significado: “a burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições em que se defrontava”. (FERNANDES, 1976, p. 260). Essas condições de dependência e subdesenvolvimento inerentes aos traços capitalistas e pré-capitalistas da formação histórico-social nacional marcam a emergência monopolista, inclusive as “[...] pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala”, especificamente, “a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista” (FERNANDES, 1976, p. 260).

econômicos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 1976, p. 273).

As atividades econômicas, mesmo aquelas desenvolvidas diretamente pelo Estado, passam a compor esse arsenal extraordinário mobilizado pelo ciclo de valorização. Precisamente, “até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia extrema de incorporação e por seus desdobramentos internos” (FERNANDES, 1976, p. 273). Assim como, “a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura [...] aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados [...]”, por esse vínculo interno acomodar as determinações macrossocietárias das economias centrais e do mercado mundial. (FERNANDES, 1976, p. 273-274).

Apesar de conjuntural, pois trata-se de um primeiro momento de emergência e consolidação da fase monopolista, podemos extrair da análise de Fernandes (1976) chaves de compreensão da relação Estado e economia fundamentais na compreensão do presente. O autor repete frequentemente na obra ao dissertar a respeito desse mecanismo estabelecido pela dinâmica da dependência – drenagem da riqueza nacional na fase monopolista – se fazer na “[...] estratégia da bola de neve”: acelerando, avolumando e se intensificando na medida em que se acelera, avoluma e intensifica o desenvolvimento interno, deixando frequentemente claro que “[...] o ‘momento de predominância estrangeira’ não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto)” (FERNANDES, 1976, p. 273). Ou seja, as tendências expressas pela fase monopolista nacional, autocrática ou não, foram e serão duradouras enquanto a estrutura de desenvolvimento manter-se.

Na década de 1980, após a crise do milagre brasileiro e na nomeada década perdida, as contradições de classe em nível nacional foram acirradas a partir do processo de organização política da classe trabalhadora na busca pela garantia de suas pautas e demandas sócio-históricas, dentre elas a luta contra o crescente pauperismo que assolava grandes contingentes populacionais que sofriam as consequências da crise.

A crise do milagre fez com que o governo militar-tecnocrático perdesse “[...] rapidamente as bases de consenso não somente entre as camadas médias, mas inclusive entre alguns segmentos da burguesia monopolista que haviam anteriormente apoiado com decisão” (COUTINHO, 1992, p. 134). Não restam dúvidas que “[...] a ditadura promoveu

um espetacular desenvolvimento das forças produtivas”, e que, “sob a égide de uma revolução-restauração, o Brasil ingressou da fase monopolista de Estado” (COUTINHO, 1992, p. 134). Assim, a ocidentalização da particularidade brasileira é, também, demonstrada pelo fortalecimento da sua sociedade civil – nos termos manuseados por Coutinho (1992) –, possibilitando alterações nas contradições de classe no contexto nacional, do qual é exemplar o processo constituinte do final da década.

Apesar de restar, considerado o contexto de escrita do autor, “[...] ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política” (COUTINHO, 1992, p. 134), passam a existir novos elementos da dinâmica de classes no Brasil no período instaurado com a Nova República, determinantes da transição do século XX para o século XXI; “na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares de baixo e de operações transformistas pelo alto” (COUTINHO, 1992, p. 134). Contraditoriamente, para o autor, esse movimento apontaria para dois caminhos: “[...] uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora sob a forma moderna do liberal corporativismo” (COUTINHO, 1992, p. 134). Esses dois caminhos se inter cruzaram no período histórico posterior, mas a direção ao neoliberalismo tomada pela particularidade nacional é nítida.

Sobre a chega do neoliberalismo entre nós na década de 1990, há concordância entre dois analistas do período, quanto o seu caráter deletério e antidemocrático. O neoliberalismo é apresentado não só como saída, mas como condição de sobrevivência nos contornos assumidos pelo circuito do valor. “*El neoliberalismo es el arma que utilizan los grandes centros capitalistas y las fracciones de la burguesía nacional a ellos aliadas para imponer su hegemonia [...]*” (MARINI, 1993, p. 68). Enquanto a década de 1980 foi marcada por “[...] *los llamados choques heterodoxos*”; a disputa entre as frações de burguesia tradicional (como a agrícola) e as novas franjas emergentes (como a tecnológica e de serviços) pela hegemonia dos nortes de ação do Estado. A década de 1990 suscita um novo momento:

*el fin de la década marcó también el fin de la heterodoxia, dando lugar al predominio de las políticas neoliberales, expresión del avance logrado por la fracción moderna – unida a la burguesía internacional – en las luchas interburguesas, o sencillamente de la inequívoca imposición de los intereses de esta última.* (MARINI, 1993, p. 68).

Em uma “[...] radical exasperação dos limites da mercadoria”, Oliveira (1998, p. 208), afirma que “o neoliberalismo entre nós apresenta-se como o caldeamento de arraigadas sociabilidades autoritárias na formação de nossas sociedades – paródia da ‘democracia na América’ – com os processo de globalização”. Não subtraído o “altíssimo grau de letalidade social” também encontrado por ele no norte capitalista (OLIVEIRA, 1998, p. 208). Nas suas palavras:

é o atraso da vanguarda: síntese, *clê de vouïte*, de novos complexos de nova direitização, neoconservadorismo, racismo físico e cultural, intensa transformação dos sujeitos sociais, desemprego, que no fundo expressam uma radical exasperação dos limites da mercadoria. Uma crise da modernidade que volta a tangenciar os limites do totalitarismo, numa espécie de Aushwitz sem chaminés de crematórios (OLIVEIRA, 1998, p. 208).

O autor compreende o neoliberalismo como uma radicalização da lógica capitalista no século XX, na qual está imersa, eu acrescentaria, até o pescoço, a particularidade nacional.

Os anos 2000, precisamente o período que vai de 2003 a 2016, fazem girar, da base ao topo, a relação política econômica brasileira com o surgimento, do então denominado, neodesenvolvimentismo. Não é à toa que algumas das principais obras produzidas sobre e no período expõem desde os seus títulos essa reconfiguração, como são os casos de “*Hegemonia às avessas: economia, política, e cultura na era da servidão financeira*” (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010), “*Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*” (SAMPAIO JUNIOR, 2012) e “*O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro*” (CASTELO, 2013).

As mencionadas obras, assim como outras aqui mencionadas, tiveram o objetivo de analisar esse período histórico, debruçando-se a respeito de: rupturas e continuidades da política neoliberal; a incidência das forças políticas nas contradições de classe e no Estado; a relação entre política macroeconômica e particularidade nacional; as mudanças na divisão social do trabalho; entre outras questões. Partindo de um ponto de vista econômico e não apartado da política, Gonçalves (2012a; 2012b) demonstra os sentidos da política econômica pronunciada como novo-desenvolvimentista, categorizando-a como um nacional-desenvolvimentismo as avessas, social-liberalismo ou Modelo Liberal Periférico (MLP).

Diferenciando mercantilismo, liberalismo clássico, nacional-desenvolvimentismo e neoliberalismo – antagonistas a respeito da relação Estado e mercado – o pesquisador aborda, dentre esses, a adoção do Modelo Liberal Periférico (MLB) no Brasil do final do século XX (GONÇALVES, 2012a, p. 662). “O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional”. Assim, o dito novo-desenvolvimentismo, teria sido, “uma versão do modelo de liberalismo enraizado” (*embedded liberalism*), no qual se combina o MLP com “a atuação ativa do Estado com foco na função estabilizadora” (GONÇALVES, 2012a, p. 662-663). No caso, o novo-desenvolvimentismo como versão do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*) capta a reconfiguração das variações macrosocietárias do neoliberalismo na particularidade brasileira (sejam ela diretamente uma incidência dos conhecidos Consenso de Washington ou Pós-Consenso de Washington, no entre séculos XIX e XX)<sup>28</sup>.

Castelo (2013a), também opondo-se a análise novo desenvolvimentista, utilizando-se da problematização de argumentos muitos próximos e, algumas vezes, do próprio Gonçalves (2012a) caracteriza a primeira década dos anos 2000 como de feições neoliberais do desenvolvimento capitalista nacional em sua fase monopolista, de cunho dependente. Este último conceito, apoiado na teoria de dependência. Para Castelo (2013a) o social-liberalismo é uma variação do neoliberalismo, presente, no mundo e no Brasil, a partir da década de 1990, tendo em vista algumas disfunções da sua primeira agenda (Consenso de Washington), especialmente no tocante aos nefastos e esmagadores efeitos (por exemplo, o aumento desemprego estrutural), incorporando medidas de atenuação da disparidade social que acentuou, empreendendo uma *cruzada contra a pobreza*, ironizada pelo autor, haja vista os incipientes efeitos na chaga da desigualdade social ocasionadas pelo tónus social-liberal, Castelo (2013a).

Nesse “ajuste complementar”, muda-se “certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência”, dentre elas, a “reconfiguração das intervenções do Estado na economia [...]” (CASTELO, 2013a, p. 122). O movimento da dinâmica capitalista no período teria seguido a lógica de concentração e centralização monopolista, a partir dos

---

<sup>28</sup> O arsenal categorial trazido para análise por Gonçalves (2012a, 2012b) é realmente impressionante e reflete a complexidade do fenômeno em mãos. É realmente curioso que o uso de palavras como “reprimarização”, “dessubstituição” e até o próprio novo-desenvolvimentismo parecem refletir a tentativa de dar nomes ao novo. Dar nomes aquilo que ainda em processo de explicação, um paço atrás que a teoria possui em relação ao tempo histórico.

conglomerados produtivo (privilegiando a agricultura na produção de *commodities*) e financeiro (privilegiando bancos, especialmente o BNDES)<sup>29</sup> e de suas fusões (CASTELO, 2013a). Nas suas palavras:

dentro deste quadro de manutenção do tripé neoliberal [...], junto com a liberalização comercial e financeira e as privatizações de nova geração (concessões, parcerias público-privadas, organizações sociais etc.) constata-se que o social-liberalismo mantém a hegemonia dentro da política econômica [...]. Ou seja, o social-liberalismo ainda domina setores-chaves do Estado, angariando ganhos multibilionários de renda e de riqueza para as frações rentistas da burguesia e de demais aliados do bloco de poder dominante (CASTELO, 2013a, p. 128-129).

Para Oliveira (2010, p. 24), diferentemente dos momentos históricos anteriores, estávamos “assistindo à construção de uma ‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização”. Analisando as relações entre centro e periferia, precisamente as particularidades nacionais do Brasil e da África do Sul, trata-se de um momento em que enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). No caso sul-africano, “o governo [...] oriundo da queda do *apartheid* rendeu-se ao neoliberalismo” e “a liquidação do *apartheid* mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário”, assim, revertendo os sinais, “legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

No caso brasileiro, quando “a questão da pobreza e da desigualdade é trazida ao primeiro plano da política” durante a resistência a ditadura, na chegada do PT ao poder “parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade”, mas, ao contrário disso, Lula e os governos PT “as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza” (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25). No caso, “a nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos” (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25). Para Oliveira (2010) existe uma aparência em que os “dominados dominam”,

pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no

---

<sup>29</sup> Na relação entre capitais produtivo e financeiro em território nacional Castelo (2013a) chega a retomar a tese de Marini sobre do subimperialismo, demonstrando como as relações Sul-Sul (América-Latina e África) passam a ser operadas por uma predominância brasileira, no cumprimento das tarefas da hegemonia capitalista. Apesar de ser uma tese polêmica, os dados trazidos por Castelo (2013a) das movimentações financeiras do BNDES são de causar impacto a qualquer leitor com manuseio de operações matemáticas básicas.

Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.

No entanto, “o conjunto de aparências esconde outra coisa, para a qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito” (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Parecia haver uma nova forma de dominação, próxima, mas não identificável com a categoria gramsciana de hegemonia. Nessa “nova dominação”, ainda não inteiramente classificada, “os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do apartheid na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Existe, para o autor, uma inversão do papel tradicional do sujeito político que, no conflito entre classes antagônicas, passa a consentir quanto a direção moral da sociedade:

nos termos de Marx e Engels, da equação ‘força + consentimento’ que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada (OLIVEIRA, 2010, p. 26) <sup>30</sup>.

Coutinho (2010b, p. 29), referindo-se diretamente a hegemonia às avessas de Oliveira (2010b), diz, na categorização do momento em análise, preferir “[...] falar de ‘hegemonia da pequena política’”. Naquele tipo de hegemonia em que “[...] a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente”, inclusive, é “expressão de grande política reduzir tudo à pequena política” (COUTINHO, 2010b, p. 32). Para o autor, na chamada servidão financeira, “antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos

---

<sup>30</sup> Ainda, para Oliveira (2010, p. 25-26): “trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é o patriarcalismo brasileiro de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, porque não é nenhum patriarca que exerce o mando nem a economia é “doméstica” (no sentido do *domus* romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o “pai” – Getúlio Vargas foi apelidado de “pai dos pobres” e Lula pensa tomar-lhe o lugar, mas o que ele gere, com sua classe, é capital. Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo de alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. E o populismo foi – de forma autoritária, enfatize-se – a inclusão *sui generis* da novel classe operária, desbalanceando a velha estrutura de poder no Brasil e deslocando fortemente os latifundiários da base da dominação. Nada disso está presente na nova dominação”.

fenômenos da época neoliberal através do conceito de contrarreforma” (COUTINHO, 2010b, p. 32).

“Não creio que se possa encontrar no que chamei (de modo um pouco simplista) de ‘época neoliberal’ essa dialética de restauração-revolução que caracteriza as revoluções passivas” (COUTINHO, 2010b, p. 37). Posto que, “a luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado” (COUTINHO, 2010b, p. 37). Na sua linha de análise, malgrado alguma “[...] ‘preocupação’ em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais”, como é o caso do Programa Bolsa Família no Brasil, “[...] estamos diante de um indiscutível processo de contrarreforma”, uma radical tentativa de supressão das vitórias da economia política do trabalho (COUTINHO, 2010b, p. 38).

Coutinho (2010b, p. 42) questiona sobre perspectivas apresentadas no momento de crise da primeira década do século XX: “será que teremos de novo, para essa crise, uma solução à direita, como foi o caso da vitória do nazismo depois da crise de 1929 (temor expresso, em recente entrevista, pelo historiador Eric J. Hobsbawm)?” O Golpe de 2016 realizado em nome da família e de deus – o cristão ocidental – responde diretamente o questionamento de Coutinho (2010b).

Em Demier (2019) encontra-se argumentos sobre o Golpe de 2016 e sua relação com o fascismo, privilegiando no texto as categorias democracia e bonapartismo<sup>31</sup>. No Golpe de 2016 “a democracia blindada, assim, alcançou o seu paroxismo”, utilizando intensificada e continuamente “seus dispositivos autoritários” produziu “[...] uma ‘autonomização relativa’ dos poderes forense e castrense, criando as condições de emergência do bonapartismo” (DEMIER, 2019, p. 122). Quando “os tradicionais mecanismos de blindagem [...] não pareceram ser suficientes para que fossem garantidas tanto a implementação da plataforma de austeridade radical e retirada dos direitos sociais”, nem “[...] a eleição de um candidato não petista para a Presidência da República

---

<sup>31</sup> O autor analisa a relação fascismo, Estado e burguesia no Brasil a partir de pesquisas anteriores que o levaram a compreender a democracia brasileira, desde a inauguração do período da Nova República, como uma *democracia blindada* (DEMIER, 2019). Em suma, consistiria em uma democracia possível para um país periférico como o Brasil, onde há sua blindagem na socialização da política para não permitir a aderência das demandas da classe trabalhadora no núcleo de decisão e redistribuição estatal. Essa forma da democracia brasileira seguiria a forma redefinida para a periferia, mas também para o centro capitalista, pelo Estado neoliberal como saída da crise estrutural do final do último século. O autor embasa sua proposta a categoria bonapartismo das vias não tradicionais de realização da revolução burguesa brasileira que, não tendo sido completada, segue um longo processo de continuidade arrastado por décadas.

[...], fizeram-se necessários ao capital medidas, digamos, menos democráticas” (DEMIER, 2019, p. 121-122). Para Demier (2019, p. 123)

ao longo de 2015, convencida de que o petismo não seria capaz de realizar as contrarreformas, a austeridade fiscal e os ataques aos direitos sociais com a velocidade e a profundidade exigidas pelo capital em tempos de crise, a burguesia, impudentemente, optou pelo golpe.

Incorpora-se à direção do Estado o extrato burguês denominado de *lupemburguesia*<sup>32</sup>, associada ao judiciário e as Forças Armadas. Nesse sentido, a lógica de Bolsonaro é a lógica bonapartista, “ou, em linguagem gramsciana, a lógica do cesarismo, a lógica que propugna a implantação de uma ditadura cruenta para salvar a burguesia dos perigos de seu próprio governo democrático-liberal” (DEMIER, 2019, p. 123). Diante das alternativas petista (ainda democrática) e o neofascismo “a alta burguesia dos grandes salões não se conteve apenas em lavar as mãos, mas preferiu sujá-las mesmo, fazendo de tudo para que o *führer tropical*, [...] fosse vitorioso nas urnas no segundo turno de 2018” (DEMIER, 2019, p. 126). A eleição de Bolsonaro representou “[...] representou uma mudança de qualidade nessa dinâmica de bonapartização do regime democrático, conformando, recentemente, um tipo de semibonapartismo ultraneoliberal” (DEMIER, 2019, p. 126).

Mattos (2019), retomando obras de Trotsky, Zetkin e Gramsci, aborda como o fascismo e o nazismo percorreram seus percursos no continente europeu, precisamente na Alemanha e na Itália, e a crítica realizada por esses autores. “O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas” (TROTSKY, 1933 *apud* MATTOS, 2019, p. 22). Zetkin (1923) *apud* Mattos (2019, p. 25), também analisou que “a pequena burguesia e as forças sociais intermediárias inicialmente vacilam entre os poderosos campos históricos do proletariado e da burguesia”, posteriormente ficando “ao lado da burguesia”. Para Gramsci (2004) *apud* Mattos (2019, p. 30) “também na Itália a classe média acredita poder resolver os problemas econômicos através da violência [...] a experiência histórica não vale para os pequeno burgueses, que não conhecem a história”.

---

<sup>32</sup> Essa *lupemburguesia*, “expressões do submundo político de uma burguesia *parvenus*”, seria “composta por milicianos, contrabandistas, arrivistas, aventureiros, fazendeiros caipiras, fabricantes emergentes, empresários arruinados, especuladores obscuros, estelionatários, donos de termas, de empresas, de segurança, de transporte, de postos de gasolina, *habitués* de churrascaria rodízio e camarotes de micaretas, pastores descrentes, ex-jogadores de futebol, artistas pornô e leitores de um guru astrólogo delirante” (DEMIER, 2019, p. 125). Ou seja, a nosso ver, formada por uma pequena-burguesia.

Mattos (2019, p. 35), agregando os paralelos de atuação da pequena burguesia na Itália e Alemanha fascistas e o pós-2016 no Brasil, assevera que “a eleição de um fascista [Bolsonaro], entretanto, não significou, nem poderia significar, a imediata instalação de um regime fascista [...]”. O aparecimento da ideologia fascista está entrelaçada a crise (orgânica, a partir da influência gramsciana) e a um conjunto de outros fatores e situações: a ativação das forças armadas, a realização de um golpe de feições direta ou indiretamente militares, a violência como traço do ordenamento social, a atuação fragilizada dos partidos de esquerda, dentre outros elementos. A partir disso, em síntese, o autor afirma que não estamos num regime tipicamente fascista, mas nos encontramos a um passo de cair do precipício. Nas suas palavras:

seria, de qualquer forma, no mínimo ingênuo tomar as análises sobre o fascismo histórico como respostas diretas, capazes de anos trazer solução par grandes desafios de interpretação sobre o que se passa no Brasil atual. Por outro lado, feito o balanço, estamos para além da simples analogia: o estudo das elaborações clássicas do marxismo sobre o fascismo histórico, quando confrontado com o quadro atual, permite apontar a presença de um componente (neo)fascista nada desprezível no Brasil do primeiro ano de governo Bolsonaro. Não se trata de um governo homogeneamente fascista, muito menos de um regime político fascista, plenamente implantado, mas o (neo)fascismo não é apenas uma ameaça retórica exibida performaticamente nos discursos do presidente e seus apoiadores mais próximos (MATTOS, 2019, p. 43).

Para Cislighi (2019, p. 193) “os efeitos da crise de 2008 começam a ser sentidos no Brasil a partir de 2013. Não é coincidência, portanto, que tenham acontecido nesse ano os maiores protestos de rua da história do país”. Assim, deflagrando as respostas estruturais da agenda ultraneoliberal sob as particularidades nacionais e seus respectivos Estados, foi constituído o Golpe de 2016: “por meio do Temer, vice de Dilma Rousseff e representante da burguesia tradicional no Brasil, o país passa a sua própria fase ultraneoliberal” (CISLAGHI, 2019, p. 193).

Para Mota (2019, p. 142) “[...] não restam dúvidas sobre as inflexões do Golpe de 2016 na sociedade brasileira [...] ao favorecer descaradamente a concentração da riqueza e a concomitante ampliação da pauperização e do desemprego”. Nesse sentido, a “crise do neodesenvolvimentismo petista” e outros determinantes “forneceram a base material para o consenso conservador”, sendo que “a ideologia da anticorrupção foi o maior achado a direita para desqualificar a esquerda reformista no Brasil. [...] Os paraíbas, no léxico do presidente, foram os seus maiores antagonistas eleitorais” (MOTA, 2019, p. 142-143).

Na conjuntura pandêmica entre os anos 2020 e até o momento e na sua profunda conexão com a crise, observa-se “um processo de aumento do empobrecimento e dos

níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos de classe” (ANTUNES, 2022, p. 61) Destaca-se a base sobre a qual se assentou o agravamento do quadro pandêmico, especialmente com a “sociedade da terceirização total” com a lei de terceirização, e “a contrarreforma trabalhista”, a partir da qual foi liberado o perverso trabalho intermitente, que se tornou legal e formal”, (ANTUNES, 2022, p. 63). Na chegada do neofascismo ao poder em 2018 cruzada a conjuntura pandêmica, “o quadro se tornou verdadeiramente desesperador para a classe trabalhadora” (ANTUNES, 2022, p. 63). A política econômica do governo Jair Bolsonaro “expressa[ou] um enorme desprezo a vida do(a)s assalariado(as)s, as maiores vítimas da pandemia. Destacando o quadro de aumento do fenômeno da pobreza e suas parcas medidas de enfrentamento, afirma:

O dilema da classe trabalhadora tornou-se mais rude e duro: se voltam a trabalhar ou se permanecem em seus postos de trabalho, convertem-se em reais candidatos à vala comum dos cemitérios; se acatam o isolamento e a quarentena a classe trabalhadora que se encontra na informalidade morre de fome. A proposta do governo de oferecer R\$600,00 durante três meses (vale lembrar que a proposta inicial de Paulo Guedes era de R\$200,00) às parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora é acintosa, uma vez que é absolutamente insuficiente para garantir o mínimo de dignidade (ANTUNES, 2022, p. 63).

Nessa condição abjeta, “o coronavírus tem corpo-de-classe, atingindo mais mulheres assalariadas, negras e imigrantes” (ANTUNES, 2022, p. 64). Esse quadro, ainda pior entre os desempregados e desalentados, segundo Antunes (2022, p. 64), nos colocou “à beira de um colapso social profundo, impulsionado pelo capitalismo em sua variante ultraneoliberal, que é ainda mais corrosiva” (ANTUNES, 2022, p. 64). Remetendo o avanço da extrema direita no mundo, dando os exemplos da Inglaterra, Estados Unidos, Hungria, Áustria e Polônia, aborda que, com a queda de Trump, aponta os principais resultantes de sua política, uma “[...] posição ultra-agressiva, atissistêmica, que atribuiu a si a capacidade de mudar o mundo, mesmo sabendo que sua propositura é a porta de entrada para o Inferno de Dante, pois sela a finitude do que nos resta de vida civilizada” (ANTUNES, 2022, p. 66).

O autor compreende o processo pós golpe de 2016 como um novo ciclo de contrarrevolução e que mesmo “[...] as medidas devastadoramente neoliberais tenham gerado catarse na classe dominante, a eclosão da pandemia fez soçobrar a política da caverna (ANTUNES, 2022, p. 87).

Assim, o Golpe de 2016 é compreendido pela literatura especializada, não desconsideradas as distinções interpretativas, como uma notória demonstração do avanço da agenda neoliberal, agora nos moldes ultraneoliberais. A continuidade dessa

modalidade econômico-política contou com o conservadorismo e o neofascismo para se erguer. As eleições do atual presidente Bolsonaro, em 2018, foram uma prova disso. Contudo, reestabelecidos os arranjos da hegemonia do capital sobre a classe trabalhadora brasileira, os efeitos deletérios sobre os direitos sociais e trabalhistas foram o principal emblema do conjunto de contrarreformas do Estado e das políticas sociais, dentre elas, a da PAS, debatida a seguir.

### 3.2 O ultraneoliberalismo e a contrarreforma da PAS

Na caracterização do ultraneoliberalismo no último período as pesquisas a respeito do tema trazem o processo de contrarreforma do Estado e das políticas sociais como uma de suas principais ilustrações. Aborda-se aqui como esse processo tem corrido nas políticas de seguridade social, privilegiando a captura de seus desdobramentos na PAS.

Behring (2008), como aludi o próprio título do livro, “*Brasil em contra-reforma: reestruturação do Estado e perda de direitos*”, realiza um largo e qualificado estudo sobre os elementos de composição da contrarreforma da década de 1990. Problematiza-se minuciosamente as articulações da particularidade nacional com as tendências macrossocietárias da dinâmica capitalista, atrelando a isso o movimento das forças políticas no Estado, a expressão intelectual do novo modelo, além de medidas governamentais específicas, como o *Plano Real* e o Plano Diretor de Reforma do Estado. A síntese da pesquisadora, na dura crítica a apropriação da perspectiva de reforma – histórica, original e legitimamente oriunda do movimento dos trabalhadores – pela ideologia neoliberal, é de que:

[...] esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contra-reforma do Estado, e não uma reforma, como apontam – e ainda o fazem – seus defensores. Uma contra-reforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas (BEHRING, 2008, p. 281).

As sínteses da autora são de que existem “[...] pressões para a adaptabilidade, a flexibilidade, a atratividade e a competitividade por parte dos grandes capitais sobre os Estados nacionais” e, na particularidade brasileira, esse processo, emergente com maior nitidez na década de 1990 e consiste em algo diferente (BEHRING, 2008, p. 281-282):

[...] embora mantenha elementos em comum com períodos históricos anteriores, [...] é muito diferente daqueles ‘saltos para adiante’, *modernizações conservadoras* ou processo de *revolução passiva* e ‘pelo alto’”, caraterísticos dos processos decisórios anteriores, pois “[...] se tratou de uma paço para trás” (BEHRING, 2008, p. 281-282).

A autora afirma que “este retrocesso é o que caracteriza uma contrarreforma, por meio do qual houve quebra de condições historicamente construídas de efetivas reformas”, aliada a “[...] um processo mais amplo de profundas transformações” (BEHRING, 2008, p. 282).

Para Coutinho (2008, p. 97-98), mais uma vez, cirurgicamente alinhado ao manuseio das categorias gramscianas, a contrarreforma, enquanto termo e, “ainda que só aproximativamente”, enquanto conceito, difere-se da revolução passiva, comumente

utilizado no campo do marxismo brasileiro para tratar de períodos de reconfiguração da dominação burguesa em território nacional, “trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado”. O autor caracteriza o neoliberalismo como uma contrarreforma, posto que, ante uma revolução, em que ainda é possível garantir a incorporação de demandas da classe trabalhadora, se “têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo ‘selvagem’, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado” (2008, p. 97-98). Assim,

estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que [...] Marx chamou de ‘vitórias da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma*”. (COUTINHO, 2008, p. 103).

Continua, na elucidação da importância entre a conservação das velhas estruturas e a emergência do novo, afirmando que aquilo “[...] que caracteriza um processo da contrarreforma não é assim a completa ausência do novo”, sim “a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2008, p. 104). Dialogando, em outro ensaio presente no mesmo livro, em nota de rodapé, com o texto de Behring (2008), o autor diz:

tenho dúvidas sobre a possibilidade de aplicar à atual conjuntura brasileira, iniciada com o governo Collor, a categoria gramsciana de ‘revolução passiva’. Uma ‘revolução passiva’ implica algumas concessões às classes subalternas, como foi precisamente o caso do governo Vargas, do populismo em geral e até mesmo da ditadura militar (a qual, por exemplo, estendeu direitos previdenciários aos trabalhadores rurais e aos autônomos urbanos). Ao contrário, os últimos governos têm tido com meta apenas desconstruir direitos sociais já conquistados, o que talvez permita dizer que estamos numa época de contra-reforma. (Argumento em favor desta posição em *supra*, cap. IV; mas cf. também Elaine Rossetti Behring, *Brasil em contra-reforma*, [...]) Porém, ainda que se trate de contra-reforma e não de revolução passiva, a justeza da aplicação da noção de ‘transformismo’ ao período de transformismo que se inicia com o governo Cardoso e prossegue no governo Lula me parece inegável (COUTINHO, 2008, p. 142).

Coutinho (2008) aborda, assim, dois elementos cruciais do desenvolvimento capitalista no país e da relação das classes sociais com o Estado a partir da década de 1990: a contra-reforma e o transformismo. O primeiro, como temos mencionado, demonstra “o triunfo da pequena política, isto é, da afirmação de uma agenda que não põe em discussão as questões substantivas da formação social brasileira” (COUTINHO, 2008, p. 142). Posto que, mesmo a burguesia nacional tendo tomado “[...] consciência de que não pode recorrer mais, sem graves riscos, a uma pura dominação sem hegemonia”, tendo

em vista termos alcançado “[...] a maturidade da sociedade civil, ou seja, o fato de que somos hoje uma sociedade ‘ocidental’”, houvesse um avanço da hegemonia neoliberal no país<sup>33</sup> (COUTINHO, 2008, p. 138-142).

O segundo, atrelado a primeira, que diz respeito ao transformismo, é mencionada pelo autor como fio condutor da continuidade neoliberal. Se o governo FHC é demonstrativo da cooptação de lideranças do movimento contestatório a ordem para assumir a liderança das pautas regressivas, os governos do Partido dos Trabalhadores – PT, reconhecidamente composto por lideranças dos movimentos da classe trabalhadora, passam a assumir o mesmo papel de seus antigos opositores, abrindo “[...] caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós” (COUTINHO, 2008, p. 141).

Em ambos elementos se colocou em prática a “[...] clara proposta de redefinição do Estado” por parte das classes dominantes de acordo com seus velhos e novos interesses (COUTINHO, 2008, p. 146). O autor, assim como Oliveira (1998), chega até mesmo a afirmar “uma crise terminal de um tipo de Estado burguês”, pois “tudo indica ser impossível restaurar ou conservar aquele tipo de organização estatal que conhecemos desde a década de 1930 e que [...] produziu entre nós, ao mesmo tempo, expressivos déficits de democracia [...]” (COUTINHO, 2008, p. 146).

Diante da ascensão do neofascismo conservador, a partir do Golpe de 2016, a continuidade neoliberal coloca no segundo plano da economia política do capital os ganhos obtidos com o transformismo no período da variação neodesenvolvimentista/social-liberalismo, seguindo a partir de agora com o ultraneoliberalismo. Contudo, as contrarreformas passam a ser um relevante demarcador dessa continuidade.

O Novo Regime Fiscal é onde se assenta a contrarreforma neoliberal. Firmado pelo Golpe de 2016<sup>34</sup>, o arrocho fiscal estabelecido como mecanismo de controle das contas públicas, em nome do corte nos gastos sociais, tende na redução do orçamento de

---

<sup>33</sup> Nesse parágrafo, assim como em outros em que mencionamos categorias teóricas como sociedade civil ou a caracterização de modelos ocidentais e orientais, de manuseio do autor a partir da obra gramscina, recomendamos, para uma melhor compreensão de seus significados e usos, a leitura de Coutinho (2008) e Coutinho (1992).

<sup>34</sup> Argumentos inicialmente desenvolvidos no artigo “Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da Política de Assistência Social” (SANTOS, 2020), disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25526](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25526).

políticas sociais estruturantes do modelo de proteção social brasileiro. A partir de 2016, o Projeto de Emenda Constitucional Nº 55/2016, hoje a Emenda Constitucional Nº 95 – EC-95, institucionaliza o Novo Regime Fiscal e as perspectivas são catastróficas.

A EC-95, o Novo Regime Fiscal, ano após ano, tem travado o funcionamento de diversos serviços sociais públicos, como demonstravam algumas projeções realizadas por organismos paraestatais. O IPEA (2016, p. 7), as vésperas de aprovação da emenda, publicou uma nota técnica demonstrando devastadoras consequências advindas com a fixação dos gastos federais, uma vez que “para adequar o limite proposto pela PEC 55, algumas reformas serão necessárias”.

Na previdência social, Cislighi (2019) afirma que apesar do governo de Temer ter obtido êxito na aprovação da EC – 95 e na “[...] contrarreforma trabalhista e na intensificação do processo de coerção militarizada, com a intervenção do Exército na área da segurança pública em diversos estados da federação”, não obteve o mesmo êxito na contrarreforma da previdência. Contudo, com após a conquista do controle neofascista sobre o governo brasileiro, com as eleições de Bolsonaro em 2018, “a principal medida após a posse [...] foi o anúncio da uma contrarreforma da previdência ainda mais contundente do que as contrarreformas executadas por governos anteriores”. Dessa forma, define sobre o processo de contrarreforma previdenciária do momento ultraneoliberal, sumariando:

além das tradicionais reduções de direitos e aumento de alíquotas, uma mudança definitiva para os novos trabalhadores: a previdência em regime de capitalização, indo portanto, além da capitalização parcial e não obrigatória já implementada nos governos anteriores por meio da regulamentação de fundos complementares para os trabalhadores do setor público (CISLAGHI, 2019, p. 194)<sup>35</sup>.

Com base nos estudos de Granemamm, diz que “não consideramos que a previdência complementar possa ser considerado previdência, mas um investimento no mercado de capitais de longo prazo” (CISLAGHI, 2019, p. 203). Concluindo sobre esse processo que “o resultado desse processo de ultraneoliberalização em curso, certamente, é a barbárie social para os trabalhadores, os quais se encontrarão sem saúde, sem aposentadoria, sem educação, sem moradia, sem nada” (CISLAGHI, 2019, p. 203).

---

<sup>35</sup> Ainda, para a autora “em um momento de crise, a capitalização alimenta, portanto, a financeirização da economia por meio da apropriação de fundos públicos, compostos principalmente por trabalho necessário, isto é, salários dos trabalhadores, expropriados pelo Estado por meio de um sistema tributário cada vez mais regressivo” (CISLAGHI, 2019, p. 202).

Na saúde, Soares (2020, p. 282), no que intitula de “contrarreforma ultraneoliberal na política de saúde”, observa que, na primeira fase do golpe de 2016 em que Temer assume o poder, “as inflexões realizadas no curto espaço de tempo de seu governo, de 2016 a 2018, tiveram um impacto enorme sobre a estruturação do SUS e seus princípios fundamentais e, por conseguinte, sobre a materialidade do direito a saúde”, destacando que “a consequência mais imediata tem sido o desfinanciamento do SUS, que já sofria anteriormente com um subfinanciamento (SOARES, 2020, p. 283-284). Haja vista o quadro mais amplo dessas consequências:

importa ressaltar que a perda de recursos desdobra-se concretamente numa maior focalização e precarização do SUS e, conseqüentemente, na restrição do acesso ao direito à saúde, ainda que não tenha havido alterações constitucionais sobre a sua universalidade. Isto porque, enquanto o sistema perde recursos, aumentam as suas demandas, seja pelas altas taxas de desemprego com perda de contratos coletivos de planos de saúde, seja pelo agravamento da questão social, seja pelo envelhecimento populacional (SOARES, 2020, p. 284).

Quando “a barbárie adentrou pela porta da frente” (SOARES, 2020, p. 291), momento da vitória das eleições de Bolsonaro em 2018, viu-se a adoção de “estratégias históricas da contrarreforma na política de saúde” (SOARES, 2020, 294). A pesquisadora deflagra a continuidade da contrarreforma da política de saúde destacando o conjunto medidas que tendem a flexibilização das suas formas de objetivação e a abertura dessa política para o mercado, desde a atenção primária a outras políticas específicas como a de saúde mental. Em síntese, afirma:

a racionalidade hegemônica no âmbito da política de saúde nesse primeiro ano do governo Bolsonaro, que orienta a contrarreforma na saúde, adensa elementos da racionalidade instrumental burguesa que organiza e conforma a concepção de um Estado gerencialista de cunho ultraneoliberal e completamente focado no atendimento das necessidades do mercado (SOARES, 2020, p. 297).

Na PAS não foi diferente. O conceito de contrarreforma não foi utilizado pela literatura especializada para definir as transformações oriundas nessa política na sua relação com a estruturação neoliberal no Brasil. Posto que, durante os períodos históricos anteriores, foi marcada pelo seu reducionismo, na década de 1990, e pela sua expansão durante os anos 2000, quando conformou o processo de assistencialização da proteção social. Contudo, esse quadro muda e se complexifica após o Golpe de 2016.

Até o momento, as incidências do ultraneoliberalismo sobre a PAS levam a sua conceituação enquanto uma contrarreforma. É possível caracterizar esse processo contrarreformista por vários ângulos em que se observe essa política social desde então: mudanças orçamentárias frente os impactos da EC – 95; as incidências sobre a

estruturação da política, desde a sua forma de funcionamento a concepção de assistência social adotada; na flexibilização e precarização dos trabalhadores que a objetivam.

Do ponto de vista dos impactos orçamentários, na linha de cumprimento do Novo Regime Fiscal, Boschetti e Texeira (2019, p. 82) observam várias medidas sintetizadas em uma “redução da assistência social”. Quanto ao PBF, o principal carro-chefe da PAS, ocorreu uma redução dos recursos de 14,4%, entre os anos de 2014 e 2017, e 10,1%, entre os anos de 2014 e 2018 (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019, p. 83). Quanto ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), “[...] surgem [...] características novas e negativas, a exemplo da redução dos já poucos recursos destinados aos serviços socioassistenciais” (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019, p. 84). Diante da partilha do orçamento da PAS, os serviços socioassistenciais foram os mais atingidos, posto que:

os valores transferidos para os serviços tiveram uma diminuição de 38,6%, com queda de R\$2,6 bilhões em 2012 para 1,6 bilhão em 2018, valor inferior ao ano de 201, que apresentava o valor mais baixo no intervalo de tempo entre 2012 e 2017. Ou seja, o valor investido em serviços socioassistenciais em 2018 foi o menor da série histórica.

Da mesma forma, caíram os orçamentos de programas, projetos e ações no campo da gestão, com perdas de 47,7% nos recursos entre os anos de 2012 e 2017 (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019, p. 86). As despesas com ações voltadas a estruturação e funcionamento do SUAS, em 2017, “[...] caíram praticamente pela metade em relação ao aumento do gasto em 2012, que foi de R\$299 milhões e correspondeu somente a 40% dos gastos em 2013, que foi de R\$390 milhões” (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019, p. 82). O FNAS, apesar de continuar crescendo em recursos, foi redefinido na direção de uma “[...] processual desmonte dos equipamentos públicos”, como demonstra a Tabela 1 demonstrativa a seguir trazida pelas autoras em sua publicação:

**Tabela 1: Evolução dos recursos do FNAS por serviços, benefícios e projetos – 2012 a 2018 (valores em R\$ milhões)**

Ações	Anos						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Serviços	2.614	2.588	2.214	1.740	1.780	2.007	1.606
Projetos e gestão	299	391	248	99	117	156	252
Benefícios	43.231	45.291	47.965	50.718	55.749	55.721	56.201

Total	46.144	48.270	50.247	52.557	57.646	57.884	58.059
-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Boschetti; Texeira, 2019, p. 87

As pesquisadoras ainda mencionam como esses impactos no orçamento da PAS são atestados com a aprovação da Medida Provisória (MP) n. 815, de 2017, que passou a oferecer apoio financeiro aos entes federativos municipais, que teve como justificativa sua incapacidade na prestação de serviços públicos essenciais, “devido à redução do volume de recursos transferidos pela União e da própria arrecadação nos municípios no contexto de recessão econômica” (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019, p. 85).

Silva (2020a), por sua vez, com dados mais atualizados, também aborda sobre o orçamento da PAS já na gestão Bolsonaro e no período pandêmico. Em uma notória medida autoritária por parte do governo federal, em contraposição as ainda restantes instâncias de controle social, em 2019, “o valor orçamentário aprovado por Resolução do CNAS foi de R\$ 2.739.858 bilhões, enquanto que o que foi efetivamente autorizado pelo governo federal foi R\$ 1,6 bilhão” (SILVAa, 2020, p. 214). No ano de 2020 também já sinalizava reduções, de acordo com Silva (2020, p. 214), “o orçamento previsto pela LOA, para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), R\$ 1,34 bilhão, e pelo menos 15% menor que o valor aprovado no ano passado”<sup>36</sup>. Reiteradamente, estudos demonstram “[...] 2014 e 2020 o orçamento Inicial para a Assistência Social caiu de R\$ 3 bilhões para R\$ 1,3 bilhão, uma redução de 57%” (COALIZAÇÃO DIREITOS VALEM MAIS *apud* SILVAa, 2020, p. 218).

Para Silva (2020b, p. 151) “o governo Bolsonaro vem aprofundando essas medidas ultraneoliberais que reforçam os traços mais tradicionais nessa área social”. O pesquisador salienta o uso da Portaria 2362/2019, que teve como objetivo “[...] promover a equalização do cofinanciamento federal do SUAS à Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual”, sendo que, tal equalização na realidade, “desconsidera o pacto federativo no âmbito do SUAS, estabelece critérios de adequação dos repasses dos recursos e da redução”, assim, colocando “[...] em risco a existência desse sistema em todo o país, principalmente nos municípios de pequeno porte” (CONGEMA *apud* SILVAb, 2020, p. 151).

---

<sup>36</sup> A diferença entre os valores apresentados por Silva (2020) e Boschetti e Texeira (2019) concernentes ao FNAS ocorre pela escolha dessas últimas na discriminação de elementos próprios das subfunções orçamentárias previstas com fins de suas finalidades de pesquisa.

Todos esses pesquisadores que trataram sobre os impactos do ultraneoliberalismo no SUAS, ainda apresentam, em unanimidade, que o orçamento da PAS, precisamente aquele direcionado ao SUAS, vem sendo minado e redirecionado em favor do Programa Criança Feliz (BOSCHETTI; TEXEIRA, 2019; SILVA 2020a; SILVA, 2020b).

As reformulações no campo dos programas de transferências de renda durante a pandemia também afetaram o orçamento. Um expressivo crescimento do orçamento da PAS, entre os anos de 2019 e 2020, foi feito a custos do “[...] corte recursos de outras políticas e rubricas centrais, como educação e saúde” (BOSHETTI, 2021, p. 80). Os recursos do Auxílio Brasil, que veremos mais detalhadamente a seguir “drenaram recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, especialmente dos serviços sociassistenciais, dentre outras retrocessos:

com a participação no FNAS caindo de 5,6%, em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agravará em 2020. Também vem ocorrendo perda gigantesca de recursos dos programas, projetos e ações da gestão do Suas, com redução de 15,5% entre 2012 e 2018 e diminuição de sua participação no FNAS de 0,8%, em 2013, para 0,4%, em 2018. Os dados [...] revelam que os recursos para o Suas (exceto BPC e RMV) em 2019 haviam sofrido redução de 2% em relação a 2018. E a proposta de Lei Orçamentária para 2020 previa somente R\$ 1,344 bilhão para o Suas (exceto BPC), o que significa uma queda de 31% em relação ao valor gasto em 2019, ou seja, trata-se de uma política de cobertor curto, que tira dos serviços e direitos para a “transferência de renda”, em proporções muito maiores do que já vinha ocorrendo (BOSCHETTI, 2021, p. 81).

Quanto a estruturação da política, as alterações regressivas perpassam desde a forma de funcionamento do SUAS ao uso dos programas de transferência de renda. A primeira e crucial demonstração dos impactos ultraneoliberais foi a adoção do Programa Criança Feliz, criado no governo Temer em 2016 e ainda em execução, seis anos após. Para Silva (2020b, p. 150-151) “o golpe institucional que se expressou com o *impeachment* da presidente Dilma e a posse do seu vice, Temer, as medidas ultraneoliberais resgataram/reforçaram a seu favor o que existe de mais tradicional/conservador”. O autor ilustra o conjunto dessas medidas sobre a PAS, dentre elas, o conservadorismo do referido programa:

o governo ilegítimo de Temer reforçou a condição de ajuda da assistência social, por meio do congelamento dos recursos; da redução drástica do orçamento; do retornodo primeiro-damismo no governo nacional; da descoordenação das ações; do descumprimento do comando único e das medidas deliberadas na conferencia nacional da área, dos critérios ainda mais rígidos de seleção e acompanhamento dos usuários; do aprofundamento da precarização das condições e relações de trabalho; do incentivo ao trabalho de visitantes sociais vinculados ao Programa Criança Feliz, de voluntários; da promoção da caridade e da filantropia etc (SILVA, 2020b, p. 156).

Para Silva (2020b, p. 152) uma “[...] concepção de assistência como ajuda e não como direito que orienta as decisões desse governo”. Nesse sentido, o Programa Criança Feliz é um dos exemplos no rol dessa concepção que passa a ser adotada, “ao fortalecer

o chamado ‘terceiro setor’, promover a caridade e a filantropia, acentuar a precarização das condições de trabalho”, ou seja, vem se desenvolvendo na contramão dos princípios e diretrizes da Lei orgânica da Assistência Social e da PNAS/SUAS” (SILVA, 2020b, p. 152).

Medeiros *et al* (2021) problematizam alguns desses aspectos conservadores do referido programa, dando relevância ao fenômeno do primeiro-damismo<sup>37</sup>. Tal movimento de retomada de aspectos conservadores no interior da PAS demonstram que não havia uma superação desse engodo por parte da cultura brasileira e do próprio SUAS em seu processo de expansão, sendo um terreno fértil para o reflorestamento dessas práticas, posto que:

[a]s pautas que historicamente se colocaram como carro-chefe das ações das primeiras-damas foram a infância e as mulheres e, mais recentemente, as pessoas com deficiência, [sendo que], na atualidade, a pauta que mais vem sendo abraçada e a da Primeira Infância, desde o Criança Feliz de Marcela Temer. (MEDEIROS, 2020 *apud* MEDEIROS *et al* 2021, p. 126).

Desde uma ótica conservadora sobre a PAS o programa, em notória disputa com a concepção de direito público impressa na estruturação da política durante o ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista, menosprezou as instâncias de controle social quando criado. Em ação direta do mesmo CNAS, anteriormente menosprezado, é incorporado ao Marco Legal da Primeira Infância que, na análise de Medeiros *et al* (2020, p. 127), acabou por cancelar “[...] a execução de um programa criado de forma autoritária e com interesses patrimonialistas e clientelistas”.

Aborda-se, nessa perspectiva diversos elementos relevantes a respeito do programa: o familismo, reforçando “[...] a responsabilização da família pelo autocuidado e proteção”; “[...] um forte conteúdo moral e de controle sobre famílias pobres e de responsabilização das mulheres”; “[...] idealiza a infância, descontextualizada sua condição de classe, desconsiderada as desigualdades sociais, imputando as famílias em situação de pobreza a falta de cuidado com seus filhos” (MEDEIROS *et al*, 2021, p. 127-128). Uma emblemática demonstração da renovação das ideias neoliberais no Brasil, como analisamos em outro trabalho (SANTOS, 2019) ou, como dizem os autores,

[...] uma proposta conservadora de enfrentamento à questão social, reforçando ainda mais a focalização na pobreza e a autoresponsabilização, das pessoas, principalmente das mulheres-mães pobres, pela proteção social,

---

<sup>37</sup> O primeiro-damismo “[...] é um fenômeno de caráter histórico que se fundamenta na particularidade da formação social brasileira, funcionando como estratégia de legitimação da dominação burguesa” (MEDEIROS, 2020 *apud* MEDEIROS *et al*, 2021, p. 125).

desconsiderando as ações já desenvolvidas para o desenvolvimento da criança nas áreas de saúde, com as ações dos Agentes Comunitários de Saúde, de educação e os serviços já existentes na Política de Assistência Social, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças até seis anos, serviço complementar e diretamente articulado ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), operacionalizado no âmbito da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social (MEDEIROS *et al*, 2021, p. 128).

Quanto a transferência de renda, colocada ao centro das questões contemporâneas brasileiras, Mauriel (2020, p. 225) é contundente em sua análise, quando diz que a forma como a PAS “[...] tem sido realizada na pandemia está conectada ao projeto neoliberal em curso há décadas, radicalizado a partir da crise de 2008, mas agora adaptado a gestão da crise sanitária e econômica”. Situando os programas de transferência de renda a particularidade dependente brasileira e na dinâmica de expropriação e exploração, assevera que:

o modo de ser da assistência social sob o neoliberalismo, em que a transferência de renda como alívio da pobreza ganhou centralidade, parece manter seu conteúdo essencial: se por um lado reduzem momentaneamente as carências dos segmentos mais pauperizados da população trabalhadora, por outro se articula aos processos de precarização do trabalho e expropriação de direitos, garantindo a manutenção de ajustes fiscais e a remuneração do capital financeiro (MAURIEL, 2020, p. 225).

Após o golpe de 2016 está ocorrendo um processo [...] que amplia ultrafocalismo, o assistencialismo e o conservadorismo na assistência social”, ao mesmo tempo em que “[...] medidas contrarreformistas mais agudas aprofundam o desfinanciamento” (MAURIEL, 2020, p. 241). Diante dos cortes sofridos pela política em muitas de suas ações, como os benefícios sociais, “5,7 milhões de pessoas perderam benefícios (dentre esses 5,2 milhões de pessoas perderam o Bolsa Família”, entre 2016 e 2018 (MAURIEL, 2020, p. 241).

No momento pandêmico algumas das principais medidas de enfrentamento a crise na América Latina foram as políticas de transferência de renda, a partir de elementos como a “criação de novos programas, além da extensão dos já existentes, com ações de antecipação de parcelas, ampliação de valores e de cobertura, incluindo pessoas em situação de pobreza e trabalhadores informais” (CEPAL *apud* MAURIEL, 2020, p. 246). No caso brasileiro, a criação do Auxílio Emergencial, pela Lei 13982/2020 (MAUIREL, 2020).

Para Boschetti (2021, p. 81) “o que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social”. Ainda de acordo com a pesquisadora, “dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio

emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros”. Indagando sobre uma concepção assistencialista de assistencial social “[...] que vai na contramão das formulações constitucionais”, incrustada na versão ultraneoliberal dos programas de transferência de renda, diz que “ela objetiva garantir proteção ao capital, e não classe trabalhadora” (BOSHETTI, 2021, p. 81).

Silva (2020c, p. 741-743) elenca diversos problemas oriundos a implementação do programa, dentre eles: a burocracia como “mecanismo fundamental para emperrar, dificultar ou inviabilizar o acesso aos direitos”; “a quantidade de cadastros considerados inconclusivos”; a negligência quanto ao “gravíssima desigualdade de acesso à internet e mesmo à telefonia móvel que existe no país e as dificuldades que o segmento mais empobrecido tem de manusear tais mecanismos”; o crescimento do desemprego e da pauperização entre os trabalhadores informais no período pandêmico que, sem nenhuma proteção trabalhista, engrossaram a demanda pelo programa. Assim, classificando o programa um o auxílio emergencial “[...] demonstração da necessidade de ampliação da transferência de renda para segmentos dos trabalhadores que antes não se enquadravam nos restritos critérios de acesso do PBF” (SILVA, 2020c, p. 743-744).

Quanto a força de trabalho, não é novidade que a expansão da PAS, especialmente a expansão do SUAS entre 2004 e 2012 foi uma expansão precarizada do mercado de trabalho na área, contanto sempre com um número expressivo de trabalhadores precarizados por meio da flexibilização das formas de contratação (SANTOS, 2020). O SUAS foi um sistema que já nasce sob o prisma da contrarreforma do Estado, onde as incidências da acumulação flexível e do modelo neoliberal também já tinham como foco a força de trabalho estatal. De acordo com Pereira (2020, p. 113), “desde a década de 1990 está em curso no Brasil um ataque permanente ao funcionalismo público que se acirra nos momentos de crise e se abranda nos períodos de crescimento da economia”, demonstrando com o conjunto de medidas que afetam diretamente os trabalhadores do serviço público, operados por “[...] seguidas reformas administrativa e previdenciária”.

Parece não ser diferente na PAS, especialmente no atual momento ultraneoliberal. Para Bochetti (2020, p. 7), “não existe uma pesquisa nacional detalhada e nem dados específicos sobre o mercado de trabalho em geral, e nem sobre as condições específicas de trabalho de assistentes sociais no SUAS”. Contudo, em sua análise sobre a relação entre serviço social e assistência social na realidade contemporânea, aponta “[...] algumas tendências verificadas em estudos pontuais, ou em manifestações sistemáticas dos profissionais em eventos”, elencando:

imensa desigualdade ou disparidade salarial entre esferas de governo: federal, estadual e municipal, sendo que as piores condições estão nos executivos municipais (em especial as cidades de pequeno porte) que concentra o maior número de trabalhadores do SUAS; reduzidos salários, o que obriga muitos profissionais a duplos ou triplos contratos de trabalho; condições de trabalho precarizadas ou total falta de condições técnicas, como inexistência de espaço físico exclusivo, ausência de equipamentos para guarda de material, ou de equipamentos para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado nos CRAS e CREAS; intensificação das rotinas de trabalho, em decorrência do aumento das demandas e incompatibilidade com o quadro de trabalhadores; desconhecimento, desvalorização ou desqualificação profissional, o que provoca demandas de trabalho estranhas às competências e atribuições profissionais; desregulamentação dos direitos, endurecimento dos processos de trabalho e fragmentação das tarefas, o que leva a um processo de diluição das particularidades e especificidades profissionais: o assistente social é chamado a fazer tudo e qualquer coisa, o que dificulta, inclusive, o trabalho interdisciplinar (BOSCHETTI, 2020, p. 7).

A Fundação Getúlio Vargas (2020) publicou uma nota técnica sobre a pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil, realizada durante o primeiro semestre de 2020, a partir de amostra, com dados alarmantes. Do total de profissionais estudados, 61,50% não se sentiam preparados para com a crise do Coronavírus, o resultado segmentado demonstrou que na região norte do país, por exemplo, nenhum entrevistado respondeu que se sentia preparado para lidar com tal crise (FGV, 2020, p. 5).

Antes de classificarmos o questionamento como abstrato, segue-se outros dados que substanciam a informação inicial. 61,5% dos trabalhadores responderam que não recebeu equipamentos necessários, na forma de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (FGV, 2020, p. 6). Sendo o sudeste (65,83%) e a norte (66,67%) as regiões que houveram os maiores percentuais de negativas quanto ao recebimento de EPI (FGV, 2020, p. 6). Ao passo em que, daqueles que responderam ter recebido EPI para o desenvolvimento de suas atividades laborais, apenas 36,67% disseram que a qualidade dos equipamentos recebidos era excelente ou boa (FGV, 2020, p. 7), ou seja, poderiam oferecer uma real segurança.

Piorando o quadro, apenas 12,98% afirmou ter passado por alguma treinamento ou formação para lidar com o Coronavírus (FGV, 2020, p. 8). De acordo com o estudo, “os percentuais em todas as regiões são baixos, mas ainda dentre os que receberam treinamento, o hiato entre as regiões Nordeste e Sul supera 30 pontos percentuais”, o que poderia indicar “uma aparente desigualdade de acesso a recursos pelos(as) profissionais respondentes do questionário nessas localidades” (FGV, 2020, p. 8). Sobre os impactos da crise do coronavírus no trabalho, as respostas também foram preocupantes:

74,26% dos profissionais disseram que a crise do Covid-19 alterou a relação que têm com os cidadãos. Quando solicitados a explicar esta mudança, 311 profissionais responderam. Parte significativa deles (40%) indicou que, quando há encontros presenciais, eles são marcados pelo estabelecimento de distância física entre os profissionais e os usuários do serviço. Outros relatos sugerem que, em muitos casos, os profissionais nem chegam a se relacionar presencialmente com os usuários do serviço, pois estão em isolamento social (16,5%), realizam atendimento remoto (7%) e reduziram ou suspenderam atendimentos (4%). Uma terceira parte dos participantes relata impactos emocionais negativos (8,6%), como medo, frustração e preocupação na relação com os usuários e reconhecem que o vínculo com eles está diferente (6%) (FGV, 2020, p. 8-9).

Sobre o amparo do empregador e principal agente público na construção de estratégias para o enfrentamento da crise sanitária, observou-se que “em sua grande maioria, os profissionais não se sentem apoiados” (FGV, 2020, p. 9). O estudo ainda sinaliza um conjunto de recomendações que deveriam ser adotadas, haja vista o quadro de insegurança identificado e risco concreto por parte dos trabalhadores. Lembre-se que está se falando de um momento em que havia ainda muitas incertezas sobre a crise sanitária, até mesmo a vacina ainda não havia sido criada.

A flexibilização e precarização do trabalho são tendências inerentes ao trato a força de trabalho incorporada a PAS, um dos principais pontos de continuidade do neoliberalismo na sua forma de objetivação. Uma força de trabalho que muitas vezes beira a superpopulação relativa é convocada para gerir as demandas da sua própria fração de classe, aproximando-se nos episódios de crise em que há aumento do fenômeno da pobreza e rebaixamento geral das condições de reprodução dos que vivem da venda da força de trabalho. O que se destaca é o trato do Estado empregador à esses profissionais, remontando o dilema sofrido pela parcela mais pauperizada da classe trabalhadora nacional, na escolha entre a necessidade de isolamento como medida de segurança e a necessidade de trabalhar para garantir seu salário durante a crise sanitária.

Esse quadro sinaliza que a PAS incorpora elementos particulares de uma contrarreforma, oriunda da devastação ultraneliberal no país, que afeta diferentes segmentos das suas formas contemporâneas de objetivação. A redução e malabarismo do seu orçamento, o assistencialismo empregado na estrutura do SUAS, em que se destaca o corpo estranho do Programa Criança Feliz, o reducionismo dos programas de transferência de renda ou a flexibilização e precarização da força de trabalho empregada, são ilustrações desse processo. As palavras desmonte, retrocesso ou redução são utilizadas pela literatura especializada como forma de definir partes e o todo dessas transformações na PAS. Contudo, a contrarreforma como regressão de direitos e definição de uma agenda de lutas no campo da sua conservação e não da ampliação de

conquistas, como abordamos inicialmente nos textos de Boschetti (2008) e Coutinho (2008), parecem ser a conceituação mais adequada.

### 3.3 Assistência social e pobreza no Brasil contemporâneo

Boschetti (2018), problematiza o lugar da assistência social na relação entre Estado e expropriações contemporâneas. Retomando a profícua problematização desenvolvida em trabalhos anteriores, elucida-se “[...] como a assistência social vem se constituindo como uma das principais políticas sociais do Estado Social capitalista recente”, especialmente em relação a “[...] forma de benefício monetário [...] destinado a assegurar a reprodução da superpopulação relativa estagnada em condições mínimas de sobrevivência” (BOSCHETTI, 2018, p. 133). Neste pressuposto da relação entre assistência social e expropriações contemporâneas, afirma:

a assistência social participa de forma cada vez mais intensa das bases materiais para a acumulação do capital e favorece os processos de expropriação social de direitos do trabalho e da previdência, criando condições para a superexploração da força de trabalho em todos os países capitalistas (BOSCHETTI, 2016 *apud* BOSCHETTI, 2018, p. 133).

Boschetti (2018) realiza suas análises a partir da obra marxiana e de alguns de seus intérpretes mais recentes, como Mandel (1982), dando destaque aos vínculos do Estado com a produção e reprodução social. A todo momento a pesquisadora articula a análise da política social enquanto reflexo das contradições de classe nas tendências gerais do movimento capitalista, com o importante peso dos limites impostos pelas forças oponentes das classes antagônicas nos processos decisórios do Estado, considerando os limites burguês desse último e as distinções dessas relações de força nas distintas formações nacionais.

Assevera-se que “alguns processos contemporâneos de expropriação social agem nessa intersecção entre trabalho e direitos sociais”, no caminho de perpetuar a dinâmica capitalista das expropriações enquanto “[...] ‘novos’ e ‘modernos’ processos de disponibilização da força de trabalho para a acumulação de capital” (BOSCHETTI, 2018, p. 153). Dialogando com Fontes (2010), para a pesquisadora, a venda da força de trabalho sem a mediação protetiva do Estado, mencionando subtrações de direitos como a aposentadoria e o seguro-saúde, “[...] constituem processos contemporâneos de expropriação social” (BOSCHETTI, 2018, p. 154). Na medida em que também compreende a “[...] alienação dos bens públicos transformando-os em mercadorias, a exemplo das privatizações da saúde e da educação”, na mesma perspectiva (BOSCHETTI, 2018, p. 133).

A autora centra a relação entre expropriações contemporâneas, ou, nas palavras de sua preferência, expropriações sociais, na disputa histórica e secular do fundo público

e do aprisionamento do Estado no circuito de valorização (BOSCHETTI, 2018, p. 155). Posto que, “o compromisso com o pagamento de juros e amortizações leva os governos a aumentar impostos sobre a classe trabalhadora”, em contrapartida a redução de “[...] investimentos em direitos e serviços públicos, provocando uma expropriação forçada da classe trabalhadora” (BOSCHETTI, 2018, p. 155). Ainda em diálogo com Fontes (2010) e com as acepções marxianas afirma:

o que nos parece fecundo nesta análise é compreender a expropriação como processo de subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho mediadas pelo Estado Social, por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público antes destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2018, p. 158).

Nesse sentido, a apropriação do fundo público é favorável a acumulação em diferentes frentes. Entre a “redução dos sistemas públicos [...] e a expansão dos sistemas privados de saúde e previdência social a partir dos anos 1990, em praticamente todos os países capitalistas”, as expropriações ocorrem por mecanismos atuantes, dentre outros, na supressão ou diminuição dos direitos sociais de saúde e previdência, obrigando “[...] a classe trabalhadora a despendar parte de seu salário com a compra desses bens e serviços no mercado, operando a transformação dos direitos em mercadorias” (BOSCHETTI, 2018, p. 158-159). Nessa interpretação, ocorreria uma “[...] dupla subsunção do trabalho ao capital”, no caminho contemporâneo dessas expropriações:

subtração de direitos sociais de subsistência que obriga os trabalhadores a disponibilizar a sua força de trabalho no mercado; e a mercantilização de direitos que passam a ser mercadorias disponíveis no mercado (BOSCHETTI, 2018, p. 159).

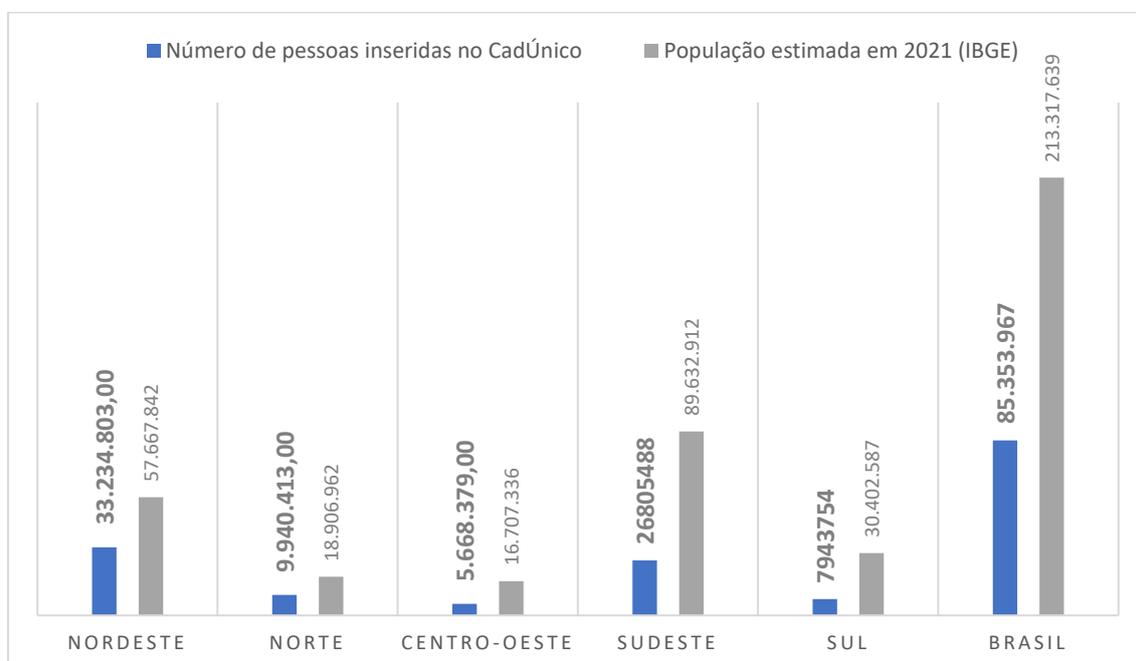
O principal objetivo, nesse caso, é “[...] limitar o aumento das despesas públicas pela via da restrição/redução dos direitos, estimular a oferta mercantil destes serviços e assegurar a subsunção do trabalho [...]”, na atual fase de ofensiva do capital (BOSCHETTI, 2018, p. 159).

A assistência social, precisamente, comporia a dinâmica de expropriações se acoplada a supressão desses demais direitos, “já que esta constitui uma forma de mediar a reprodução da superpopulação relativa, especialmente a estagnada” (BOSCHETTI, 2018, p. 160-161). É exatamente, de acordo com a pesquisadora, por “[...] assegurar a reprodução da superpopulação relativa estagnada nos limites da sobrevivência e do consumo” que a assistência social, nesses termos, “participa de forma cada vez mais ampliada das bases materiais para a acumulação do capital e favorece os processos de expropriação social de direitos do trabalho e da previdência”, compondo condições de realização da superexploração do trabalho (BOSCHETTI, 2018, p. 161).

Boschetti (2018) destaca essa relação entre assistência social, expropriações e superexploração em particularidades periféricas, como a brasileira. Nesses casos, ou melhor, no nosso caso, “[...] a assistência social constitui, muitas vezes, a única possibilidade de acesso a recursos de sobrevivência”, a exemplo, “as 12 milhões de famílias que contam somente com o Bolsa Família para assegurar o mínimo necessário à sua reprodução” (BOSCHETTI, 2018, p. 161). Ao contrário da ingênua percepção dos “benefícios assistenciais monetários” na “redução da superexploração”, concretamente, o que se tem é a sua participação no campo mais amplo das expropriações de submissão da classe trabalhadora a “[...] servidão sem proteção” (BOSCHETTI, 2018, p. 162).

Tal realidade de manifesta na realidade brasileira de forma exemplar. Entendemos que é possível captar a movimentação do fenômeno a partir de um cálculo básico. O cruzamento entre o quantitativo de pessoas inseridas no Cadastro Único de Programas Sociais, o CadÚnico, em relação ao número geral de pessoas que ocupam o território brasileiro como um todo e nas suas particularidades regionais, estaduais e municipais, como se pode ver no Gráfico 1.

**Gráfico 1: Comparativo entre números absolutos de pessoas inseridas no CadÚnico e a população brasileira (junho de 2022)**

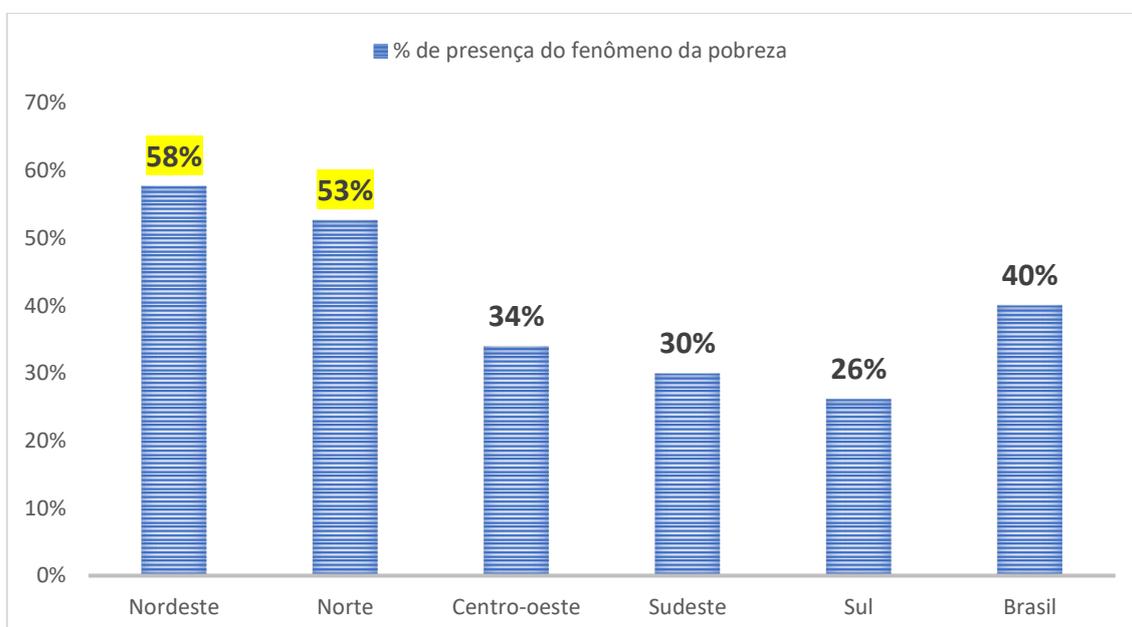


Fonte: Relatório de Informações Sociais (V.4), Ministério da Cidadania (MC)/ Estimativas populacionais, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Relatório de Informações Sociais (V.4). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#/>.

É possível identificar o fenômeno da pobreza utilizando os critérios do próprio CadÚnico. Ou seja, uma pessoa pobre é aquela que possui renda per capita mensal de até  $\frac{1}{2}$  SM, o que significa viver com até R\$611 mensais (Gráfico 2). Lembremos, por exemplo, que a cesta básica segundo o DIEESE (2022), na capital de São Paulo, em maio, foi de R\$803,99, contendo apenas itens alimentícios básicos, como arroz e feijão. Dados oficiais do governo brasileiro, declaram a existência de milhões de pessoas vivendo em situação tão precária de vida que não conseguem suprir nem mesmo as suas necessidades alimentares básicas. Quadro ainda pior quando consideramos outros elementos essenciais na sobrevivência de qualquer pessoa em cidades como São Paulo, como as despesas como energia elétrica, água, gás, transporte ou internet.

**Gráfico 2: Presença do fenômeno da pobreza no Brasil (junho de 2022)**



Fonte: Relatório de Informações Sociais (V.4), Ministério da Cidadania (MC)/ Estimativas populacionais, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

Esse fenômeno afeta hoje 40% da população brasileira em geral, mas possui particularidades que nos interessam no dia de hoje e que dizem respeito a nossa desigualdade regional. Em níveis muito mais elevados que a média nacional e que outras regiões, o nordeste brasileiro possui um percentual de 58% de presença desse fenômeno,

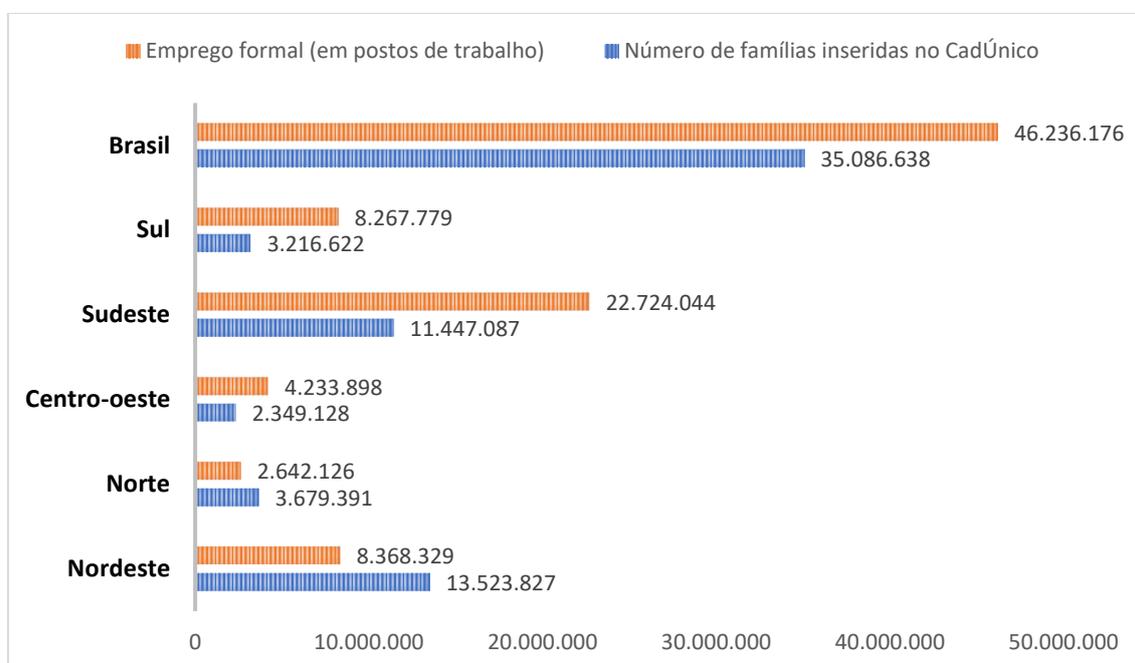
---

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>.

seguida da região norte com 53%. Por número absoluto de pessoas, a região sudeste passa a segunda colocação esse perverso ranking.

Quando traçamos um paralelo entre o fenômeno da pobreza e sua relação com o mercado formal de trabalho, entendemos que essa questão mostra hoje contornos alarmantes. Em um primeiro momento, percebe-se que os mais de 46 milhões de postos de trabalho formal no Brasil, postos com o mínimo de regulação trabalhista e que garantem o pagamento de pelo menos 1 SM mensal, disputam com os já 35 milhões de famílias inseridas no CadÚnico (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Comparativo entre trabalho formal e famílias inseridas no CadÚnico (junho de 2022)**



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais<sup>39</sup>

Contudo, quando nos deparamos com as nossas diferenciações regionais, percebemos que esse quadro se inverte nas regiões norte e nordeste do Brasil, principalmente no nordeste. Deflagrando o que alguns pesquisadores chamam de questão regional (MEDEIROS *et al*, 2019). Trata-se de abordar a relação entre trabalho e pobreza na sociedade capitalista em crise e na sua periferia. Expressões de um modelo de produção que carrega consigo o peso, cada vez mais insuportável, do desemprego estrutural. De um

39

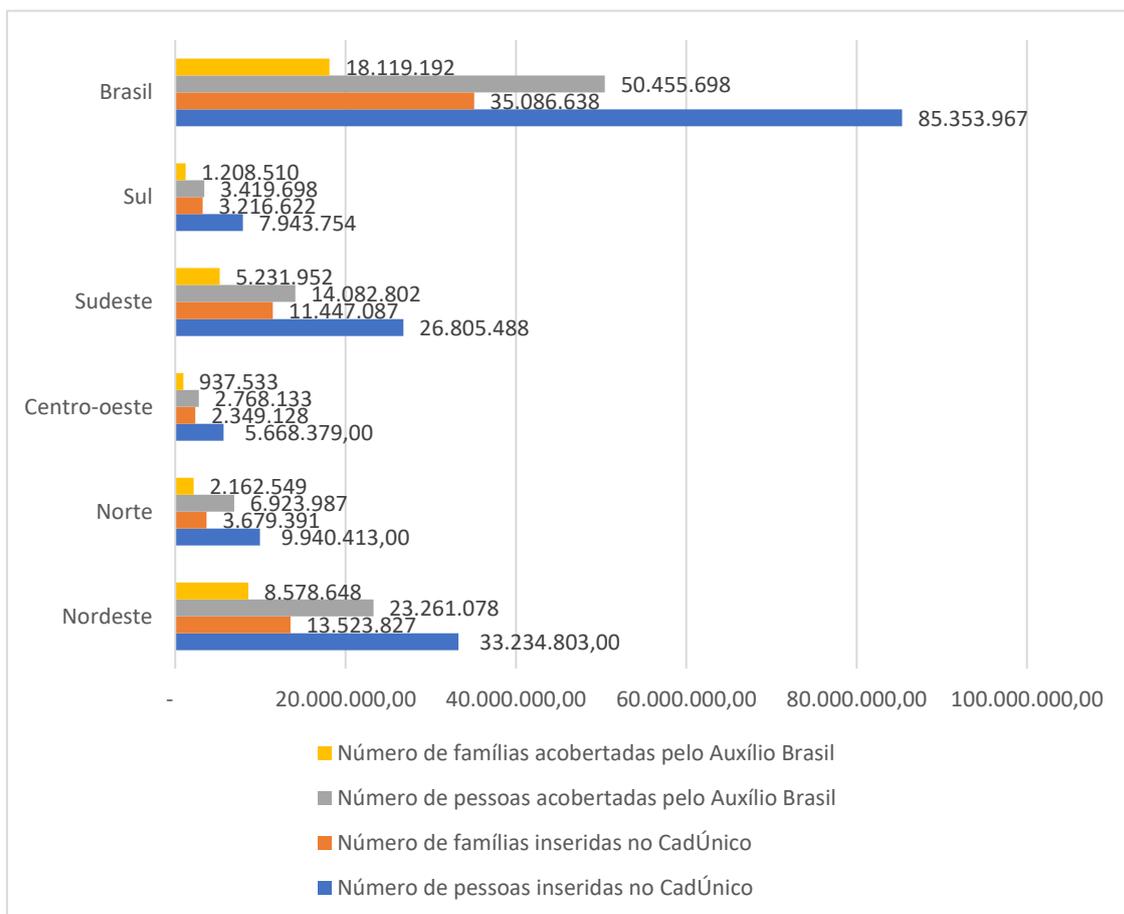
Disponível

em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTJlODQ5MWYtYzgyMi00NDA3LWJjNjAtYjYjI2NTI1MzViYTdlIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTlk3OCJ9>.

Brasil tipicamente capitalista que precisa gerar pobreza para que se mantenha respirando a livre pulmões um mercado de trabalho que nunca possuiu e nunca mais possuirá espaço para todos. Como mencionado no tópico anterior, é necessário buscar saídas para a questão. Formas de intervenção sobre o ameaçador fenômeno da pobreza. O Programa de transferência de renda Auxílio Brasil tem sido uma delas (Gráfico 4).

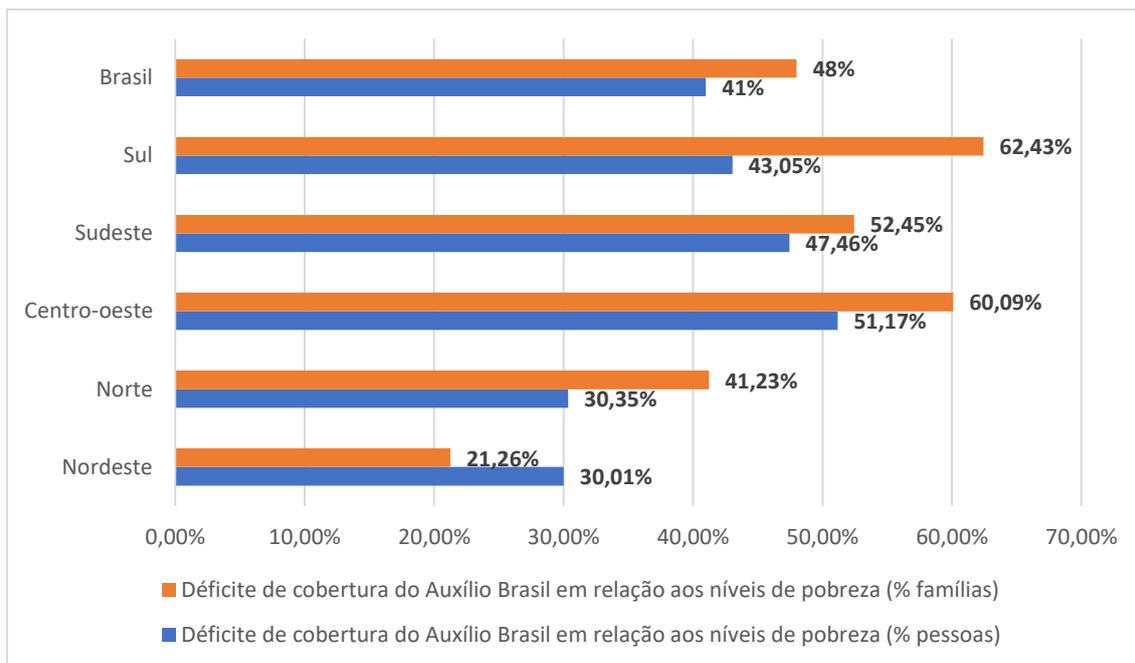
**Gráfico 4: Comparativo entre pessoas e famílias inseridas no CadÚnico e pessoas e famílias acobertadas pelo programa Auxílio Brasil (junho de 2022)**



Fonte: Relatório de Informações Sociais (V.4), Ministério da Cidadania (MC).

Vejamos agora um pouco do funcionamento dessa forma de intervenção estatal. O programa apresenta hoje um déficit de cobertura de 48%. As regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e norte apresentam pelo menos um percentual de mais de 40% de déficit de cobertura.

**Gráfico 5: Déficit de cobertura do programa Auxílio Brasil (junho de 2022)**



Fonte: Relatório de Informações Sociais (V.4), Ministério da Cidadania (MC).

Mesmo sendo considerados pobres institucionalmente pelos órgãos oficiais, mesmo sendo reconhecido o duro rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora nacional, do aumento dos níveis de pobreza, o Programa Auxílio Brasil possui uma tímida interferência sobre esse quadro (Gráfico 5). Na análise de Bochetti (2021, p. 81) “a substituição de empregos estáveis e com direitos por programas assistenciais de ‘transferência de renda’ clientelistas revela a mais brutal forma de subsunção do trabalho ao capital”, mantendo “[...] a classe trabalhadora sem trabalho a baixo custo, nos limites da sobrevivência, também age para rebaixar o valor dos salários, transfere para o Estado a quase totalidade dos custos da reprodução”, desonerando o capital e criando “[...] ciclo de reprodução de desigualdades ainda mais perene, pois interdita o acesso de homens e mulheres a possibilidades de trabalho com direitos”. Assim, fomentando o ciclo entre expropriação e exploração no sistema do capital.

#### **4. A cultura profissional do serviço social brasileiro nos anos 2000: democracia e ultraneoliberalismo**

Destaco aqui o assistente social e o serviço social como agentes dinâmicos do conflito em torno da democracia nos anos 2000, dando destaque aos tensionamentos desse conflito com o adensamento do conservadorismo no momento ultraneoliberal.

##### **4.1 Democracia, projeto profissional e cultura profissional dos anos 2000**

A crise estrutural capitalista<sup>40</sup> atinge todos as esferas da vida em sociedade e em tempos de mundialização reconfigura formas de reprodução de suas relações, atingindo espaços ainda não tocados. As marcas desse processo são firmadas pelo aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora mundial, atingindo até suas frações localizadas nos países de capitalismo central e sobretudo aquelas dos países periféricos, historicamente superexploradas. Alia-se a isso o influxo dos movimentos de esquerda e a ascensão de uma ideologia conservadora substanciada na vitória de uma regressiva extrema-direita. A relação Estado e classes sociais passa a apresentar tendências de diminuição das instâncias democráticas de disputa política e pela perda de direitos sociais, mesmo em contextos nacionais como o brasileiro que ainda caminha na formação de um tímido modelo de proteção social.

Diante desse contexto, é possível identificar avanços em algum aspecto? É possível afirmar que uma categoria profissional tenha avançado em sua dinâmica interna a ponto de confluir a um projeto de sociedade anticapitalista ou radicalmente democrático?

Problematizando a relação entre projetos societários e projetos profissionais abordamos algumas questões consideradas pertinentes sobre o debate, para analisar aspectos contemporâneas da cultura profissional. A partir de uma interlocução com Mota (2017) e Netto (2017), guiando-se pela categoria central da hegemonia, aborda-se pontos ainda nebulosos sobre as inflexões das transformações sociais no serviço social brasileiro.

O projeto ético-político do serviço social brasileiro foi forjado no interior da categoria profissional na constituição do denominado movimento de renovação, a partir de 1970 (NETTO, 2009). Tornando-se uma questão central posta pela dinâmica da

---

<sup>40</sup> Para Mészáros (2009) o capitalismo a partir da década de 1970 passa a ter um caráter estrutural, distinguindo-se das típicas crises cíclicas, atingindo todos os níveis da vida social. Posto que, passa a haver bruscas disfunções nas suas esferas de produção/controlado, produção/consumo e produção/circulação (MÉSZÁROS, 2009).

realidade, nas formas de compreender o conjunto de elementos que conformam o que poderíamos denominar de cultura profissional, tal projeto enraíza uma concepção de serviço social que incidu sobre a formação profissional, o trabalho profissional, o aparato jurídico-institucional e as instâncias internas político-organizativas da categoria.

O conceito de projetos profissionais como conhecido hoje, majoritariamente adotado por alguns dos principais pesquisadores nos estudos vinculados aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social<sup>41</sup>, é cunhado pela primeira vez na produção especializada, em 1999, por Netto (2009, p. 4), e definido como uma estrutura dinâmica, inscrita nos marcos de projetos coletivos, apresentando a autoimagem de uma profissão, assim como

[...] elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Sua emergência está atrelada a transformações no conjunto da própria realidade brasileira e mundial do final do século XX. O processo de transição do Estado ditatorial-militar para o reestabelecimento da ordem democrática contou com a ebulição de movimentos sociais organizados na disputa de um projeto nacional progressista, atuante em várias frentes, do movimento operário-sindical paulista ao movimento da reforma sanitária, até mesmo com significantes frentes representativas no poder legislativo nacional – considerada a estrutura de transições pelo auto, de via prussiana ou não clássica, própria da particularidade histórica brasileira. Essas mudanças ocasionadas por projetos nacionais em disputa afetaram diversas esferas nacionais, dentre elas o serviço social e suas raízes tradicionalmente conservadoras.

É no movimento de renovação, marcadamente na vertente de “intenção de ruptura”, um dos vetores que compunham as alterações internas no serviço social brasileiro, que surge uma diferente concepção de profissão pautada nos valores radicalmente democráticos e até mesmo comunistas. Essa nova vertente, que se tornou hegemônica nas décadas seguintes, trouxe consigo uma nova concepção de serviço social,

---

<sup>41</sup> A denominação projeto ético-político do serviço social, de acordo com Netto (2009), foi uma tentativa de sistematização teórica do processo ocorrido no IX CBAS, onde ela surgiu. Não há dúvidas que esse termo é predominante nas análises contemporâneas dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, mencionado direta e indiretamente no estudo de particularidades da cultura profissional.

pois, para além do importante momento do congresso da virada<sup>42</sup>, com desdobramentos que

[...] vão se fazer sentir no processo de democratização das demais entidades da categoria, na própria identificação dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados e na legitimação e no fortalecimento das entidades sindicais (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 736).

O projeto ético-político profissional, substanciando a nova direção adota pelo corpo profissional – ao menos no que poderíamos definir como uma importante vanguarda –, é compreendido objetivamente a partir de sua incidência em três elementos definidores da composição da cultura profissional: a) “a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional” (NETTO, 2009, p. 9); b) a sua “acumulação teórica”, na construção de uma “massa crítica”, “é notável o fato de incorporar matrizes teóricas e metodológicas [...], destacadamente as inspiradas na tradição marxista” (p. 12); c) a formação profissional, na “construção de um novo perfil profissional”; d) a organização política profissional em torno de suas entidades representativas e decisórias.

As mudanças na própria realidade brasileira, a partir dos anos 1990, irão balizar uma dinâmica contraditória no interior da profissão e no projeto profissional, dado sua hegemonia na direção da cultura profissional em seus variados aspectos – marcada por transformações profundas no modelo de proteção social nacional (principal espaço ocupacional do assistente social), com a tomada do Estado pelo projeto conservador na sua manifestação neoliberal. Na dinâmica das contradições de classe se destaca o influxo dos movimentos sociais balizadores do projeto nacional progressista, sujeitos coletivos da década de 1980 com os quais se inter cruzou o projeto ético-político do serviço social.

Tais mudanças na realidade brasileira redefinem as formas de atendimento as demandas socio-históricas colocadas em pauta na década de 1980, na adoção de um modelo gerencial de Estado, consolidado atualmente e reafirmado nos diferentes governos nacionais, consideradas suas brutais distinções<sup>43</sup>. O central aqui é como as alterações na realidade brasileira e, precisamente, no modelo de proteção social determinam novos elementos para o trabalho do assistente social, para a cultura

---

<sup>42</sup> O Congresso da Virada ou o III Congresso Brasileiro de Assistentes Social é correntemente analisado pela leitura especializada do serviço social brasileiro. Ao leitor interessado em uma aproximação com o esse contexto histórico, com análises desenvolvidas sobre esse processo por sujeitos que participaram direta e indiretamente de sua construção, consultar a edição Nº 100, de 2009, da Revista Serviço Social e Sociedade.

<sup>43</sup> Relevante pesquisa realizada por Behring (2008) analisa a incorporação do modelo neoliberal de Estado e suas determinações para o padrão de proteção social nacional.

profissional em geral. As alterações passam pelo surgimento de novos espaços de trabalho, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), até a exigência de novas competências profissionais, dos quais a adoção de modelos empresariais nas formas de gestão e uso da força-de-trabalho empregada pelo Estado são emblemáticas<sup>44</sup>.

Em um campo mais ampliado é possível afirmar que a nova conjuntura brasileira, conformada a partir da década de 1990, afetou diretamente as bases do projeto profissional anunciadas acima. A ideologia conservadora passa a ser o principal tônus da ofensiva capitalista na agudização de sua crise estrutural, levada ao extremo com ascensão de governos de extrema direita, afetando diretamente a profissão na sua vinculação nas diretrizes que objetivam direitos sociais, por meio das políticas sociais, mas também na condição de trabalhador, na cultura profissional em geral, tencionando seu conjunto de valores progressistas. A decadência da razão moderna típica desse momento encontra no irracionalismo, na sua expressão dita pós-modernidade, aderência expressiva no espaço da produção do conhecimento, refutando a totalidade social com categoria histórica fundamental e a tradição marxista como expressão dela – inserindo-se no pluralismo teórico presente na produção do conhecimento no campo do serviço social, muitas vezes por vias do ecletismo. As mudanças na política de educação afetaram formação profissional e o mercado de trabalho, na já comprovada desqualificação ocorrida pela expansão de cursos na modalidade de educação à distância (EAD), responsáveis por triplicar o número de profissionais existentes no Brasil, no curto intervalo de pouco mais de uma década<sup>45</sup>.

Da emergência do projeto profissional a sua contemporaneidade surgiram profícuos estudos sobre o projeto profissional, dentre estes os que analisam sua possível crise. É notório um significativo avanço no campo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, na tentativa de compreender como tem se processado a

---

<sup>44</sup> O aprofundamento histórico-analítico da conjuntura dos anos 2000 não é passível de realização nesse espaço, mas nos cabe mencionar um contradição central oriunda dela: apesar da reconfiguração estabelecida no modelo de proteção social nacional que se choca com o projeto nacional progressista em emergência, na década de 1980, e ao qual se filia a perspectiva de intenção de ruptura, foi nos diferentes governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que ocorre a expansão do mercado de trabalho profissional em espaços como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como aqueles criados nesse momento como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo este último o maior empregador do corpo profissional brasileiro hoje. Para uma introdução comprometida com a crítica dessas contradições, recomendamos a leitura de Mota e Amaral (2016).

<sup>45</sup> Sobre os impactos das mudanças da política de educação superior na formação e no trabalho do assistente social recomendamos a leitura da pesquisa realizada pelo Conjunto dos Conselhos Regionais de Serviço Social e pelo Conselho Federal de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS), intitulada “Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social” (CFESS, 2015).

dinâmica da cultura profissional, diante de suas contradições internas, mas não as distanciando das relações de produção e reprodução social capitalistas onde está imersa a profissão. Tarefa árdua, pois engloba diferentes elementos de constituição dessa cultura (formação e trabalho profissional, produção do conhecimento e instâncias organizativas da categoria), que hoje possuem inúmeras pesquisas de envergadura teórica notória, inclusive elaboradas com base em densas tradições interpretativas do marxismo, especialmente lukasciana e gramsciana.

O precursor do conceito de projeto ético político do serviço social, Netto (2017, p. 67), em recente publicação analítica da cultura profissional após movimento após o processo de renovação, afirma, por exemplo, a “emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que [...] instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do serviço social no Brasil”. A polêmica análise tem sido desenvolvida já alguns anos, mesmo em situação de uma conjuntura histórica diferente. Netto (2007, p. 40) observa que: se em 1999, “[...] renunciávamos as dificuldades de condução do projeto, jogávamos no otimismo. [...] as ameaças apenas anunciadas [...] adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do projeto ético-político”. Para Netto (2017), as mudanças ocorridas a partir dos anos 1990, algumas das quais comentamos acima e que afetam diretamente a profissão, originaram uma crise do projeto profissional, por corroerem os pilares fundamentais de que o sustentam.

Em um mesmo campo de análise, mas com distintas sínteses, Mota (2017, p. 175) afirma que “inegavelmente, os aportes e as construções críticas do serviço social a partir dos anos 1980 – aqui consideradas tributárias do projeto ético-político profissional – tem incidência sobre a ação profissional”, que mesmo não restringidas diretamente a intervenção profissional, mantém “uma unidade dialética e contraditória, numa perspectiva de totalidade e referenciados por projetos societários que extrapolam o âmbito do serviço social e de qualquer outra profissão”. Na análise continuamente desenvolvida pela pesquisadora, também em uma conjuntura diferente, demonstrava divergências com Netto (2007), ao afirmar que “não endossamos a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica (Gramsci) mundial do capital” (MOTA; AMARAL, 2007, p. 54).

As divergências parecem se centrar em um elemento específico de análise da cultura profissional e do projeto profissional: os rumos tomados pela produção do conhecimento na área do serviço social brasileiro. Diante do incontestável adensamento da

produção do conhecimento no interior da profissão a partir de uma aproximação a tradição marxista, os questionamentos dos pesquisadores se dedicam não apenas as incidências do pensamento irracionalista pós-moderno no conteúdo dessa produção, mas sim na necessária articulação dessa produção com as formas de intervenção profissional, em outras palavras, ao complexo campo da relação teoria e prática.

A investigação sobre a possível crise do projeto, expressas nas tendências expressas nas distintas pesquisas abordadas, a nosso ver, envolvem questões profundas sobre a cultura profissional que perpassam a categoria histórica de hegemonia. Apesar de conformar um todo orgânico, o serviço social enquanto categoria profissional, reuni um conjunto de aspectos que devem ser particularmente problematizadas, dada suas complexificações e distinções. Não é desnecessário destacar que esses diferentes aspectos estão essencialmente imbricados, mesmo que também seja real suas particularidades. No tópico seguinte é abordada essa relação, tentando construir caminhos de resposta ao seguinte questionamento: em que realmente consiste a hegemonia do projeto profissional?

A primeira questão inerente ao debate da hegemonia do projeto ético-político profissional é a distinção entre projeto profissional e cultura profissional. Essa diferenciação merece começar a ser problematizada pela aproximação que essas duas estruturas históricas, determinadas pela contradição das classes sociais, passou a ter nos estudos no campo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, como se fossem aspectos similares. Apesar de convergentes, são dotados de propriedades que, no processo contínuo de desvalimento do seu significado enquanto manifestação da realidade social, podem contribuir no amadurecimento da investigação sobre o serviço social como profissão.

A cultura profissional é sempre referenciada em pesquisas como a de Guerra (2016), mas não é possível ainda identificar, no interior da produção do conhecimento especializado, um estudo mais denso que trate de forma efetiva em que consiste propriamente a cultura profissional. Por exemplo, ao abordar as demandas e respostas profissionais contemporâneas, afirma-se que a análise será realizada “a partir da particularidade de alguns elementos próprios da cultura profissional historicamente elaborada pela profissão” (GUERRA, 2016, p. 85) – menciona-se o conceito, mas não é explicitado precisamente em que consiste seu significado na realidade, qual a sua

determinação no processo de construção de abstrações isoladas que corroboram no avanço da elucidação do serviço social como um complexo do ser social capitalista.

Dessa forma, na tímida tentativa de se aproximar das ditas diferenciações, o projeto profissional é aqui entendido como algo que existe no interior da cultura profissional, como uma construção conjuntural, determinado pela dinâmica própria do desenvolvimento histórico da profissão e da sua inserção no conjunto das relações sociais. Por sua vez, a cultura profissional é entendida como o conjunto de aspectos e valores que constituem a própria profissão, sua elaboração teórica, suas perspectivas de formação profissional, suas modalidades de intervenção, seu perfil profissional, seu aparato jurídico-legal, suas formas de inserção no mercado de trabalho, suas modalidades de vinculação institucional, sua instrumentalidade, seus instrumentos de trabalho, assim como outras proposições coletivas, hegemônicas, como um determinado projeto profissional. Assim, a cultura profissional é entendida como a multiplicidade de dimensões essencialmente articuladas e definidoras de uma determinada forma de ser da profissão<sup>46</sup>.

A segunda questão é a sua utilização do conceito de hegemonia como categoria da realidade, uma manifestação histórica e transitória do ser social. Na tradição marxista a categoria de hegemonia tem sido devidamente compreendida à luz das interpretações gramscianas, pela contribuição oriunda da densidade de seus escritos. A leitura gramsciana de hegemonia não aborda precisamente manifestações no interior de categorias profissionais, mas sim a disputa de projetos societários emergentes dos distintos interesses das classes sociais – marcadamente na Itália da primeira metade do século XX –, compreendida como vontade coletiva articulada a um projeto de classe e de sociedade em contínua disputa, substância essencial de legitimidade na consolidação ou rompimento com a sociabilidade capitalista (COUTINHO, 1992)

É sensível e complexa a adoção dessa categoria para tratar sobre questões relacionadas a um corpo profissional específico. No entanto, Braz (2007, p. 5) menciona que a difusão do pensamento gramsciano, “inclusive no serviço social, tornou o conceito de hegemonia aplicável as várias situações nas quais se verificam lutas sociais, sejam elas

---

<sup>46</sup> A cultura profissional se gesta e apresenta diferentes composições ao longo de sua história no Brasil. Na multiplicidade de referências de pesquisa que demonstram isso, três publicações de envergadura teórica e que percorreram esse difícil percurso de análise são Yamamoto e Carvalho (2014), Netto (2009) e Netto (2011).

mais amplas (as que envolvem classes sociais fundamentais)”, aliadas também as menos abrangentes, como o caso dos “diversos grupos sociais existentes na sociedade”. A hegemonia do projeto ético-político profissional pode ser assim compreendida como o conjunto de forças políticas e os valores a elas correspondentes que incidem nas diversas dimensões particulares que conformam a cultura profissional, como totalidade, dando a ela direção.

Partindo precisamente das origens do debate, mencionadas no primeiro tópico, o projeto profissional tornou-se hegemônico diante da aderência no corpo profissional a valores radicalmente democráticos, a construção de um aporte teórico profundo e extenso onde se destaca uma notória aproximação com o marxismo, bem como as novas formas da profissão intervir sobre a realidade e na construção de um projeto de formação profissional, ambos também orientados por esses novos valores. Ou seja, sua hegemonia é composta por dimensões particulares dos componentes que definem a profissão e sua cultura profissional.

Feitas essas duas considerações, observa-se que a centralidade da produção do conhecimento no serviço social, presente nas discordâncias interpretativas apresentadas por Mota (2017) e Netto (2017), é tomada como uma particularidade da totalidade profissional. A produção do conhecimento não é dotada nem autonomia da cultura profissional, muito menos de equivalência a um projeto profissional.

Para Netto (2017), mesmo camuflado, o ecletismo é hoje uma característica da direção tomada pela produção do conhecimento na área do serviço social, pondo em xeque a hegemonia do projeto profissional. A preocupação do pesquisador, na constituição de uma *história nova do serviço social no Brasil*, é resgatar e aprofundar os estudos sobre a história da profissão que permitam adentrar em elementos ainda nebulosos, fundamentais para as pesquisas de um passado recente do serviço social, uma vez que o labor histórico-analítico se encontra em atrofia (NETTO, 2017, p. 65). Na relação entre produção do conhecimento e projeto ético-político na contemporaneidade, o pesquisador afirma:

penso que essa atrofia não pode ser divorciada da emergência de vetores ideopolíticos e teórico-metodológicos que, sobretudo indiretamente, põem em questão a substancialidade do projeto ético-político. Não tive provas, nos últimos anos, de nenhum questionamento direto significativo a esse projeto; o que tenho constatado é que a forma de pô-lo em causa não tem fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática. Ora, só a ingenuidade ou a mistificação podem conceber um pluralismo sem

fronteiras; um tal pluralismo é, de fato, um liberalismo sem limites – e, até que se afirme e se (com)prove o contrário, o pluralismo de que o projeto ético-político se nutre, sendo radicalmente democrático, nada tem de liberal. Como até agora, ao que sei, tais afirmação e comprovação ainda não foram publicizadas, reina um consenso segundo o qual a hegemonia do projeto ético-político está assegurada (NETTO, 2017, p. 65).

De forma distinta, mas partindo de sínteses elaboradas por Netto (2010) que definem o sincretismo como forma de emergência e institucionalidade do serviço social, Mota (2017) analisa que, mesmo contanto com fortes tensionamentos, a produção do conhecimento na área do serviço social, como área de produção do conhecimento, chegou a romper com o sincretismo teórico do qual era originário. Na hipótese da pesquisadora o serviço social “ao se tornar uma área de produção do conhecimento, adensou a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual de cariz teórico-metodológico crítico” (MOTA, 2007, p. 172)<sup>47</sup>. Considerando determinações, a exemplo, a reforma do ensino superior, mencionada anteriormente, denota a área do serviço social como um importante campo de resistências:

a pertinente indagação daquele período (década de 1990), se o sincretismo teórico do serviço social é um dado permanente a que está condenada a profissão, ou se pode ser ultrapassado pode ser agora respondida: hegemonicamente, há, sim, uma ultrapassagem do sincretismo teórico que predominou no serviço social brasileiro até a segunda metade dos anos 1970, porém está longe de arregimentar qualquer unanimidade e tampouco de superar a dinâmica contraditória que marca a existência e a determinação da profissão (MOTA, 2007, p. 172).

As diferenças interpretativas sobre o serviço social acima expostas são fundamentais para o enfrentamento das próprias questões abordadas, pois são aproximações a realidade, ao processamento da profissão como uma totalidade que compõe a sociabilidade capitalista, das determinações da realidade e das possibilidades de intervenção sobre essa mesma realidade. Assim, o debate teórico contribui no desvelamento do que problematizamos como hegemonia do projeto ético-político.

Substrato dessas contribuições, no que poderia ser considerado como convergência, é o fato do adensamento da produção do conhecimento no serviço social após o movimento de reconceituação, enquanto conquista do projeto ético-político profissional, de sua hegemonia na cultura profissional em uma conjuntura específica, a partir dos anos 1990. É um fato histórico que demonstra a socialização de um novo *ethos*

---

<sup>47</sup> Para uma melhor interlocução com o debate, que não é possível tratar de forma mais substancial no espaço desse artigo, mas condicional a sua compreensão, recomendamos a leitura de Netto (2011), sobre a estrutura sincrética do serviço social e de Yamamoto (2012) que problematiza as diferentes teses sobre a institucionalização do serviço social como profissão.

profissional, que foi capaz de alterar radicalmente uma anterior forma de ser da profissão, da existência de uma hegemonia – no que tange a particularidade da produção do conhecimento a elaboração de uma nova forma de compreender e analisar a realidade social.

O rompimento com o sincretismo teórico ou a presença do ecletismo são interpretações sobre a particularidade da produção do conhecimento que avaliam a posição desse eixo do projeto ético-político, na manutenção da sua hegemonia. Ambas as análises partem do pressuposto que a crise capitalista, as mudanças no mundo trabalho, o ideário neoliberal e a particularidade sócio-histórica brasileira, de país da periferia capitalista, trouxeram alterações que se chocam diretamente e em várias instâncias com a hegemonia do projeto profissional.

Em síntese, a possível crise de hegemonia do projeto profissional, esteja ou não em curso, terá, não restam dúvidas, que lidar com as conquistas históricas já realizadas pela consolidação do *ethos* profissional fundido pelo movimento de renovação e sua vertente de intenção de ruptura.

A produção do conhecimento na área do serviço social hoje, diante de suas contradições, é herdeira de uma vasta produção crítica, formulada por sujeitos profissionais responsáveis pela construção dessa hegemonia. As ameaças ecléticas ou até mesmo a aderência a perspectivas teóricas de cariz irracionalista e neopositivista, caso avancem no interior da profissão, terão obrigatoriamente de confrontar-se com os novos e velhos representantes da sólida tradição do pensamento marxista.

Além disso, esse debate traz consigo uma última questão pertinente: se não é possível analisar os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social de forma endógena, também não é possível fazê-la a partir de percepções generalistas que menosprezam particularidades que compõem a cultura profissional. O serviço social como uma totalidade não significa menosprezar que haja particularidades, que haja legalidades próprias. Formação, trabalho e produção do conhecimento estão inter cruzados no desenvolvimento da profissão, o que não significa que reconfigurações mais substanciais em uma dessas particularidades afetem de forma mecânica as outras. Até porque são formadas por sujeitos distintos, espaços distintos, com relações de trabalho distintas.

As diferentes conjunturas históricas impulsionam mudanças no interior da profissão e desde o surgimento do serviço social no Brasil, no século XX. Foram muitas as transformações da realidade que continuamente reconfiguraram a relação Estado e classes sociais, dirigindo demandas sociais a profissão, a requisitando no mercado de trabalho, institucionalizando sua inserção nas formas de reprodução da sociabilidade capitalista. O serviço social sempre foi forçado a ter que redefinir seus horizontes de intervenção, condicionado pelas exigências que a condição de trabalhador assalariado coloca.

Dentre esses momentos o movimento de renovação e o projeto ético-político que originou, mesmo tensionado por adversidades como a aderência do projeto nacional a face neoliberal do capitalismo mundializado, trouxe aquisições a forma da profissão compreender a realidade que são inelimináveis, algumas que talvez o campo da produção do conhecimento ainda não tenha conseguido captar. Na esteira dessas aquisições é possível mencionar duas: entender o assistente social como um trabalhador assalariado; compreender a questão social como o campo de contradições que dirigem demandas a profissão. Acreditamos que as bases firmadas a partir desses dois pressupostos, resultantes da aproximação do serviço social com o marxismo, são sólidas e constituíram saltos históricos dificilmente passíveis de regressão.

Junto a isso, a possível crise do projeto ético-político se torna passível de entendimento pela pesquisa dedicada ao campo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. Não corroboramos com uma percepção de atrofia do labor histórico-analítico, mas sem dúvidas há necessidade de aprofundamento e ampliação das pesquisas que possam lançar luz em particularidades da cultura profissional do serviço social brasileiro, deixando de lado algumas concepções generalistas que por vezes podem mais camuflar as contradições presentes do que captar suas tendências.

## 4.2 Ultraneoliberalismo, conservadorismo e serviço social

O ultraneoliberalismo possui uma estrutura ideológica de cunho neofacista e extrema direita e direção notoriamente conservadora. Grande parte dos estudiosos trabalhados até o momento problematiza essa sombra nefasta que assombra a realidade mundial e brasileira nos primeiros anos do século XX, posto sua hegemonia econômico-política sobre o Estado e as políticas sociais, com expressões na PAS, como abordamos no segundo capítulo desta tese. Nosso objetivo agora é entender um pouco mais das determinações dessa forma de ser do capitalismo contemporâneo no interior do serviço social brasileiro.

Para Antunes (2022, p. 84), sobre o pós-golpe de 2016, “abria-se a nova fase da contrarrevolução preventiva, aquela que ocorre quando não há nenhum risco de revolução, mas cujo objetivo é reorganizar e recompor as formas da hegemonia e da dominação”. Nesse processo de reorganização “a extrema direita, por meio de suas expressões protofascistas e neofascistas, saiu finalmente dos porões, das trevas... e das cavernas” (ANTUNES, 2022, p. 86). Nas eleições de 2018 Bolsonaro passa a ser o grande representante dessa facção, aquecendo e fortalecendo essa ideologia, inclusive por meio de fortes bases populares:

percebendo o cenário favorável a extrema direita brasileira começou a construir uma candidatura ‘alternativa’, ‘contrária a tudo e todos’, fora do sistema. Passou a divulgar imensamente pelas mídias sociais suas bandeiras ‘contra a corrupção’, ‘contra as ideologias’ e ‘contra a política’ (ANTUNES, 2020, p. 87).

Mota e Rodrigues (2020), por sua vez demonstram como a profissão possuem avanços na perspectiva de construção de cultura profissional democrática, como salientamos anteriormente, mas tratam sobre os riscos do presente. Classificam a conjuntura contemporânea brasileira “sob a direção da direita ultraconservadora, e reacionária de inspiração protofascista e ultraneoliberal”, que, confrontando-se com a direção social estratégica da profissão, “ameaçando a cultura profissional que ampara o projeto ético político da profissão” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 203).

Abordam que o conservadorismo moderno assumiu várias faces, “[...] não só ostenta orgulhosamente seu conservantismo, como é portador de um claro conteúdo

reacionário” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 203). Assim, o neoconservadorismo consistiria em não como um “[...] sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o liberalismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo reciclado” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 203). Essas manifestações, algumas vezes colidentes possuem também muitos pontos em comum:

[...] a heterogeneidade e a colisão das suas partes não impedem que afluem ideários comuns, de cunho moral e político, que tratam de santificar a família, a propriedade e o mercado e, assim como muitos, de demonizar conquistas e costumes relativos aos direitos individuais, sociais e do trabalho, dando indícios do quanto a ambição deste conservadorismo moral ultrapassa o plano doutrinário e a prescrição de condutas reacionárias no plano pessoal.<sup>11</sup> Sua pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômico-social brutalmente regressiva, através de contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais. Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário faz uso de ferramentas e estratégias high techs e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 203).

Dentre as ameaças “a cultura profissional herdeira da virada”, as autoras destacam as incidências do neoconservadorismo sobre alguns segmentos profissionais, “muitos deles jovens e originários das classes pauperizadas e subalternas, objetos de frágeis processos de formação profissional”, que passaram a engrossar [...] o caldo ideopolítico do desalento, impregnado por meios mágicos, assumindo a ressignificação no ambiente profissional as tendências ideológicas e políticas regressivas” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206). As autoras trazem como exemplos práticos dessas manifestações as “reações por meio de redes sociais aos discursos e conferências do XVI CBAS” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206).

Contudo ainda elencam manifestações no campo da pesquisa e da produção do conhecimento a partir da oposição ao marxismo com fonte teórica de larga influência na mediação entre teoria e prática profissional, no apelo ao pragmatismo, a empiria, e a tecnificação (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206). Afirmam que alguns desses setores chegam mesmo a opor a marxismo no interior da profissão por meio de ideologias cristãs

fundamentalistas, ameaçando as duras conquistas quantos a laicidade da profissão (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206).

Considerados esses elementos mais gerais da incidência do conservadorismo no interior da cultura profissional contemporânea, passamos a entender alguns de suas manifestações particulares de trabalho no interior das políticas de seguridade social. As tendências gerais apresentadas apresentam diversidades quanto as suas formas de aparecimento na multiplicidade de espaços de trabalho.

Soares (2022) destaca que o mercado de trabalho do/a assistente social na política de saúde cresceu, entre os anos de 2005 e 2016, com continuidade em baixo ritmo, entre 2016 e 2019, haja vista esse último período já contar com os impactos da contrarreforma ultraneoliberal – esse número voltou a crescer durante no primeiro ano da pandemia, mas ainda em ritmo inferior ao processo inicial. Contudo, essa expansão tem ocorrido pelo prisma da precarização do trabalho, “no tocante ao processo de intensificação da privatização e de superprecarização da política de saúde, o nível de precarização das condições objetivas de trabalho do assistente social tem se agravado” (SOARES, 2022, p. 318). A autora menciona alguns desdobramentos como a subcontratação por meio terceirização.

Ao mencionar o “[...] lugar do serviço social na institucionalidade da política de saúde” a autora afirma que existem requisições e demandas particulares que passam a ser mobilizadas para os/as assistentes no pós-golpe de 2016 (SOARES, 2022, p. 319). Em um mescla entre tecnicismo, conservadorismo, voluntarismo e pragmatismo é intensificada a emergencialização, tornando tudo como possível na construção de respostas profissionais as demandas institucionais esgarçadas por um sistema ultraprecarizado e desfinanciado (SOARES, 2022). Para a pesquisadora as práticas sociais no interior das instituições de trabalho carregam consigo, nas suas formas de realização, a racionalidade do autoritarismo e o ajuste fiscal:

se no âmbito do governo federal assiste-se a um completo alijamento da participação social, tal realidade não é muito distinta do que muitas vezes os profissionais de Serviço Social identificam no seu cotidiano atravessado por decisões arbitrárias, que não levam em consideração as necessidades sociais da população usuária dos serviços de saúde e as condições, necessidades e conhecimento dos trabalhadores da saúde (SOARES, 2022, p. 321-322).

Dentre o conjunto de estratégias adotadas no combate ao avanço no ultraneoliberalismo e seus aspectos neoconservadores sobre a política de saúde e o serviço social, destaca as articulações que são operadas para além de espaços profissionais, referentes a estrutura político-organizativa da categoria por meios do conjunto

CFESS/CRESS, aos serviços socioassistenciais, ao sistema de justiça e aos movimentos sociais (SOARES, 2022). Na importante perspectiva de denotar as resistências a nova onda regressiva neoliberal, destaca as seguintes bandeiras e atividades referentes ao lado da classe trabalhadora no processo de disputa política inerente ao trabalho profissional nessa política:

É nesta política de saúde, em meio às suas contradições, que assistentes sociais vêm defendendo o direito público à saúde, a democratização da informação em saúde como direito, contribuindo com o planejamento do fluxo de informações ao usuário e suas famílias durante a pandemia, defendendo o direito à vida de todos – pessoa idosa, crianças/adolescentes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, negros/as, LGBTQI, etc., criando protocolos de identificação e conhecimento da realidade dos usuários, dando visibilidade às expressões da questão social na saúde e realizando articulações com os serviços da rede SUS e socioassistencial como um todo, inclusive nos territórios, criando observatórios de defesa de direitos, articulando-se com o Ministério Público e movimentos sociais, inclusive participando ativamente do movimento sanitário, elaborando documentos norteadores, enfim, fazendo a diferença na defesa da vida numa perspectiva ampliada de saúde e de reforma sanitária (SOARES, 2020, p. 328-329).

Quanto a política de previdência social, Fernandes (2018) retoma um conjunto de incidências sobre o trabalho do assistente social no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS, operadas desde o ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista e intensificadas no momento pós-golpe de 2016, a partir de um conjunto de contrarreformas nessa política. A pesquisadora aborda diversos exemplos, entre eles a restrição de acesso ao BPC, em 2016, cujos resultados geraram “mais de um milhão e meio de tentativas frustradas ao requerimento do benefício assistencial (idoso e pessoa com deficiência somadas), cuja resposta obtida foi a de ‘não há vaga’”, impulsionadas pela adoção de tecnologias da informação e comunicação na abertura de processos junto a instituição e novas regras burocráticas, que “não apontaram indicadores favoráveis no acesso ao BPC” (FERNANDES, 2018, p. 102).

Essa medida em relação ao BPC interrelaciona as restrições de acesso com o trabalho do/a assistente social na incidência da conformação neoliberal da política. As repercussões sobre o serviço social na instituição estavam relacionadas ao uso do parecer social (instrumento de trabalho do assistente social) nos processos de BPC, no que condiz a supressão de outros determinantes sociais, que não exclusivamente a renda, para análise da concessão do benefício, bem como, as alterações no fluxo desse mesmo processo, posicionando a avaliação médica em seu início (FERNANDES, 2018). Isso reflete, na análise da pesquisadora:

uma tentativa de descaracterização do conteúdo da avaliação social enquanto determinante na avaliação da deficiência, contrariando o conceito ampliado que o segmento das pessoas com deficiência vem construindo historicamente,

num nítido retrocesso à visão centrada no modelo biomédico. [...] As medidas restritivas quanto ao acesso da população aos direitos sociais, no espectro das reformas que ocorrem “por dentro” da política de previdência, promovem o sucateamento da política e de seu órgão executor, altera processos de trabalho que, de forma geral, não repercutem positivamente no acesso da população aos benefícios e serviços do INSS, assim como, ataca o Serviço Social enquanto serviço previdenciário e em sua especificidade. Há, em vista da conjuntura política do país, dada às características do modus operandi do atual governo, que vem sendo referenciadas aqui, um desmonte da área social, especialmente da Seguridade Social, que repercute no Serviço Social do INSS, confrontando-se diretamente com a profissão, à medida que sua competência na instituição se centra justamente na ampliação do acesso aos direitos sociais. Como consequência tem-se a tentativa de desmonte do Serviço Social como serviço previdenciário (FERNANDES, 2018, p. 105).

O que denomina como “[...] tentativa de extinção do serviço social” no processo de desmonte do INSS, passou pela deposição de assistentes sociais em cargos de gestão no interior da instituição, a partir de 2016, além de tentativas de mudanças da nomenclatura serviço social para “avaliação social”, interferências na autonomia profissional e extinção de atividades externas a instituição<sup>48</sup>, internamente denominadas de “pesquisas externas”, dentre outras tantas demonstrações dos impactos do reducionismo neoliberal na forma de funcionamento da política previdenciária (FERNANDES, 2018). Em um balanço sobre a relação entre as contrarreformas e o serviço social no pós-golpe de 2016, alude:

o contexto político-institucional do INSS assume características e significados particulares a partir do golpe político-parlamentar, que dão vazão à política econômica de austeridade do governo Temer. A Previdência Social é novamente foco no contexto das “reformas necessárias” para conter gastos, mas que na realidade pretendem capitalizar e privatizar recursos públicos. Os processos de trabalho institucionais são reorganizados para atender essa lógica político-econômica, impactando no Serviço Social enquanto serviço/direito previdenciário, que passa a ser descartável nessa conjuntura. As medidas institucionais afetam o trabalho das/os Assistentes Sociais, conduzindo a área técnica a um desmonte. Há o aprofundamento da ingerência institucional sobre o trabalho como forma de controle e esvaziamento, e a perda da autonomia profissional, em meio a correlação de forças desfavorável nesse atual contexto (FERNANDES, 2018, p. 111).

A pesquisadora, assim como Soares (2022), também aborda as contradições desse processo na organização das assistentes sociais frente aos avanços do neoliberalismo sobre a profissão. Na construção de “estratégias coletivas de enfretamento ao desmonte [...]”, ocorre, para a autora “um aprofundamento da tensão entre seu projeto profissional e os projetos políticos institucionais mediados pelo Estado”, especialmente elucidada pelo

---

<sup>48</sup> Fernandes analisa que a nova redação da orientação técnica “[...] prevê a possibilidade de visitas somente nos casos em que estas estejam vinculadas a um benefício específico, como para fins de avaliação do BPC em que seja necessário realizá-la em um hospital ou congêneres por exemplo. Ou seja, deslegitima todas as outras ações: cadastramento de recursos sociais, reuniões com a rede de serviços, pesquisa social para fins de conhecimento da realidade, entre outras já normatizadas há anos na instituição. Identifica-se assim, mais um “ato” de ingerência sobre a área técnica de Serviço Social.

confronto estabelecido entre as medidas neoliberais e a organização dos assistentes por meio dos mecanismos internos do espaço institucional e pela incontestável intervenção do conjunto CFESS/CRESS (FERNANDES, 2018, p. 115).

Durante a pandemia de Covid-19, após a publicação da pesquisadora, a referida tensão parece chegar ao seu paroxismo. Foram variadas as denúncias, audiências, entrevistas, formações por diferentes meios de plataformas de mídia, debates, realizados pelo conjunto CFESS/CRESS que refletem o paroxismo dessa tensão não só na política previdenciária, mas também nas demais políticas de seguridade social. Quanto a previdência, apenas em nível de ilustração, destaca-se iniciativas do CRESS 13ª Região (Santa Catarina)<sup>49</sup>, do CRESS 9ª Região (São Paulo)<sup>50</sup> e o CRESS 14ª Região<sup>51</sup> em webnários sobre o tema do trabalho profissional durante no momento pandêmico.

As contrarreformas ultraneoliberais das políticas sociais, especialmente das políticas de seguridade social, tem afetado diretamente o serviço social brasileiro, como vimos até o momento e que segue em problematização no próximo capítulo, quando abordamos a particularidade da PAS . Contudo, a categoria de assistentes sociais tem dados provas históricas de resistência. A cultura profissional democrática ao longo das últimas décadas fomenta os mecanismos necessários ao processo de avanço do conservadorismo, como vimos até aqui nas políticas de saúde e previdência.

Como as saídas apontam para uma única via possível, o da organização política dos que vivem da venda força de trabalho, é preciso situar as formas e os sentidos dos processos de resistência do serviço social na realidade brasileira contemporânea. Antunes (2022), aborda que as derrotas da esquerda, tanto no campo eleitoral, de 2018, quanto na experiência durante os governos do PT, demonstram a falhas na busca por alternativas para além do capital, colocando em cena, mais uma vez, a necessidade estruturar o conjunto de forças populares, capazes do confronto.

A saída da posição de conciliação para o confronto está na ampliação da esfera da disputa política para além do campo institucional, contanto com “ferramentas sociais e políticas” que se encontram hoje nos sindicatos, partidos e movimentos sociais que, em seus limites e possibilidades, tornando imperiosa a sua articulação como ponto de partida

---

<sup>49</sup> Disponível em: <http://cress-sc.org.br/2020/05/11/webinar-previdencia-social-e-inss-na-pandemia/> . Acesso em novembro de 2022.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://cress-sp.org.br/ii-webinario-cofi-reflete-sobre-a-realidade-dos-assistentes-sociais-nos-diversos-espacos-socio-ocupacionais-durante-a-pandemia/>. Acesso em novembro de 2022.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/noticias/ver/1548>. Acesso em novembro de 2022.

para recuperação “a radicalidade e a organicidade necessárias” (ANTUNES, 2022, p. 109). Essa articulação mostrou importantes iniciativas no que caracterizou de “oposição social, sindical e política no Brasil pós-eleição de Bolsonaro”, como a greve geral contra os cortes da educação pública e reforma da previdência, em 2019 (ANTUNES, 2022, p. 107).

O serviço social está diretamente circunscrito ao campo institucional, mas não se reduz a ele. A articulação com as ferramentas sociais e políticas abordadas por Antunes (2020) foram fundamentais no desenvolvimento dos processos de resistência profissional ante as contrarreformas mencionadas, extrapolando as saídas possíveis para além das vias institucionais.

Cunha (2017) em seu artigo “Karl Marx: elementos da determinação material da burocracia de Estado” discorre sobre importantes contradições a esse respeito que podem favorecer a compreensão dos limites e das possibilidades institucionais. Desde uma retomada de uma compreensão de burocracia segundo as elaborações marxianas<sup>52</sup>, relacionando-a ao Estado enquanto expressão das contradições de classe, elucidando casos na formação de burocracias de Estado na Inglaterra, França e Alemanha.

Retomando a administração do pauperismo no caso inglês, presente em *Glosas críticas*, aborda-se o papel da burocracia nesse processo e dos seus limites oriundos dos próprios limites da administração do Estado, haja vista que superá-los seria superar a própria existência do Estado (CUNHA, 2017). Nas contradições daí oriundas o pesquisador explora o caso da participação da burocracia nas lutas em torno da jornada de trabalho na Inglaterra do século XIX., com “destaque para os inspetores de fábrica”, observando:

Conforme as tensões cresciam, aumentavam também os dados sobre a insalubridade e a degenerescência das condições de trabalho e moradia sobre os trabalhadores que, inclusive, ameaçavam a longo prazo a reprodução física e mental dos trabalhadores e, portanto, também do capital. Inspectores de fábricas, educadores, médicos etc., frequentemente se lançavam na cena pública em denúncia das precárias condições de vida; eis a contrariedade do processo. O impulso do capital é contido dentro de certos limites por uma dada combinação circunstancial da sociedade inglesa (CUNHA, 2017, P. 25).

Assim, tais extratos sociais relacionados a burocracia de Estado se colocaram em defesa da jornada de trabalho, “alegando a existência de um tempo natural de trabalho que não deveria ser ultrapassado sob pena de prejudicar a vida física e mental dos

---

<sup>52</sup> De acordo com o autor: burocracia, no diapasão marxiano, diz respeito a monarquia de Estado, à divisão do trabalho, a ossatura do próprio Estado na unidade entre administração, direito e força (militar, policial), mas na sua particularidade dos casos concretos, nunca como conceito geral (CUNHA, 2017, p. 16)

trabalhadores”, construindo uma “barreira ao capital”, a legislação fabril (CUNHA, 2017, p. 26). Nos termos marxianos:

compreende-se facilmente que, depois de os magnatas das fábricas terem se resignado e reconciliado com o inevitável, a força de resistência do capital tenha se enfraquecido gradualmente, ao mesmo tempo que o poder de ataque da classe trabalhadora cresceu a par do número de seus aliados nas camadas sociais não diretamente interessadas. Daí o progresso relativamente rápido ocorrido a partir de 1860” (MARX, 2013 *apud* CUNHA, 2017, p. 25).

Nesse caso, “o capital é um *leveller* [nivelador] por natureza, [...] a limitação legal do trabalho infantil num ramo da indústria torna-se a causa de sua limitação em outro” (MARX, 2013 *apud* CUNHA, 2017, p. 26). Enquanto uma profunda contradição, o autor nos lembra que “frear não é o mesmo que superar e isso implica que a realização de necessidades nascidas das condições sociais dos trabalhadores não é necessariamente antagônica aos interesses materiais do capital como classe” (CUNHA, 2017, p. 27).

O caso da burocracia na particularidade francesa foi denominada como “[...] meio de dominação de classe” e, no caso alemão, como “[...] meio de contrarrevolução” (CUNHA, 2017, p. 36). O papel das burocracias se altera de acordo com as diferentes particularidades históricas nacionais, entretanto, “quanto mais se desenvolve a burocracia de Estado no capitalismo, maior é o impulso da conversão das contradições em objeto de administração” (CUNHA, 2017, p. 36). De certo, corroboramos com o entendimento do autor que “os processos de transformação social não têm seu ponto de arranque na burocracia de Estado, mas encontram nela um ponto de passagem importante” (CUNHA, 2017, p. 36).

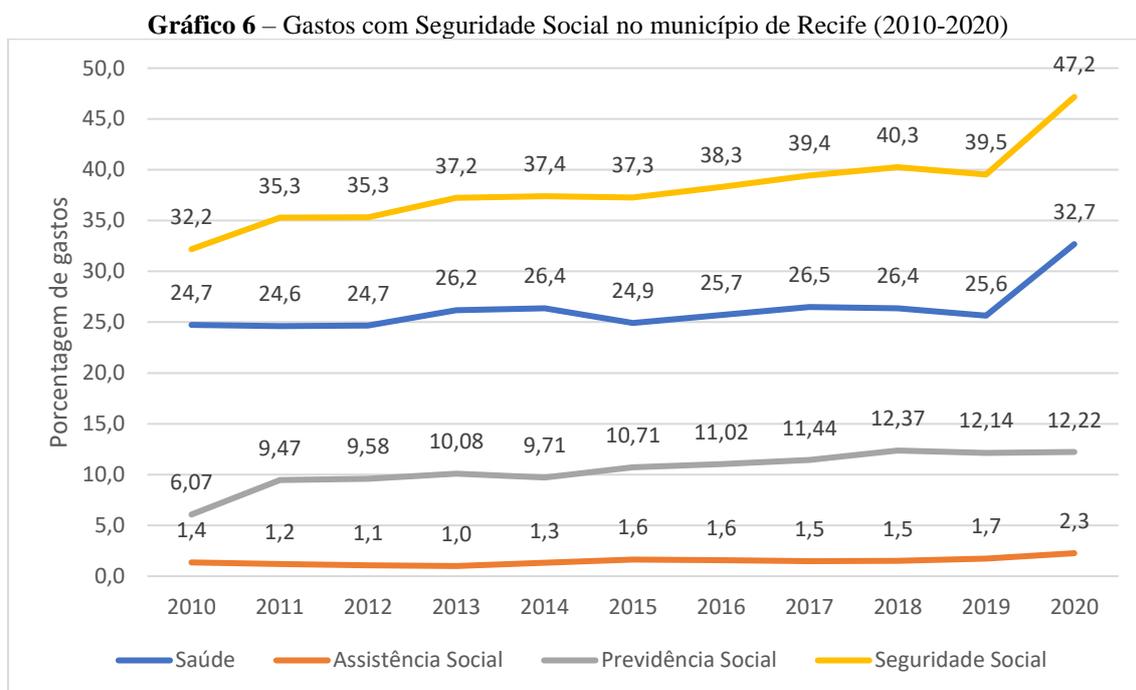
No caso da formação social brasileira e de sua respectiva burocracia é exigida uma análise mais aprofundada não observada pelo autor. Mesmo assim, pode-se espelhar as contradições expressas sobre o que Cunha (2017) chama de burocracia de Estado a realidade do serviço social brasileiro e sua resistência no campo da institucionalidade do avanço ultraneoliberal e suas contrarreformas nas políticas. Dentro de limites explícitos desse paralelo que dispensam sua descrição, o campo de resistências fortalecido pela cultura profissional democrática dos anos 2000 é um dos elementos problematizados a respeito do conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS em meio a contrarreforma da PAS, como veremos a seguir.

## 5. O conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS e os impactos da contrarreforma da PAS

Aqui são apresentados os resultados da observação participante, dando foco aos elementos relacionados ao conteúdo do trabalho na gestão da pobreza diante diferentes elementos e projetos políticos identificados;

### 5.1 Impactos da contrarreforma no orçamento da PAS em Recife (PE)

Analisando o orçamento de Recife-PE (Gráfico 6)), especificamente a performance de despesas com as políticas de Seguridade Social, é possível identificar algumas tendências gerais, com paralelos entre a particularidade municipal e a dinâmica nacional.



Fonte: Recife (2021).

Os gastos médios com Seguridade Social no município não correspondem a uma tendência nacional, em que a política que concentra os maiores recursos é a de Previdência Social (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019). Em Recife, a política com maior percentual de participação nos gastos com Seguridade Social é a política de Saúde, tendo em vista a média de 26,2% nas despesas gerais do município acompanhada de 10,44% da Previdência Social e apenas 1,5% da Assistência Social (Gráfico 6). É importante destacar que, pela primeira vez na série histórica analisada, as despesas gerais da Seguridade

Social apresentaram uma queda no ano de 2019 (39,5%) — terceiro ano de implementação do Novo Regime Fiscal em nível nacional — que parece trazer implicações na relação entre receitas e despesas a nível municipal.

Contraditoriamente, o ano de 2020 é único em que houve um crescimento médio de 7% nessas despesas. Destaca-se, ainda, um vegetativo crescimento da política de Saúde, com exceção do ano de 2020. Além disso, é possível notar duas importantes reduções de gastos nos anos de 2015 (ano de declínio do ciclo social-liberalista e do pacote de austeridade que se anunciava) e 2019 (o terceiro ano de implementação do Novo Regime Fiscal)<sup>53</sup>.

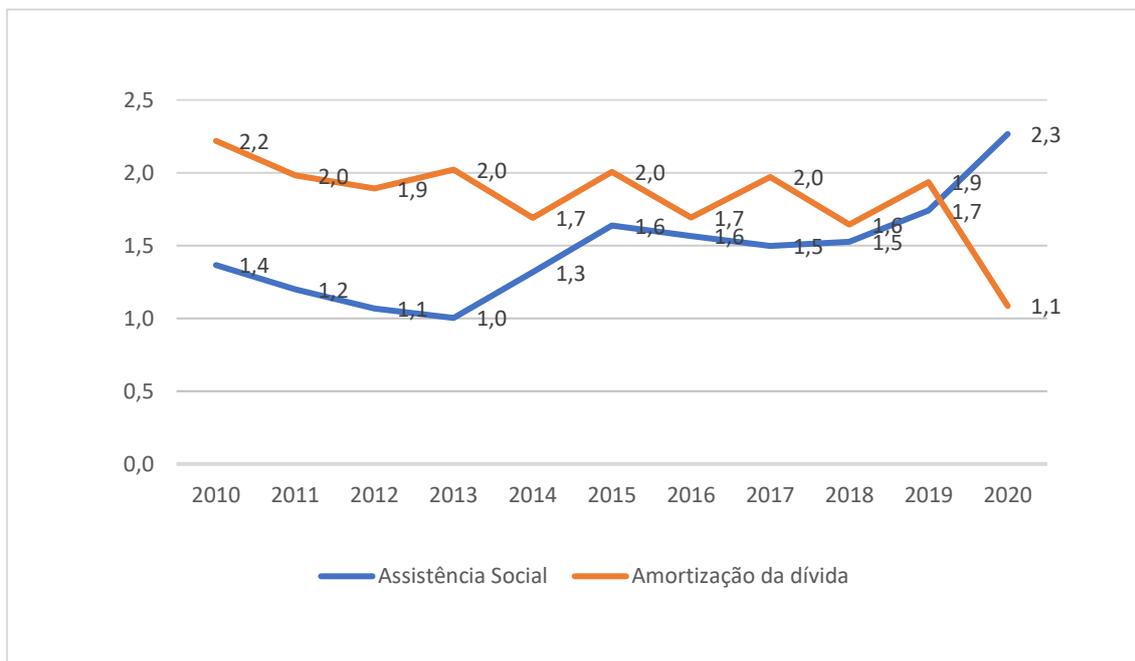
A Previdência Social, destoando das demais políticas de Seguridade Social, dobrou sua participação em gastos, saindo de 6,7% (2010) para 12,22% (2020). Tal discrepância poderia ser justificada pelo investimento em previdência privada complementar, que ocorre em nível nacional (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019).

A Assistência Social apresenta crescimento vegetativo e pífia participação média de 1,5% nas despesas ao longo dos 10 anos analisados, com exceção do ano de 2020, em que esse percentual passou para 2,3% (Gráfico 7). Na relação entre despesas com Assistência Social e amortização da dívida pública em nível municipal, se observa uma intrigante questão.

**Gráfico 7** – Gastos com dívida pública e Assistência Social no município de Recife (2010-2020)

---

<sup>53</sup> É possível associar a redução em despesas a uma possível redução de receitas, o que caberia ao desenvolvimento de um outro estudo que pudesse analisar as variantes *receitas* e *Fundo Municipal de Saúde* e, assim, a correspondência de impactos do Novo Regime Fiscal no orçamento da Saúde em nível municipal nos referidos anos em questão.



Fonte: Recife (2021).

Os valores gastos com a função “Assistência Social” foram sempre inferiores aos gastos com amortizações da dívida pública<sup>54</sup>, com exceção do ano de 2020 ou seja, o primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil. Desdobrando os elementos identificados sobre a política de Assistência Social, chegamos a dois outros processos igualmente importantes, sendo o primeiro deles o subfinanciamento<sup>55</sup>, realizado por meio da retenção do orçamento da função Assistência Social por parte do governo municipal.

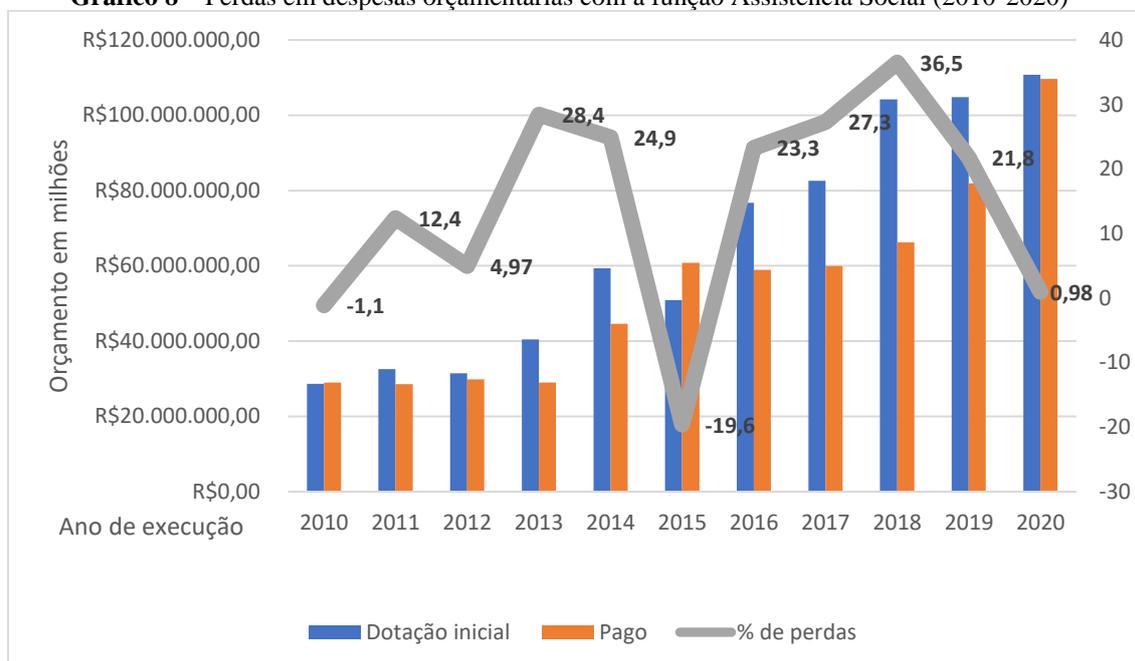
A relação entre aquilo definido como “dotação inicial” (orçamento já liberado como possibilidade de despesa) e aquilo realmente “pago” à função “Assistência Social” revela um importante fosso. As perdas orçamentárias já chegaram a 36,5%, significando aproximadamente 38 milhões em retenção de gastos no ano de 2018, por exemplo (Gráfico 8). Em geral, ao longo da última década, a gestão municipal reteve mais de 134

<sup>54</sup> O Portal da Transparência define *dívida pública* em seu glossário como “[...] compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender às necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de um empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada” (RECIFE, [20--], n. p.).

<sup>55</sup> *Subfinanciar*, nesse caso, significa a tendência de redução de gastos com uma política social por meio da retração com suas despesas já autorizadas, em consonância a um processo de conceituação definido por Boschetti; e Teixeira (2019, p. 87) ao analisarem a dinâmica “recursos aprovados” e “executados” na função “Saúde” no orçamento do Governo Federal brasileiro durante a primeira década dos anos 2000.

milhões, valor comparativamente superior aos gastos com a função “Assistência Social” em qualquer ano da série histórica analisada, conforme demonstra o Gráfico 8:

**Gráfico 8** – Perdas em despesas orçamentárias com a função Assistência Social (2010-2020)<sup>56</sup>



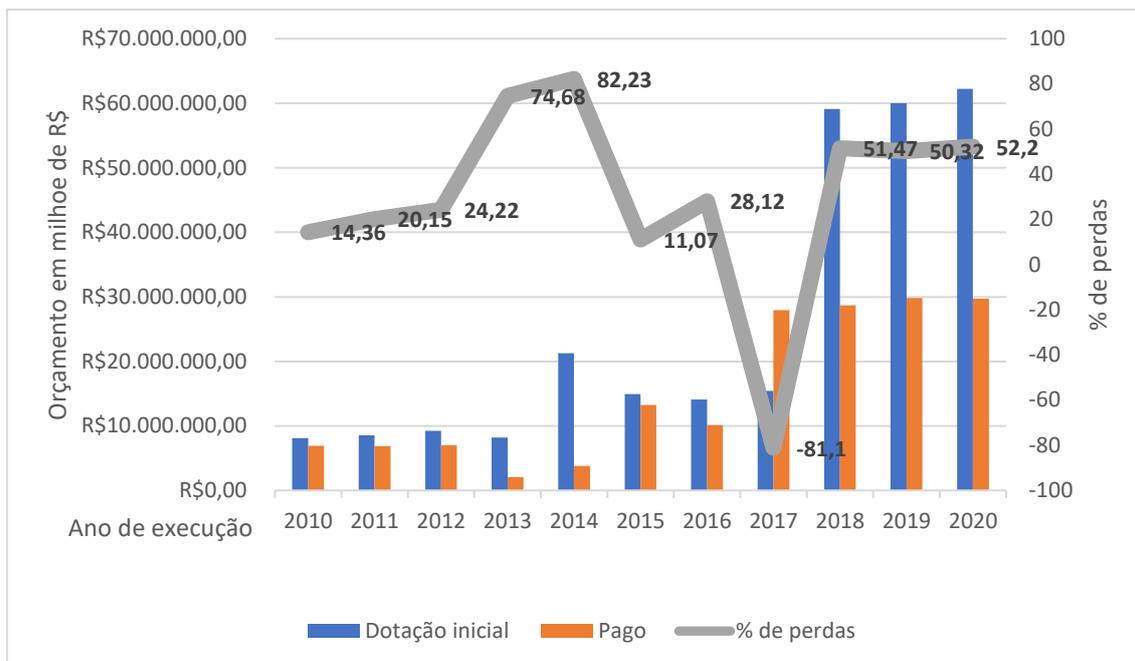
Fonte: Recife (2021).

As perdas na subfunção Secretaria de Assistência Social se mantiveram na casa dos 50% durante os anos de 2018, 2019 e 2020, tendo chegado ao platô de 82,23% em 2014 (Gráfico 9). Os valores retidos na subfunção durante a série histórica representam o montante de 127 milhões, um valor muito próximo daqueles 134 milhões retidos ao longo dos dez anos na função “Assistência Social” no geral apresentados na figura anterior.

**Gráfico 9** – Perdas em despesas orçamentárias com a subfunção Secretaria de Assistência Social (2010-2020)<sup>57</sup>

<sup>56</sup> O cálculo dessa relação considerou os dois anos de exceção nos quais os valores pagos foram maiores que as dotações iniciais, sendo esses anos, precisamente, os anos de 2010 e 2015.

<sup>57</sup> O adensamento da tendência de subfinanciamento a partir da retração nas despesas da Secretaria de Assistência Social, apesar de sua incontestável existência, pode estar associada aos redirecionamentos de despesas entre subfunções no interior da função geral “Assistência Social”, precisamente em alguns dos primeiros anos da série histórica.

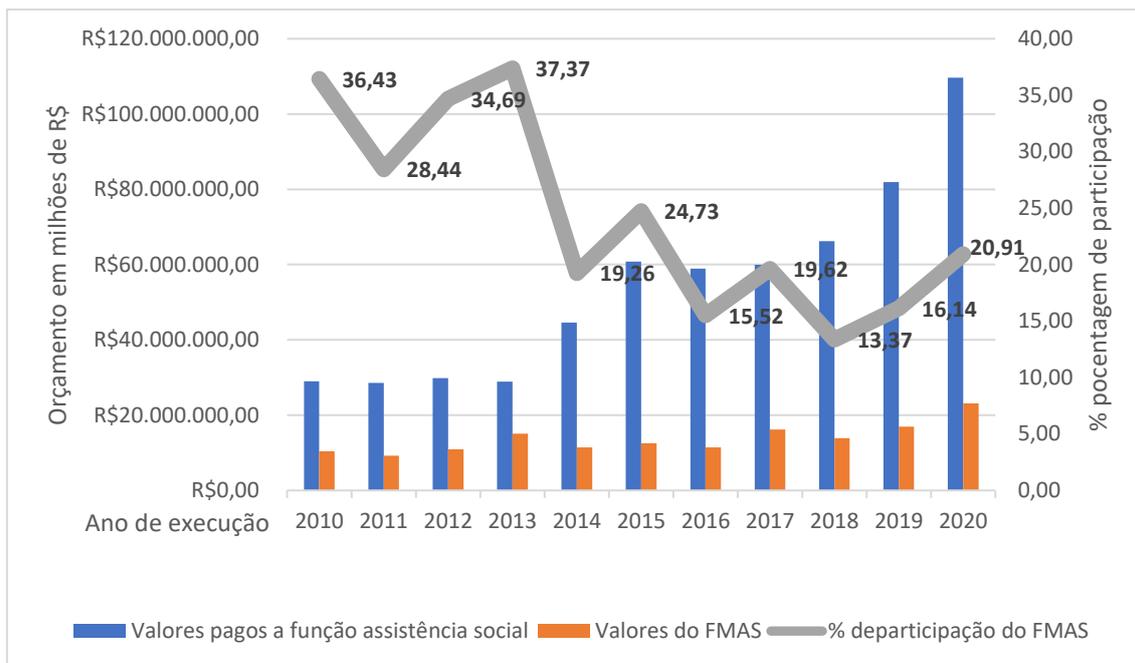


Fonte: Recife (2021).

O segundo processo identificado foi o de desfinanciamento<sup>58</sup>, tendo em vista a expressiva queda da participação do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) nas despesas com a função “Assistência Social”. O FMAS possui queda vertiginosa da sua participação nas despesas por sair de 36,43% (2010) para 20,91% (2020) já tendo chegado até mesmo a 13,37% (2018), como mostra a Gráfico 10. Nesses termos, o financiamento definido para a função “Assistência Social” passou a contar cada vez menos com valores oriundos do Governo Federal representados nesse repasse fundo a fundo.

**Gráfico 10** – Queda da participação do FMAS em relação as despesas com a função Assistência Social (2010-2020)

<sup>58</sup> *Desfinanciar*, nesse caso, significa a tendência de redução de gastos com uma política social por meio de uma percentual subtração de seu fundo, em consonância a um processo de conceituação definido por Boschetti; e Teixeira (2019) ao analisarem a performance da função “Saúde” no orçamento do Governo Federal brasileiro durante as últimas duas décadas.



Fonte: Recife (2021).

Os processos de subfinanciamento e desfinanciamento podem ser explicados enquanto desdobramento do Novo Regime Fiscal e do pacote de austeridade, que finaliza o ciclo social-liberalista. A queda na participação do FMAS no orçamento municipal e a retração das despesas já autorizadas concentram-se entre os anos de 2015 e 2020.

Entretanto, a gestão municipal da política possui um importante poder decisório nesse processo. A escolha de não realizar todas as despesas já autorizadas, ou seja, de subfinanciar, é colocada nas mãos do Poder Executivo Municipal, e, ao que parece, é também referendada pelos seus correspondentes poderes Executivo e Legislativo. O aumento das despesas com a função assistência social

As implicações econômico-políticas dessa relação nascem no já profundamente denunciado desmonte do padrão de proteção social incluso no projeto burguês do Golpe de 2016, que passa pela via de apropriação do fundo público brasileiro (SALVADOR; BEHRING; LIMA, 2019; BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019) em seus diferentes desdobramentos regionais e locais.

Os estudos sobre fundo público no Brasil demonstram a sua contínua apropriação/expropriação pela burguesia no atual momento de financeirização (BRETAS, 2019; SALVADOR; BEHRING; LIMA, 2019; BOSCHETTI, 2018). É possível, portanto, definir esse ponto em comum, apesar das variações interpretativas.

No caso deste município de Recife, há despesas com a dívida pública maior que as despesas com Assistência Social, sendo esta última uma política que passa por um

processo de subfinanciamento — operando sempre em nível inferior às despesas possíveis — por parte do governo municipal e de desfinanciamento — diminuição da participação do FMAS — por parte do Governo Federal.

A relação do exposto com a sátira da marcha carnavalesca retratada no primeiro parágrafo deste capítulo é firmada pelo valor que possui a demanda da classe trabalhadora recifense, que, lamentavelmente, vive na capital mais desiguais do país, representada nos gastos com a política de Assistência Social em comparação à dívida pública municipal.

## 5.2 “Morte morrida ou foi morte matada?”<sup>59</sup>: a gestão da pobreza na contrarreforma da PAS

O Pet Clínica – Diagnósticos, uma clínica especializada em animais de pequeno porte, como gatos e cachorros, com atendimentos que custam até R\$300,00, divide uma mesma parede com o CRAS Ibura de Baixo, um dos *lócus* onde aconteceu a aplicação da metodologia de observação participante. No interior do CRAS Ibura de Baixo, assim como no Ibura de Cima, nosso segundo *lócus* de pesquisa, encontram-se cotidianamente pessoas em filas, repetidas vezes, chorando por sua condição de pobreza, em busca de uma cesta básica que está custando algo em torno de R\$500,00, com quarenta itens básicos.

Nas palavras de Jesus (2020, p. 61):

pelo que observo, Deus é o rei dos sábios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem lhes alimenta é a Natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer muito. Eu penso isto, porque quando eu não tenho nada pra comer, invejo os animais.

Foi uma recorrente na descrição dos atendimentos, mapeados na observação participante, o frequente apelo por alimentos, materializada na possível aquisição de uma cesta básica, alegando fortes dificuldades financeiras, como por exemplo:

“a usuária chorou, afirmando que encontra-se em uma situação muito precária, que havia vendido seu micro-ondas no último mês para conseguir comer carne, que a primeira cesta básica recebida pelo CRAS a ajudou no provimento da alimentação, mas que precisou realizar a já mencionada venda para garantir a mistura” (Diário de campo, 05 de julho de 2021, assistente social P.1).

A lei geral da acumulação capitalista respira a plenos pulmões no Ibura, bairro da cidade de Recife (PE), onde estão situados os dois *lócus* de pesquisa que levam em seus nomes subdivisões internas do próprio bairro. Como afirmava Marx, 2018, p. 756):

quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial.

A superpopulação relativa, que “todo trabalhador faz parte durante o tempo que está desempregado ou parcialmente empregado” (MARX, 2018, p.752), materializada nos moradores do bairro do Ibura e público atendido nos CRAS, encontra a razão real do seu martírio na contínua negação ao trabalho e na exclusão de um nível salarial que

---

<sup>59</sup> Trecho do livro *Morte e vida Severina* de Melo Neto (2010, p. 77).

possibilite, pelo menos, a garantia da alimentação básica, algo fundamental para a sobrevivência de qualquer animal, inclusive os de pequeno porte, como os cachorros e gatos atendidos pela Pet Clínica – Diagnósticos. Uma superpopulação relativa que é a prova inquestionável que o bairro do Ibura e a cidade de Recife seguem a lógica genética da acumulação capitalista, qual seja, a produção socializada de uma riqueza apropriada por poucos, estruturada na exploração do trabalho que produz e reproduz o fenômeno da pobreza.

Trata-se de um fenômeno tão latente no bairro do Ibura, agravado durante os anos da pandemia de COVID-19, que havia uma preocupação das/os trabalhadoras/es em dias de reposição de estoque das cestas básicas que são distribuídas enquanto Benefícios Eventuais – BE. Relatava-se que ambos os CRAS, assim como outros na cidade, já haviam sido objeto de assaltos antes mesmo do contexto de crise sanitária, colocando em risco a vida das/os trabalhadoras/es. Risco ainda maior nos dois últimos anos, quando havia grande número de cestas básicas reunidas para distribuição em dias de reposição do estoque dessa mercadoria de valor, facilmente vendida ou diretamente consumida<sup>60</sup>. Por esses e outros motivos, surge a Guarda Municipal da Assistência Social, criada pela gestão municipal atendendo uma das reivindicações das/os trabalhadoras/es em seus processos coletivos de organização e reivindicação. Em meio a um oceano de superpopulação relativa, em todas as suas variações, e onde fenômeno da pobreza é tão latente pequenas ilhas com cestas básicas que pertenciam ao Estado poderiam ser um alvo fácil.

Que se entenda, Recife é umas das capitais mais desiguais do Brasil, com um índice Gini<sup>61</sup> de 0,574, cinquenta pontos acima da média nacional de 0,524 (IBGE, 2021). A pobreza gerada por esse alto nível de concentração de renda representa 539.931 mil pessoas inseridas no CadÚnico (MINISTERIO DA CIDADANIA, 2022), ou seja, pessoas que vivem individualmente com até R\$606,00 mensais. O preço de uma cesta básica na capital pernambucana – maior que a ofertada enquanto BE nos CRAS e

---

<sup>60</sup> Expressão tipicamente comercial utilizada pelas/os trabalhadoras/es no interior dos CRAS. Havia uma preocupação de toda equipe durante esse momento do mês para dar vasão, o mais rápido possível, ao número expressivo de cestas básicas, que parecia ter duas motivações. Atender a constante demanda por BE – cesta básica contida em filas de espera. Diminuir o quantitativo de cestas básicas acumulado no interior do CRAS diante do risco de furto.

<sup>61</sup> Indicador de concentração de renda que mensura os níveis a partir de uma escala de 0 a 1, sendo 0 a inexistência de desigualdade e 1 o seu inverso.

contendo apenas alguns produtos alimentícios – definida oficialmente pelo DIEESE (2022), custa exatos R\$561,57<sup>62</sup>.

Em outras palavras, a renda de uma pessoa pobre, oriunda da mais diversa sorte de trabalhos precários nos diferentes setores econômicos, é praticamente igual – em muitos casos inferior – ao custo de produtos alimentícios básicos. Quadro ainda pior quando são consideradas as unidades familiares vinculadas ao Programa Auxílio Brasil (PAB), mote dos serviços socioassistenciais disponibilizados pelo CRAS. São 123.952 famílias vivendo com até R\$210,00 *per capita* mensais, acrescidos de R\$401,13 pagos pelo referido programa (MINISTERIO DA CIDADANIA, 2022).

Em todos os cálculos dos níveis de renda que classificam uma pessoa como pobre são desconsiderados os gastos com outros bens essenciais na vida de seres humanos, cachorros e gatos no interior das grandes cidades, como a água. O preço da tarifa mínima residencial cobrada pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), responsável pela destruição de água e esgoto na cidade, é de R\$50,50 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de julho de 2021)<sup>63</sup>.

Estamos falando de uma superpopulação relativa, nas suas diferentes frações, que cumpre funcionalidade no interior do mercado de trabalho. Em Recife, as já mencionadas 539.931 mil pessoas inseridas no CadÚnico (MINISTERIO DA CIDADANIA, 2022) disputam igualdade de posição com os 636.222 mil que compõem o mercado de trabalho formal em Recife (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2021)<sup>64</sup>.

O Ibura – situado na Região Político Administrativa VI (RPA 6) do município do Recife, Pernambuco, acidentado em relevo e pela ocupação humana do *el dorado* urbano das grandes metrópoles – possui espaço reservado nos jornais escritos e televisivos da cidade, geralmente associado a duas palavras-chave: morte e desastre.

Trata-se do bairro com maior número de mortes por desabamentos ocasionados por chuvas intensas (SOUZA, 2014), que disputa a liderança nos índices de mortos e

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acessado em 10 maio de 2022.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2021/07/conta-de-agua-em-pernambuco-sofrera-reajuste-de-11-90-a-partir-de-ago.html> . Acessado em 27 de abril de 2022.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDElYWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTlhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acessado em 27 de abril de 2022.

feridos em tiroteios de toda a Região Metropolitana de Recife (RMR)<sup>65</sup>. “Indo além dos números, esta realidade se confirma. É realmente um bairro pobre, com muitas carências. Uma mistura de subúrbio emergente e invasões com saneamento básico quase inexistente”, ou, na visão de uma moradora, “*moro aqui porque não posso ir para um bairro melhor. É ruim aqui [a estrutura], dá pra ver, mas a gente vai levando*”, declarou a dona de uma lanchonete a mais de 25 anos na U.R.5<sup>66</sup>, identificada como “Parada do lanche”, ao Diário de Pernambuco (Por Mike Torres, em 23 de novembro de 2015)<sup>67</sup>.

O quadro calamitoso de pobreza, que nos dois primeiros anos de pandemia era manchete nos principais jornais locais<sup>68</sup>, requereu atuação do Estado, representada na esfera municipal pela Prefeitura do município de Recife (PE). Encontrando na PAS, no SUAS, nos CRAS e, precisamente, na distribuição de cestas básicas (BE – cesta básica), uma estratégia de intervenção no agravamento do fenômeno.

Os CRAS foram considerados um serviço essencial durante a pandemia, assim definido pelo Decreto presidencial nº 10.282, incluso na Lei nº 979/20 de enfrentamento a COVID-19<sup>69</sup>, não interrompendo a oferta de seus serviços no formato presencial. A selecionada equipe do governo federal para enfrentamento a pandemia, em meio as suas dezoito pastas, contou com assento do então ministro da cidadania Onix Lorenzoni. A PAS foi uma das principais políticas acionadas pelo Estado brasileiro na crise acentuada pela pandemia, tanto no que diz respeito a política de transferência de renda (através dos programas PBF, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil) quanto pelos serviços socioassistenciais operados pelo SUAS.

---

<sup>65</sup> De acordo com a plataforma *Fogo Cruzado* o bairro do Ibura foi aquele com maior presença de tiroteios registrados na cidade do Recife, em 2019. Acessado em 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>

<sup>66</sup> O bairro é originário de um projeto habitacional dirigido ao conjunto de pessoas atingidas pela “cheia de 1966”, dentre outros fatores históricos, de acordo com a Fundação Joaquim Nabuco (2018) culminantes na divisão microrregiões internas até hoje utilizada oficialmente e pelos moradores como Unidades Residenciais (U.R.’s).

<sup>67</sup> A descrição jornalística e os dados já coletados nos remetem aos mocambos da literatura de Castro (2007) e ao “serviço social contra os mocambos”, das décadas de 1940 e 1950, em Recife, quando se afirmava: “essas sociedades, na sua vida tumultuada, carregando um mundo de sofrimentos. Despejos noturnos à base de violência, perseguições policiais, incompreensões de autoridades, prisões de seus membros e diretores, demolições de mocambos, indenizações mesquinhas sob pressão e, até, por incrível que pareça, fechamentos de salas de aula primária, instaladas em mocambos e mantidas por mocambeiros” (BEZERRA, 1965, p. 44 *apud* FARIAS; MONTALVÃO, 2020).

<sup>68</sup> Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-aumentou-numero-de-mulheres-moradoras-de-rua-no-recife/>. Acessado em 27 de abril de 2022.

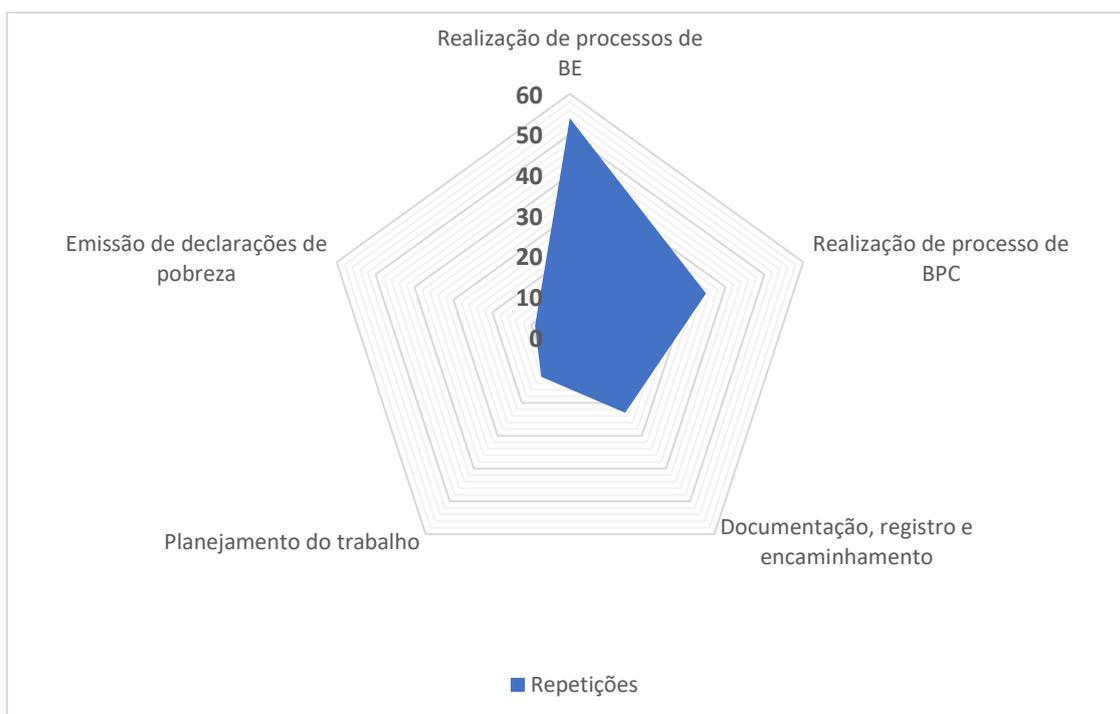
<sup>69</sup> Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/imagens/servicos-essenciais-covid-19>. Acessado em 27 de abril de 2022.

Contudo, é necessário entender de qual assistência social estamos falando. Uma política social do seu momento histórico, aberto após o Golpe de 2016, momento em que a gestão do governo federal é considerada um dos principais elementos de análise da institucionalização da fascistização do bloco hoje hegemônico no Estado (DEMIER; CISLAGHI, 2019) e em que a PAS é operada a partir de uma forte conotação assistencialista em seu processo de contrarreforma.

Frente ao quadro de pobreza e dos números apresentados pela superpopulação relativa em Recife, sendo o CRAS uma instituição voltada as áreas definidas como de “vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF” (MDS, 2009, p.9), é possível entender o que se espera de um/a assistente social nesse espaço, lembre-se, a principal especialidade profissional compositora da força de trabalho empregada pelo SUAS.

Diz muito sobre o que é conteúdo do trabalho da/o assistente social no CRAS durante esse período histórico recente: a gestão do fenômeno da pobreza. Mapeamos, na aplicação da metodologia de observação participante, 133 atendimentos realizados por 4 assistentes sociais nos meses de junho, julho e agosto de 2021. A grande maioria desses atendimentos, 53 deles, foram direcionados a alguma etapa do processo de concessão de BE, como ilustra a Gráfico 11.

**Gráfico 11: Atividades de trabalho por número de repetições**

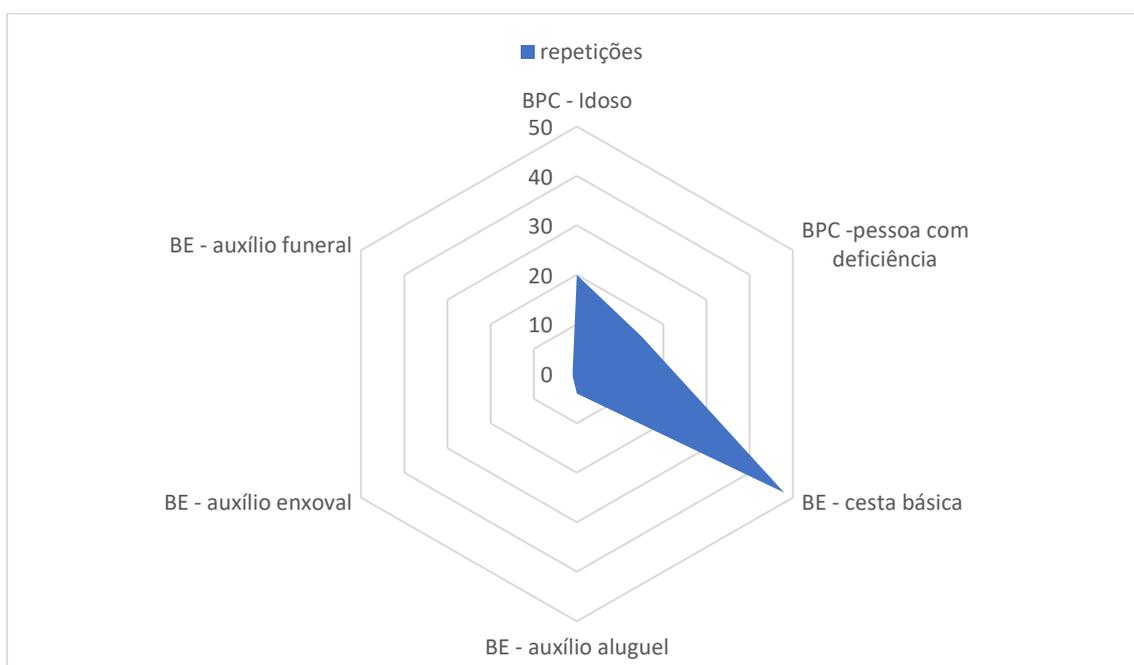


Fonte: pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

Expressiva parte da rotina diária de trabalho do assistente social nos CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima/COHAB era dedicada a operação de algum tipo de benefício, seja ele o BPC ou BE, direcionado a diferentes frações da superpopulação relativa que buscava atendimento.

Essa constatação toma um grau ainda maior de precisão quando detalhamos as variações do tipo de benefício. Como demonstra o Gráfico 12, há predominância do tipo de variação BE – cesta básica e, quanto ao BPC, predominância da variação de tipo BPC – idoso. Esse último, uma demanda incorporada pelos CRAS desde 2020 após a criação do aplicativo *meu inss* que informatizou a abertura de todo e qualquer processo das Agências de Previdência Social (APS), incluindo o BPC. Ocasionalmente uma recorrente busca, sobretudo de pessoas idosas, que não possuem o letramento digital para manusear o novo aplicativo, seja porque não possuem internet, computador e/ou celular ou porque os possuem e não entendem o conjunto de códigos necessários a sua operacionalização<sup>70</sup>.

**Gráfico 12: Variações internas ao tipo de atividade de trabalho**



Fonte: pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

<sup>70</sup> Problemática que abordamos no próximo tópico do trabalho quanto a relação do conteúdo do trabalho com tecnologias (informação, comunicação e organizacionais).

Comparando as proporcionalidades na jornada de trabalho dos/as assistentes sociais, a grande maioria das atividades está centrada na operação do BE – cesta básica, em suas diferentes etapas: cadastramento de pessoas e famílias nos bancos de dados internos do CRAS; entrevista para fins de análise de enquadramento nos critérios de concessão e acompanhamento; comunicação de disponibilidade e entrega; documentação e coletas de assinaturas para fins de registro da atividade.

Na descrição de um turno de trabalho do assistente social Quadro 2, onde essas atividades de trabalho são realizadas, é perceptível a superpopulação relativa manifestando de diferentes formas o fenômeno da pobreza: seja uma trabalhadora idosa que migrou do campo para a cidade e que afirma nunca ter garantido seus direitos trabalhistas; seja uma empregada doméstica que passou a ter deficiência visual; seja um senhor idoso buscando alimento; seja uma mulher vítima de violência patrimonial, física e psicológica, também em busca de alimento; a pobreza é o elemento comum entre eles. Isso é o que tem mobilizado o conteúdo do trabalho.

#### **Quadro 2: Descrição de turno de trabalho do assistente social no CRAS**

<b>Diário de campo, 13 de julho de 2021.</b>	
<b>Assistente Social</b>	<b>R.1 (CRAS Ibura de Baixo)</b>
<b>13h20</b>	Atendimento a usuária idosa que solicita acompanhamento do seu processo de entrada no BPC a partir do “meu inss”. A usuária apresenta dificuldades quanto ao manuseio do aplicativo e ou do serviço telefônico de suporte. Após tentativa de acesso pelo sistema “meu inss” a assistente social identificou que o acesso estava bloqueado. Após algumas tentativas e ligações para o filho da usuária que possuía o email de login do sistema, a assistente social conseguiu identificar os dados sobre o processo, que ainda se encontrava em andamento. “Eu já trabalhei tanto e não ganhei nada, só fiquei aleijada”, disse a usuária sobre o seu histórico de trabalho parte na zona rural e na zona urbana, reclamando que não havia direito algum que a protegesse quanto a isso. A usuária ainda alegou problemas de saúde como diabetes, pedras nos rins e fortes crises de reumatismo. A assistente social informou todos os dados inerentes ao processo, fez uma nova senha, fez escuta, entrevista e recomendou que a usuária voltasse quando necessário.
<b>14h10</b>	Atendimento a usuária com deficiência visual solicitando entrada de processo ao BPC. Refere-se ao longo período de trabalho que teve na vida, seus regulares bicos enquanto doméstica, sua tentativa fracassada de pagar algumas parcelas da previdência. Quando a assistente social foi iniciar o processo de entrada no “meu inss” identificou que já havia uma conta cadastrada, o que, por bloqueios as senhas, impedia a continuidade de entrada no processo. Em seguida, a assistente social encaminhou a usuária a APS mais próxima, no bairro de Areias, para solicitar uma nova senha de atendimento.
<b>14h35</b>	Atendimento a idoso que solicita benefício eventual cesta básica. A assistente social reconheceu o usuário que já havia procurado o CRAS com o mesmo intuito de hoje, mas que também havia uma solicitação de entrada de BPC. Encaminhado o benefício eventual a assistente social questiona quanto ao BPC. O idoso afirma que “não há problemas”, um rapaz amigo de sua vizinha teria tomado as rédeas da situação mediante a cobrança de uma taxa que ele não especificou e nem pareceu muito disposto a mencionar. Afirmando que costuma a cozinhar em seu quintal, que foi criado por sua avó, que se vira muito bem, fez uma piada que me chamou atenção: “filho de guaiamum, todo mundo teve um pai e eu não tive um”. Uma curiosidade: o senhor, um dos poucos homens que procuram o CRAS para resolver seus próprios problemas, é negro.
<b>14h45</b>	Atendimento a usuária que solicita benefício eventual cesta básica. A usuária, chorava compulsivamente de pobreza e violência. É vítima de abuso sexual e físico ocasionados pelo seu antigo companheiro. Relata que sua família se encontra destruída, que seu agressor também abusou de sua filha mais velha, que potencialmente pode abusar de sua filha mais nova, que o valor do seu BPC foi integralmente sacado pelo agressor que possui a curatela de suas filhas e a dela. A usuária ainda relata que no momento em que estava fazendo um dos boletins de ocorrência de

	suas agressões recebe uma ligação de um estranho dizendo que não procurasse saber as razões, mas que estava matando o seu irmão. Uma vez que ouviu pelo celular a morte do irmão a usuária já abalada pela situação de violência anterior entrou em estado de choque. A assistente social, após fazer escuta e entrevista, auxiliou a usuária na organização de seus documentos para entrada de pensão alimentícia, fez encaminhamentos para o CAPS (vínculos de referência já estabelecidos anteriormente) e concessão de benefício eventual cesta básica.
--	---

Fonte: pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

A autoelaboração<sup>71</sup> dos/as assistentes sociais quando questionados/as sobre a sua principal demanda de trabalho, de acordo com entrevistas realizadas no final do processo de observação, também está centrada nos benefícios Quadro 3. Há uma coerência entre aquilo mapeado como atividades de trabalho, como um turno exemplar da jornada, e a autoelaboração a respeito da sua principal demanda de trabalho.

### **Quadro 3: Autoelaboração dos assistentes sociais a respeito da sua principal demanda de trabalho**

Questionamento	<i>O que você descreveria como sua principal demanda de trabalho aqui no CRAS?</i>
R.1.	<i>“A demanda que vem do usuário nesse contexto pandêmico foi a demanda da fome e a resposta institucional foi a cesta básica. Veio a demanda pelos não acessos as tecnologias da informação. Essa demanda ela veio muito forte em relação ao auxílio emergencial [...]”.</i>
S.1	<i>“A principal demanda que chega seriam as atividades eventuais que não são eventuais, que passam a ser as centrais, que passam pela parte da alimentação, um auxílio que envolve o acesso de uma cesta básica é algo que acontece muito. Acho até que um momento de desespero do usuário [...]”.</i>
S.2	<i>“O aumento da vulnerabilidade dessa população que a gente atende, eu vejo hoje as pessoas muito mais fragilizadas – econômica e socialmente falando – [...] a privação alimentar [...]”.</i>

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

Em todos esses diferentes ângulos sobre o qual se observou o trabalho, tem-se a mesma percepção: o conteúdo do trabalho é a gestão do fenômeno da pobreza. Isso é uma constatação. O mapeamento das atividades por número de repetições, a descrição de um

<sup>71</sup> Tratamos os resultados das entrevistas como autoelaborações pelo fato da construção do entendimento sobre o processo de trabalho ser partilhado com os sujeitos da pesquisa, saindo da centralidade do pesquisador. Apesar das induções feitas nos questionamentos elencados nas entrevistas na direção de temas escolhidos pelo pesquisador, as respostas contam a modulação dos próprios assistentes sociais no desenho do que definem sobre os seus processos de trabalho.

turno da jornada de trabalho, a autoelaboração da/o pesquisado/a a respeito da sua principal demanda, demonstram centralidade nos processos que envolvem concessão do BE – cesta básica no período histórico analisado.

Contudo, remetendo o conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS ao processo histórico de implementação e continuidade de existência do SUAS, é possível afirmar que esse conteúdo apresenta profundas modificações diante das mudanças de uso da PAS na realidade brasileira dos ciclos neodesenvolvimentista/social-liberalista, de 2004 à 2016, e ultraneoliberal, pós-golpe de 2016 e ainda em aberto.

Retomando pesquisas realizadas durante o ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista sobre o trabalho do assistente social no CRAS, em diferentes cidades e estados brasileiros, vê-se que o conteúdo do trabalho estava centrado na ativação ao emprego por meio da oferta de cursos de capacitação profissional, no acompanhamento de famílias e indivíduos por meio do cumprimento de condicionalidades de saúde e educação do PBF, da constituição de grupos com foco em segmentos como mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Um contexto em que as atividades de trabalho de cunho mais pedagógico apareciam mais fortemente em comparação aquelas relacionadas aos benefícios.

Neves (2016, p. 104), em pesquisa sobre o CRAS Ibura, instituição que passou a ser dividida entre os CRAS Ibura de Baixo e Ibura de Cima, analisando a relação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com o PBF, destaca as principais demandas apresentadas aos técnicos de nível superior do CRAS, no período:

“cada técnico social acompanha (atendimento no plantão, visitas domiciliares, visitas às escolas, ligações telefônicas) por mês em torno de 30 famílias (famílias são desligadas dos acompanhamentos, por evasão ou avaliação técnica e novas famílias são inseridas), além dos dias em que atuam no plantão realizando atendimentos eventuais para concessão de auxílio funeral, encaminhamentos para retirada de documentação, agendamento e preenchimento de formulários para solicitação do BPC-doença e idoso, consulta, atualização e inclusão do Cadúnico/Bolsa família, como, também, solicitações do benefício eventual (cesta básica e aluguel social) que geram visitas domiciliares e acompanhamentos continuados”.

Em nossa pesquisa sobre as demandas institucionais e respostas profissionais do assistente social nos CRAS no município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, foi identificado uma autoelaboração, muito próxima da descrição de Neves (2016), sobre as demandas profissionais, como demonstra o Quadro 4 abaixo:

#### **Quadro 4: Demandas institucionais mais recorrentes no espaço do CRAS**

<b>Assistente Social 1</b>	<i>“A procura de encaminhamentos, bolsa família (...) alugueis de casas, acho que são a maior procura”</i>
<b>Assistente Social 2</b>	<i>“Por ser CRAS a gente se depara muito com questão do Bolsa Família, mães com crianças em vaga pra creche, às vezes é muito conflito familiar, coisas assim que a gente consegue muitas vezes sanar num atendimento e em uma visita, e quando necessário um acompanhamento”</i>
<b>Assistente Social 3</b>	<i>“Com relação a benefício eventual, também com relação a cadastro, atualização cadastral do bolsa família, nos procuram bastante, e quando a gente faz a visita domiciliar a gente também faz por decorrência de encaminhamentos do conselho tutelar, do ministério público, das outras instituições, quando a gente faz as parcerias saúde, educação, né, habitação também nos procuram”</i>
<b>Assistente Social 4</b>	<i>“Bolsa família, recadastramento, cadastro novo, é, visitas em relação ao bolsa família, frequência escolar, que acredito que essa questão deveria ser o assistente social do bolsa família, né, mas somos nós que fazemos (...) e as visitas do ministério público, que são muitas”</i>

Fonte: SANTOS (2016, p. 76-77).

No município de Teresina, no Piauí, Braga (2017, p.140) também traz autoelaborações dos profissionais a respeito de suas principais ações profissionais, em sua pesquisa sobre a relativa autonomia do assistente social no SUAS, da qual destacamos:

*a gente faz a busca ativa da família ou a família vem até o CRAS, faz o acompanhamento, faz visita domiciliar, faz estudo qualificado, enfim, aí a gente identifica as vulnerabilidades, e daí parte pros encaminhamentos, primeiro é definido um plano de atendimento individual, ou a gente pode inserir num grupo de famílias também, ou os dois ao mesmo tempo. (Informação verbal – assistente social 8).*

Dados muito similares do mesmo período foram encontradas no Rio Grande do Norte (SANTOS, 2016a), na Bahia (SANTOS, 2012), em Minas Gerais (MOLJO *et al*, 2017), dentre outros estudos que fogem o alcance possível de exemplificação que poderíamos dar. A partir de diferentes nomenclaturas como ‘ação’, ‘demanda institucional’ ou simplesmente ‘demandas’, de pesquisadas em territórios distintos, encontra-se o mesmo elemento comum quanto a um conteúdo do trabalho do assistente social nesse período: a gestão do fenômeno da pobreza.

A diferença demarcada por esse período histórico dito neodesenvolvimentista/social-liberalista foi a forma de gestão da pobreza utilizada. Uma conjuntura em que PAS se voltava a extinção dos níveis mais pauperizados da superpopulação relativa, mesmo que pela via de uma crescente funcionalização mercantilizante dessa política pública, cruzando a transferência de renda ao aquecimento do mercado interno, bem como, a abertura de crédito e do endividamento (LAVINAS, 2018; MOTA *et al*, 2012).

Apesar da vinculação da PAS à continuidade do projeto neoliberal em escala nacional, os estratégicos acordos que sustentaram nossa democracia burguesa do período neodesenvolvimentista/social-liberalista tiveram também de aderir em sua plataforma efeitos sobre perversas fundações históricas, tais como o racismo, o machismo e o fenômeno da pobreza expresso na abismante desigualdade social.

As diferenciações das formas de uso da PAS nos dois períodos históricos são visíveis, sobretudo quando entra em cena na análise a genética relação entre política social e política econômica. A contrarreforma da PAS passa a ser sentida no interior dos CRAS.

O desemprego estrutural apresentava percentuais considerados baixos e o país saía do mapa da fome às mãos neoliberais do período neodesenvolvimentista/social-liberalista. Houve um profundo adensamento do fenômeno da pobreza relacionado a percentuais de desemprego inéditos de tão altos, às mãos ultraneoliberais do Golpe de 2016. Enquanto o casamento entre transferência de renda e ativação ao emprego precário foi responsável pelo aumento dos níveis de consumo da superpopulação relativa, no primeiro caso, a transferência de renda não encontra a mesma correspondência com o emprego precário, haja vista a queda dos níveis de emprego formal e informal, no quadro agressivo de desemprego crônico e pauperização dessa mesma superpopulação relativa, no segundo caso, como abordamos no segundo capítulo do trabalho.

Há uma renovação da programática neoliberal. A PAS do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista se baseava na programática de reificação que haveria postos para todas/os no mercado de trabalho a partir das políticas de ativação, associado ao aumento real dos níveis de consumo e retração da miséria. No ciclo ultraneoliberal, a base da PAS está assentada na programática de institucionalização da miséria que se integra a agressividade da pauperização da superpopulação relativa, mantendo a reificação de que haverá trabalho para todas/os.

Na análise que empreendemos sobre a contrarreforma da PAS durante o momento ultraneoliberal pós-golpe de 2016, no segundo capítulo desse trabalho abordávamos como alguns de suas principais características, as suas incidências sobre a estruturação dessa política, desde a concepção de assistência social adotada. Nesse sentido, Silva (2020a) e Medeiros *et al* (2021) apontavam como característica desse processo o programa Criança Feliz e seus aspectos profundamente conservadores, também sumariado por outras fontes bibliográficas que não aprofundam o tema mas também o ilustram na mesma perspectiva.

O acompanhamento do cotidiano institucional em alguns meses do segundo ano da pandemia nos possibilitou outros desdobramentos pertinentes ao entendimento dos efeitos da contrarreforma da PAS no SUAS e no trabalho do assistente social. Os CRAS analisados, apesar de conservarem a estrutura do SUAS, reconfiguram sua forma de intervenção na medida em que alguns dos serviços e programas, como o PAIF, são suspensos ou refuncionalizados, cedendo lugar a centralização na concessão de BE-cesta básica.

As proporções do fenômeno da pobreza exacerbado no momento de crise, como também abordamos no primeiro e segundo capítulos, respondidos de forma residual por políticas de transferência de renda, ainda enquanto PBF à época da pesquisa, não foram suficientes para a gestão da problemática da fome despontada pela superpopulação relativa. Em escala municipal, também respondida por meio da doação de alimentos na forma de BE – cesta básica nos CRAS.

Caracterizamos a doação de alimentos como uma resposta minimalista, conservadora e assistencialista. Ao contrário de outros tipos de intervenção, como a adoção de iniciativas de transferência de renda em escala municipal, que até foram acionadas pela gestão municipal,<sup>72</sup> a escolha política foi de manter o caráter minimalista, conservador e assistencialista da PAS na sua fase ultraneoliberal, a partir das cestas básicas. Remontando-se práticas arcaicas como filas de espera para concessão desse tipo de BE, bem como, a vinculação a filantropia religiosa e empresarial doadora de remessas de cestas básicas adesivadas com seus respectivos slogans e emblemas. Além disso, diante do desemprego e do desalento, da irrisória transferência de renda na cobertura de condições mínimas de vida, acrescia-se a insuficiência da própria cesta básica, com produtos inferiores as reais demandas por alimento de uma família mediana durante um mês, período de reposição do estoque institucional, levando as/os trabalhadoras/es imersos nessa condição desumana a voltarem constantemente as filas do CRAS, em ciclo dependente do assistencialismo.

Não desconsideramos a urgência pela doação de alimentos deflagrada do período. Tal resposta foi largamente utilizada por movimentos e organizações sociais como forma de intervenção sobre o brutal fenômeno da pobreza. Ela foi e deveria ter sido

---

<sup>72</sup> Nos referimos ao Auxílio Municipal Emergencial, com valores entre R\$50,00 e R\$150,00. Disponível em: <https://conectalps.recife.pe.gov.br/ame-recife/>. Acesso em novembro de 2022.

acionado como saída pela gestão municipal em momentos episódicos. O problema está na centralidade que isso assumiu enquanto resposta pública no interior dos CRAS. Sobretudo, quando é colocado em paralelo ao programa de transferência de renda municipal, o Auxílio Municipal Emergencial (AME), servindo mais enquanto estratégia política propagandista no assistencialismo imperante, haja vista o próprio apelo ao sentimento de amor no intencional joguete de palavras no título do programa, cuja incidência foi tão ínfima que não chegou mesmo a atingir ¼ das pessoas inseridas no CadÚnico<sup>73</sup>.

A reconfiguração assistencialista do CRAS no contexto da contrarreforma ultraneoliberal da PAS passa despercebido pela literatura especializada, entrando no rol de fatos como a retomada do primeiro-damismo, do voluntarismo e do moralismo, geralmente relacionada a descaracterização induzida pelo Programa Criança Feliz, também operada no interior desses aparelhos públicos. Inclusive, essa reconfiguração assistencialista dos CRAS foi aberta e institucionalizada em âmbito nacional por esse programa, em suma, esses aspectos se complementam no interior de um mesmo movimento.

Quanto aos rebatimentos desse processo no conteúdo do trabalho do assistente social. Observamos que o conteúdo do trabalho se moveu do campo da ativação ao emprego e da intersecção com as políticas de saúde e educação, no momento da expansão neodesenvolvimentista/social-liberalista do SUAS, para o campo dos benefícios eventuais, no momento ultraneoliberal, precisamente em seu contexto pandêmico. O/a assistente social trabalha com a mesma gestão do fenômeno da pobreza nos dois períodos históricos, mas agora mobiliza um conteúdo conformado pelo agravamento da situação de urgência e calamidade gerada pela agressiva pauperização da superpopulação relativa.

Como dito, respirando a plenos pulmões, a lei geral da acumulação capitalista está em pleno funcionamento no bairro do Ibura, em Recife (PE), na periferia da periferia capitalista – em que alguns animais domésticos como cachorros e gatos possuem qualidade de vida mais elevada que seres humanos –, sendo a/o assistente social convocada/o ao interior do CRAS como um dos responsáveis pela gestão do fenômeno gerado por essa lei.

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://conectalps.recife.pe.gov.br/ame-recife/>. Acesso em novembro de 2022.

### **5.3 “Sem internet o CRAS não funciona”: o conteúdo do trabalho e a tecnologia na gestão da pobreza**

“Salve a maravilha eletrônica/Que já resolveu a fome crônica”, é um trecho presente em “Bié Bié Brazil”, música interpretada por Gonzaguinha, em 1980, satirizando a relação entre tecnologia e pobreza no processo de reabertura democrática. A presença da tecnologia no conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS nos remete ao mesmo questionamento presente na referida música. Como o notório avanço da incorporação de tecnologias na reprodução capitalista, inclusive no interior políticas sociais da periferia capitalista, pertence a mesma realidade de manutenção do fenômeno da fome?

A tecnologia se faz presente moldando o conteúdo do trabalho a partir de dois principais desdobramentos:

- No atendimento a demanda de exclusão digital;
- No desenvolvimento da instrumentalidade profissional.

Sobre o primeiro aspecto, uma constante no cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS é manifestada pela demanda por processos de BPC, oriunda da já referida criação do aplicativo *meu inss*. Essa demanda, própria da PAS e operacionalizada pelo INSS, passou a ser integrada pelo SUAS após aumento causado pelo completo processo de informatização de todo e qualquer tipo de atendimento a ser realizado no interior de Agências de Previdência Social (APS), como mencionamos no terceiro capítulo dedicado quando nos reportamos na contrarreforma da previdência e seus efeitos sobre o trabalho do assistente social, através dos estudos de Fernandes (2018).

Isso gerou uma profunda expulsão de camadas da classe trabalhadora nacional do acesso ao BPC. A gestão do fenômeno da pobreza discrimina aqui mais uma das suas características no campo da institucionalização e gestão da miséria pelo Estado no ciclo ultraneoliberal. A falta de letramento digital para operação do aplicativo, associado a exclusão do acesso ao consumo da tecnologia e a volta do aumento do analfabetismo,<sup>74</sup> se somam a ao conjunto de contínuas violências operadas. Em entrevista concedida ao

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/24/brasil-regride-em-meta-para-acabar-com-o-analfabetismo-e-nao-alcanca-objetivo-de-investir-mais-na-educacao-diz-relatorio.ghml>. Acessado em novembro de 2022.

CFESS<sup>75</sup>, em agosto de 2020, a assistente social Alessandra Dias, da APS Macapá (AP), quando questionada sobre o aplicativo, afirma:

O acesso exclusivo por meios digitais é uma barreira, exclui a população em situações de vulnerabilidades e essa exclusão tem recorte de raça e gênero. É preciso ainda considerar a exclusão digital e o perfil da população atendida, como pessoas idosas, pessoas com deficiências, que não dispõem de equipamentos de informática, tendo que custear intermediários para acessar benefícios a que têm direito, ou simplesmente para receber orientações básicas. Sem contar a falta de servidores/as públicos/as e de concurso público para atender à população. O enxugamento do Estado, com o modelo neoliberal, segue seu curso desmontando as políticas públicas na Seguridade Social.

A conhecida exclusão digital, assim nomeado por áreas de pesquisa como a educação<sup>76</sup>, conforma-se a partir da ausência ou qualidade de insumos básicos, como internet e celular, bem como na relação entre letramento e analfabetismo digital. O fenômeno da pobreza enquanto manifestação da pauperização da classe trabalhadora nacional nos últimos anos não se manifesta apenas pela ausência do alimento, mas também pela falta de acesso a um conjunto de outros itens essenciais de consumo do mundo contemporâneo e pela negação do direito a educação.

A completa informatização do INSS fez com que uma expressiva gama da superpopulação relativa acometida por essas diferentes violências, passasse a ser gerida pelo SUAS, haja vista estarmos falando de instituições distintas, mas de uma mesma política social, a assistência social. Em acordo não firmado no campo legal e administrativo, parte dos processos de BPC são hoje feitos no interior dos CRAS.

Essas questões não são de menor relevância para entendimento do aparecimento dessa demanda também modeladora do conteúdo do trabalho. No desenvolvimento dos atendimentos mapeados em nossa observação participante, as pessoas solicitavam do assistente social o manuseio do processo de BPC, seja porque não possui a completude dos insumos tecnológicos básicos, seja porque não possui o letramento digital para manuseio da operação, seja por ambos os casos. O Quadro 5, a seguir, traz atendimentos em que esses elementos se repetiam, discriminando a demanda.

#### **Quadro 5: Realização de processos de BPC**

<b>Assistente social</b>	<b>Descrição do atendimento</b>
	CRAS Ibura de Baixo

<sup>75</sup> Entrevista disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1744>. Acesso em 26 de maio de 2022.

<sup>76</sup> Alguns caminhos para entendimento da área da educação sobre os conceitos de letramento e exclusão digital podem ser encontrados em Buzato (2009).

<p><b>R.1</b> (atendimento realizado das 13h40 às 13h50 da manhã, do dia 27 de julho de 2021)</p>	<p>Atendimento a senhor de 65 anos com complicações de saúde (sequelas de Acidente Vascular Cerebral - AVC) solicitando acompanhamento de processo de BPC (idoso). O senhor estava acompanhado de outro senhor que explicou a situação, este afirmou: “o processo dele ta com a advogada do vereador @ e lá está acusando que tem problema no CRAS”. R.1 não conseguiu acesso ao sistema por problemas na senha. Após escuta.</p>
<p><b>P.1</b> (atendimento realizado das 9h30 às 10h da manhã, do dia 26 de julho de 2021)</p>	<p>Atendimento a mulher negra idosa que reside sozinha (66 anos), antiga costureira, que solicita acompanhamento de processo para entrada no BPC (idoso). Após tentativa de acessar o sistema “meu inss” sem sucesso, o profissional solicitou que a usuária retornasse ao CRAS após 24 horas quando o sistema liberasse um novo acesso. Durante o atendimento, questionada sobre o número de celular necessário para acesso ao sistema, a senhora afirmou que não possui nenhuma intimidade com esse tipo de tecnologia, e respondeu: “eu ganhei ele no dia das mães, eu tenho tanto medo dele que nem sei pra onde vai”.</p>
<p><b>CRAS Ibura de Cima</b></p>	
<p><b>S.1</b> (atendimento realizado das 9h30 às 10h da manhã, do dia 05 de agosto de 2021)</p>	<p>Atendimento a senhora negra, 67 anos, por solicitação de visita feita por S.1 para entrega de benefício eventual cesta básica, acompanhamento do processo de BPC (idosa) e declaração de 2ª via da carteira de identidade. A assistente social fez breve entrevista de acompanhamento, entregou o benefício eventual, visitou o sistema “meu inss” (não houve possibilidade de acesso por algum erro), tentou agendar a 2ª via do RG, mas não tinha datas disponíveis que casassem com a disponibilidade da senhora e do seu sobrinho que a acompanhava. A senhora é uma recorrente usuária do CRAS, em acompanhamento.</p>
<p><b>S.2</b> (atendimento realizado das 10h às 11h05, da manhã, do dia 22 de julho de 2021)</p>	<p>Acompanhamento do processo de BPC idoso no sistema “meu inss”. O caso, já encaminhado pelo CRAS Ibura de Baixo por questões de divisão da cobertura do território, trata-se de um idoso que já havia dado entrada no processo de BPC no “meu inss” em janeiro de 2020 e que foi concedido. Sendo que o idoso não sabia do deferimento do processo e passou mais de um ano sem sacar os valores depositados mensalmente, ocasionando cancelamento do seu benefício. Isso fez com que tivesse de ser reaberto um novo processo em nome do idoso que está mais uma vez em acompanhamento. Os valores depositados em conta foram completamente reapropriados pelo governo federal, o que representou uma perda de R\$12.000,00 em média. A falta de informação fez com que o idoso, mesmo tendo seu direito já garantido, não conseguisse acessá-lo por tais questões. A assistente social visitou o aplicativo “meu inss” para ver como está o acompanhamento do caso.</p>

Fonte: pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

A busca pelo trabalho do assistente social no CRAS se dava exatamente pelo seu conhecimento técnico especializado no assunto. Na divisão do processo de trabalho em geral do CRAS, a demanda por processos de BPC, apesar de aparentar uma simples operação, é direcionado ao assistente social por seu conhecimento a respeito das etapas que o compreendem e da mediação com a legislação em vigor. Um exemplo disso, revelou um contexto de intervenção interessante (BURAWOY, 2014). Nas primeiras

semanas da observação participante fui levado a ter de entender e pesquisar melhor sobre as constantes mudanças legais e administrativas que estavam acontecendo no BPC, haja vista meu estranhamento no encontro com essa demanda no CRAS e com o nível de conhecimento técnico dos assistentes sociais a seu respeito.

Em alguns diálogos traçados entre pesquisador e pesquisado torava-se nítida minha discrepância em relação a tais níveis de saber. Durante os anos de 2021 e 2022, a LOAS sofreu diversas alterações, imediatamente socializadas e debatidas entre a equipe profissional. O contexto pandêmico e a suspensão do atendimento presencial nas APS trouxe alterações de curto e médio prazo que afetavam o trabalho com a demanda do BPC, como os critérios de renda per capita familiar definidos pela lei 13.982 de abril de 2020.

O manuseio do aplicativo *meu inss* exige um grau de apropriação da LOAS e sua relação com a política previdenciária. Vários atendimentos de BPC – idoso, como ilustra o Quadro 10, são feitos por pessoas que possuem décadas de atividade em um ou mais postos de trabalho. Alguns/as desses/as idosos/as possuíam tentativas fracassas de pagamento da previdência social pública em carteiras de trabalho espalhadas na mesa do assistente social que opera o processo. Muitas vezes tais pessoas pareciam não discernir entre uma coisa e outra (assistência social e previdência social) e muito menos sobre a relação entre ambas. Esse fato que pode ser reiterado na própria na autoelaboração da assistente social R.1, quando questionada sobre a demanda,

*“O INSS fechou as portas e o usuário ficou sem atendimento e quando ele ligava para o 135 era ‘vá até o CRAS mais próximo da sua casa’, então foi uma demanda que explodiu, tanto o auxílio emergencial quanto o BPC [...] na pandemia, o não acesso dos usuários a esses serviços e o CRAS como único equipamento aberto no território, foi uma demanda muito grande nesse período”*

De um ponto de vista do propagado uso da tecnologia na democratização do acesso a utilização do aplicativo tem ido na contramão daquilo que propõe. Realmente agilizando o processo para alguns/mas e distanciando e excluindo o acesso para outros/as. O Quadro 10 aborda como cada processo demora meses para ser concluído, mesmo que estejamos falando de pessoas idosas em declarada situação de pobreza, recorrentemente, com complicações de saúde que as/os impede de trabalhar.

O segundo aspecto de incorporação das tecnologias no conteúdo do trabalho foi mapeado a partir da sua interferência na instrumentalidade profissional. No manuseio de tecnologias da informação e comunicação, especialmente o Sistema de Informações da Assistência Social – SIAS e o aplicativo *meu inss*, bem como, na incorporação da gestão por competências. A/o assistente social do CRAS se encontra também emaranhado/a a nova racionalização do trabalho no interior dos serviços públicos brasileiros.

No atendimento a processos de BPC a partir do aplicativo *meu inss* é manuseado um típico instrumento de trabalho, a entrevista<sup>77</sup>. O sequenciado esquema de questionamentos como “*quando ocorreu sua última contribuição por carnê ou Guia da Previdência Social (GPS) nos últimos 5 anos?*”, tornam-se uma espécie de entrevista semiestruturada que norteia o desenvolvimento do diálogo entre profissional e pessoa que está sendo atendida. Durante a realização dessas entrevistas o/a assistente social utiliza de uma linguagem mais acessível àqueles termos postos pelo sistema, fazendo outros questionamentos que considera pertinentes para coletar todas as informações necessárias e encaminhar o processo.

No desenrolar da entrevista é acionado um outro instrumento, a documentação<sup>78</sup>. A história de vida de quem está sendo atendida/o é parcialmente registrada no próprio aplicativo, de domínio do INSS, e uma outra parte na Ficha de Atendimento Familiar (FAF) e/ou no Prontuário SUAS, de domínio do próprio CRAS e do SUAS, em nível municipal. A entrevista aprofunda o conhecimento sobre o caso em questão que geralmente se associa a outras demandas, como a da busca por alimento, como bem nos demonstrou o Quadro 10.

Poder-se-ia pensar que, de imediato, haveria uma equiparação entre o trabalho do assistente social com o saber indutivo do senso comum, a partir da aquisição de determinadas habilidades, que possibilita o manuseio do aplicativo. Isso é uma realidade. Entretanto, o salto qualitativo no trabalho está na diferenciação acionada pela instrumentalidade profissional, na dinâmica das dimensões que compõem o trabalho.

O conhecimento técnico-operativo sobre a política exprime uma compreensão ampliada das etapas, da legislação, da rede de serviços, da relação da PAS com as demais

---

<sup>77</sup> A entrevista enquanto instrumento de trabalho do assistente social é aqui compreendida a partir da interlocução com Lavarotti (2016).

<sup>78</sup> A documentação enquanto instrumento de trabalho do assistente social é aqui compreendida a partir da interlocução com Marconsin (2013).

políticas sociais. O conhecimento teórico-metodológico no entendimento da dinâmica de transformações na política pública nos últimos anos, nos efeitos da crise aprofundada pela pandemia da Covid-19 às condições de vida desse extrato mais pauperizado da superpopulação relativa, somada a institucionalização pelo Estado da exclusão de pessoas público-alvo do BPC. A direção ético-política na conformação de um conteúdo do trabalho que disputa diretamente com uma programática assistencialista, excludente em acesso e de violência *versus* a real garantia de direitos sociais mínimos que são legítimos e irrevogáveis<sup>79</sup>.

O manuseio de sistemas de informação internos (SIAS) e externos (*meu inss*) foram incorporados no cotidiano de trabalho, torando-se um dos meios da sua realização. As entrevistas modeladas pelos diferentes questionários padronizados, parte da documentação e alguns das respostas profissionais, por exemplo, as materializadas na abertura, acompanhamento e finalização de processos de BPC, só podem ser operadas a partir de sistemas da informação e comunicação.

**Quadro 6: Autoelaboração dos/as assistentes sociais a respeito da sua principal demanda de trabalho**

<b>Questionamento</b>	<b>Respostas aos questionamentos:</b> <i>- O que você descreveria como sua principal demanda de trabalho aqui no CRAS?</i> <i>- Durante o processo de observação percebi que você está sempre lidando com algum sistema (principalmente o SIAS e o Meu INSS), como você percebe/entende essa inserção de tecnologias da informação e comunicação no seu cotidiano de trabalho?</i>
R.1.	<i>Elas chegaram de forma muito incisiva [as tecnologias]. Do ponto de vista institucional, porque vem essa demanda que a instituição coloca pra gente, informatizar o processo de trabalho sem condições de trabalho, implementa um sistema que tem pouca eficiência, ele [o SIAS] tem muitas inconsistências. Por exemplo, eu registro no SIAS, mas eu não consigo tirar daquele sistema o que foi que eu produzi, o que foi que eu registrei, quais foram os meus atendimentos naquele dia, quem tem acesso a essas informações é o gestor. Veja como o sistema reflete a centralidade das informações. O SIAS é um sistema que eu só alimento, parece um banco de dados. Se eu quiser puxar informações, perfil do usuário, perfil de demanda, quantos usuários eu atendi, eu não consigo filtrar nenhuma informação, esse poder é dado ao gestor”</i>
S.1	<i>As vezes é um idoso que tem perfil para o BPC, mas ele não chega reconhecendo isso. ‘Olhe, eu já sou idoso, eu não tenho renda, eu</i>

<sup>79</sup> As diferentes dimensões do trabalho e sua relação com a instrumentalidade profissional são aqui compreendidos com base Guerra (2013).

	<p><i>moro sozinho e eu tenho perfil' [...] a escuta é central, as vezes eles não conseguem classificar o que eles estão querendo.</i></p> <p><i>Uma coisa que chegou de novo, foram os emergenciais de renda, já surgiu com muita dúvida, muitas falhas no sistema, então todos os dias chegavam pessoas querendo saber como fazia pra acessar o benefício [Auxílio Emergencial] e a gente não tinha essa resposta.</i></p> <p><i>[Pergunta]</i></p> <p><i>Eu entendo que elas são necessárias [as tecnologias] [...] Elas tem um caráter muito necessário, muito útil e que as vezes é subutilizado. Por exemplo, tem alguns usuários que o sistema meu inss possibilita a gente ver a situação do usuário, se já deu entrada no benefício alguma vez [...], está em análise, a gente consegue visualizar isso, consegue minimamente orientar o usuário de como tá a situação dele diante do INSS, mas tem usuários que não.</i></p> <p><i>O outro caso, [...] estava tentando cadastrar uma família no SIAS e era uma família de uma pessoa só, aí eu cliquei pra acompanhamento e o sistema dizia que não podia [...] Então quem criou o sistema não entendia um indivíduo como uma família, que é uma premissa da política. [...] O próprio sistema impedia que o usuário tivesse acesso ao sistema como ele deveria ser usado.</i></p>
S.2	<p><i>Teoricamente eles [ os sistemas] vem pra facilitar nosso dia a dia, nossa forma de acesso a informações [...] o grande impasse é que nem sempre eles funcionam na hora que a gente quer [...], mas eles poderiam ser nossos parceiros, porque estariam ali todas as informações com um simples clique [...] até pra esse tipo de coisa que aconteceu agora<sup>80</sup>, saber se essa família já foi contemplada. Essa família já foi acompanhada? Teoricamente eles seriam pra facilitar [...] se eles funcionassem melhor. As inconsistências no sistema, as vezes a gente não consegue caminhar nas etapas, bloqueia, cai e não cai.</i></p>

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

Os sistemas de informação e comunicação foram objeto de crítica dos assistentes sociais quanto as suas inconsistências (de concepção e operacionais), denotando que seu uso no cotidiano de trabalho permitiria outras funcionalidades pertinentes a um conhecimento mais aprofundado da realidade das pessoas em atendimento e na agilidade dos processos (Quadro 6). Essa visão da tecnologia da informação e comunicação denota, ao mesmo tempo, o uso focalizado que hoje ela exprime. A padronização da resposta e o enquadramento da demanda modela o conteúdo do trabalho, sobretudo a partir do campo dos benefícios.

<sup>80</sup> A entrevistada S.2 menciona uma interrupção a entrevista feita por uma outra assistente social da equipe técnica com dúvidas se um processo de BE- cesta básica já havia ou não sido executada a uma família presente na listam feita à mão (uma versão preliminar da distribuição a partir da demanda).

Isso não anula o desenvolvimento de um certo grau de autonomia profissional na operacionalização daquilo padronizado pelos sistemas. O uso dos instrumentos entrevista e documentação deflagram as diferenciações com o saber indutivo do senso comum no manuseio do aplicativo *meu ins* e dos sistemas enquanto meio de realização do trabalho, uma vez que é acionada a instrumentalidade profissional na mobilizando das diferentes dimensões.

Ao mesmo tempo, o interesse de alimentação dos sistemas, precisamente o SIAS, estava muito mais relacionada ao controle da produtividade do trabalho, ou seja, na mensuração do quantitativo de atendimentos realizados por cada profissional ao final de cada mês. Criando um processo de acompanhamento próprio, em paralelo ao sistema Relatório Mensal de Informações (RMA). Este último, preenchido com o produto geral do trabalho mensal e de responsabilidade da coordenação do CRAS, que não tivemos como objeto de investigação.

Ainda sobre a segunda incidência das tecnologias no conteúdo do trabalho e seus efeitos na instrumentalidade profissional, encontra-se a gestão por competências<sup>81</sup>. Os momentos de reuniões da equipe profissional possibilitaram o acompanhamento de alguns eventos demarcadores desses efeitos da tecnologia organizacional. O debate sobre o compartilhamento de atribuições profissionais comuns para diferentes especialidades profissionais ganha tónus, como pode ser visto no Quadro 7.

### **Quadro 7: A disputa em torno de atribuições e instrumentos profissionais**

---

<sup>81</sup> A contemporânea gestão por competências, dentre as diferentes abordagens, pode ser entendida “[...] como conjunto de saberes, motivações, capacidades e atitudes que se manifestam em desempenhos adequados”, alterando-se “[...] à medida que variam os contextos situacionais, mais frequentemente no cenário mundial contemporâneo” (SILVA; MELLO, 2011, p. 168). Funcionaria como um “[...] direcionador para a ação de práticas e políticas de planejamento e a ação da gestão de pessoas de maneira integrada” (SILVA; MELLO, 2011, p. 174). No complexo formado pelo conjunto de definições abordadas, “competência na gestão do trabalho”, envolveria “a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas contratuais; a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado na carreira; novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização no trabalho e seu compromisso com a organização; e a instigação a formação contínua” (SILVA; MELLO, 2011, p. 175). Associando-se “ao uso, controle, formação e avaliação do desempenho da força de trabalho diante das exigências decorrentes da acumulação capitalista flexível” (SILVA; MELLO, 2011, p. 175). Nesse sentido, “além da flexibilidade, aparecem novos componentes na abordagem de gestão por competências, como a transferibilidade, a polivalência e a empregabilidade” (SILVA; MELLO, 2011, p. 175). Elementos interconectados, pois, “a transferibilidade tem sentido de mobilidade, de desempenhar uma e outra funções dentro da empresa”, requerendo “[...] considerável polivalência e constante atualização dos saberes para atingir os níveis de empregabilidade” (SILVA; MELLO, 2011, p. 175). Um modelo de gestão, ou consumo, da força de trabalho, centralizado no desempenho produtivo do trabalhador, com base na especialidade, no *savoir-faire*, mas não a ela aprisionado.

CRAS Ibura de Baixo	
<b>Pauta</b>	Atualização da estrutura de relatório do aluguel social (ponto 3)
<b>Descrição</b>	<p>A analista R.1 apresentou fortes discordâncias sobre a universalização do modelo para toda a rede, haja vista a estrutura apresentada pela gestão municipal ser idêntica a estrutura típica de um relatório social que é uma atribuição privativa do assistente social. Assim, foi instaurado um longo debate sobre atribuições profissionais, como o serviço social e a psicologia (sendo a pedagogia também rapidamente mencionada). O diálogo aberto levou a contraposições entre a coordenadora psicóloga e a analista assistente social R.1, tendo alguns dos seus principais pontos as seguintes falas que consegui sistematizar:</p> <p><u>R.1:</u>  <i>“tem outros profissionais entrando na nossa área”</i>  <i>“se eles quiserem esse modelo eles têm que demandar ao assistente social”</i>  <i>“aconteceu a mesma coisa com os educadores”</i>  <i>“o nosso processo de trabalho é confuso”</i>  <i>“eu sinto falta de psicóloga em alguns dos meus atendimentos”</i></p> <p><u>Coordenadora (Psicóloga)</u>  <i>“me apresentavam como assistente social, mas eu dizia que não era”</i>  <i>“poderíamos mudar o título para relatório circunstancial”</i>  <i>“as normativas falam disso”</i>  <i>“muitas vezes fazíamos atendimento juntos”</i>  <i>“enquanto psicologia nós ficamos com M. para resolver, por que existem normativas muito específicas”</i>  <i>“em relatório multiprofissional faz separado e cada um faz o seu, cada um no seu quadrado”</i></p>

Fonte: pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

A disputa em torno do uso do relatório social, instrumento de trabalho do assistente social, associado a atribuição de acompanhamento dos casos de BE - aluguel social, revela um inovador elemento na compreensão do conteúdo do trabalho no CRAS: limites do que é definido como atribuição do assistente social e não de outras especialidades, como a psicologia.

O efeito poderia ser justificado pela via de uma “prática indiferenciada” do serviço social que facilitaria a absorção por outros profissionais de atribuições minimamente cristalizadas em processos de trabalho que o assistente social compõe, conformadora da análise de uma prática sincrética (NETTO, 2011). Entretanto, identificamos que esse efeito se choca frontalmente com esse tipo de análise comumente usada pela literatura profissional.

As atribuições e instrumentos profissionais típicos do assistente social é o que possuíam centralidade no interior do processo de trabalho do CRAS. Outras especialidades profissionais, como a psicologia, e a própria gestão da política encontram no arsenal técnico-operativo e na instrumentalidade daquele profissional o foco de quebra da especialização na flexibilização enraizada na atual administração pública do Estado monopolista brasileiro. O Quadro 8 organiza autoelaborações dos profissionais a respeito do tema.

**Quadro 8: Autoelaboração dos assistentes sociais a respeito da sua função e de competências específicas**

<p><b>Questionamentos</b></p>	<p><i>1. Você é contrata como analista social pela gestão municipal e, além do assistente social, profissionais com outras especialidades profissionais podem realizar a mesma função. Como você avalia essa situação?</i></p> <p><i>2. Você considera que existem atividades ou competências específicas de trabalho do assistente social aqui no CRAS ou algo que é recorrentemente direcionado ao assistente social como sua atividade de trabalho?</i></p>
<p><b>R.1</b></p>	<p><i>1. O processo de trabalho que a prefeitura desenha coloca todo mundo no mesmo pacote, parece uma função generalista<sup>82</sup> [...] A formação é completamente diferente [...] Todo mundo faz a mesma coisa, esse trabalho multiprofissional não acontece, eu sinto falta do olhar do psicólogo, do olhar do pedagogo sobre aquele mesmo caso, mas o processo de trabalho não é desenhado assim. Nas reuniões técnicas a gente organiza os casos pela quantidade [...] não se discute o caso pela demanda [...]</i></p> <p><i>2. A avaliação social, principalmente para acesso a benefícios, que é algo bem corriqueiro aqui e o assistente social tem expertise nisso, muita particularidade nisso. É tanto que se você pega os relatórios, o que a gestão solicita para incluir o usuário, é muito no formato de um relatório social. Aquele formato de relatório o psicólogo faz, o pedagogo faz, mas o que se requer ali é um relatório social que é uma atribuição privatiza nossa. Eu penso que a todo momento as nossas atribuições são sim invadidas [...] O pedagogo não é regulamentado. Então fica muito complicado ele fazer um relatório, porque ele não tem conselho [...] a escuta, o sigilo, quem fiscaliza isso do profissional? É o conselho de classe. Se o usuário se sentir ferido no sigilo, em várias dimensões, ele vai recorrer quem? [...]</i></p>

<sup>82</sup> R1. Denota me explica no início da sua resposta ao questionamento que a nomenclatura de “analista social” foi uma conquista do movimento de organização dos trabalhadores a partir da Associação de Trabalhadores da Assistência Social (ATAS) e do Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (FETSUAS). Posto que, a contratação inicial enquanto “técnico de nível superior” foi assimilada pela gestão municipal como grau inferior de complexidade do trabalho, não equiparando seus níveis salariais aos demais profissionais de nível superior.

S.1	<p><i>1. São formas, não sei, de desqualificar a profissão [...] Cada um nasce de uma qualificação profissional [...] Esse analista poderia ser assistente social, psicólogo ou pedagogo ou qualquer outro, você descaracteriza o que é aquele fazer do serviço social. O que não quer dizer que algumas coisas outras profissões não possam fazer, mas tem coisas que a gente sabe que é específico do fazer do assistente social, é específico do fazer do psicólogo, específico do pedagogo [...]</i></p> <p><i>Existia o tempo do relatório psicossocial. A assistente social tem um foco de análise e a psicóloga tem outro. A gente consegue reunir isso em um relatório ou serão feito dois? Hoje é muito claro a gente entender isso, mas até um dia desses não era. Era a sala psicopedagógica, do psicossocial, como se todo mundo fizesse a mesma coisa. Mas a gente sabe que não é.</i></p>
S.2	<p><i>1. Acho que isso é uma estratégia da gestão, essa nomenclatura, acho que tira um pouco a identidade de cada profissional [...] O que eu desenvolvo a psicóloga pode também desenvolver [...] Eu acho que descaracteriza um pouco a profissão [...]</i></p> <p><i>2. A própria política não permite isso, a forma como é estruturada [...] Por isso que é importante os dois profissionais se alinharem, o assistente social e o psicólogo, por que o que vai pesar aí é o olhar de cada profissional dentro da sua especialidade, mas na hora de desenvolver o trabalho no dia a dia, a gente meio que trabalha as mesmas situações. O olhar, a formação profissional, vai despertar para coisas muito específicas, diferentes [...]</i></p>

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

A gestão por competências é algo apropriado pelo serviço público brasileiro, já em prática a alguns anos (BALBE, 2010). O SUAS foi criado e se desenvolve até hoje tendo esse aspecto modernizador na sua estruturação político-administrativa. Os problemas advindos dos choques entre especialidades diferentes, como menciona a resposta de S.1 no Quadro 8, extrapolam os limites municipais e chegam a esfera nacional.

A normatização do trabalho, a definição de *técnico de nível superior* do CRAS, definido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), é uma demonstração de uso da gestão por competências. Na perspectiva da interdisciplinaridade e do trabalho social, condensa-se as especialidades profissionais em uma mesma categoria definida como *técnico de nível superior*, cujo perfil exigido, dentre outros elementos, é detalhado nos seguintes termos: “escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH)” (MDS, 2009, p. 63).

Assim como o perfil, as atribuições de trabalho podem ser desempenhadas independentemente da especialidade profissional, como a de “realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS” (MDS, 2009, p. 63).

A Resolução Nº 557/2009, do Conselho Federal de Serviço Social, que “dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre assistente social e outros profissionais”, é uma notória implicação da disputa em torno das mesmas atribuições entre assistentes sociais e outros profissionais, sobretudo com a psicologia, no caso dos CRAS. A indistinção de tais atribuições se articula com os processos de flexibilização no interior do Estado, tensionando o amálgama conformador do conteúdo do trabalho. Tratava-se de sanar, dentre outras razões e ocorrências, a polêmica de construção de pareceres psicossociais (um mesmo documento/instrumento/produto) elaborados por assistentes sociais e psicólogos em espaços de trabalho multiprofissionais e na perspectiva do trabalho interdisciplinar, como o CRAS<sup>83</sup>.

A avaliação social, destacada no Quadro 13 pela autoelaboração de R.1, denota outras variações que a resolução do CFESS não foi e nem é capaz de observar, pois é um elemento em choque com a forma de ser da divisão do trabalho no interior do CRAS. O instrumento profissional abordado é tornado meio comum de realização do trabalho por especialidades que não apenas o serviço social, mesmo não havendo correspondência de formação para isso. Afinal, o relatório social conta essencialmente para seu manuseio uma articulação a outros instrumentos, como a entrevista, a observação, a documentação e a visita domiciliar, todos eles direcionados ao entendimento mais aprofundado do quadro socioeconômico das pessoas e territórios com os quais se trabalha, ou seja, vinculando o uso do instrumento a instrumentalidade do serviço social. Uma correspondência mínima entre o fazer e o saber fazer que extrapola o domínio de outras especialidades profissionais.

As tecnologias (informacionais, comunicacionais e organizacionais) oriundas na nova racionalização do serviço público perpassam o trabalho do assistente social no interior do CRAS. Por um lado, o avanço das TIC advindo do manuseio do aplicativo

---

<sup>83</sup> Dentre tantos elementos passíveis de mediações e problematização a partir do que estamos abordando, trazemos para o leitor uma das considerações preliminares da Resolução Nº 557/2009, do Conselho Federal de Serviço Social: “considerando que as leis que preveem a atuação multidisciplinar não especificam os limites de cada área profissional no desenvolvimento e na elaboração dos trabalhos técnicos conjuntos, cabendo, no caso das profissões regulamentadas, serem disciplinados por seus Conselhos Profissionais respectivos”.

*meu inss* e do SIAS conformam a demanda de participação na gestão da superpopulação relativa mediada pela informatização. Por outro lado, a interação com as tecnologias tende a padronizar o trabalho e desatrelar do domínio da/o assistente social atribuições e instrumentos.

A relevância da tecnologia na conformação do conteúdo do trabalho foi exemplificada pelas dificuldades apresentadas em um dia do cotidiano que houve ausência de um dos seus principais insumos, a internet. Na segunda semana de observação participante no CRAS Ibura de Baixo a saída de uma já cristalizada rotina:

“Sem internet o CRAS não funciona”. Hoje o CRAS estava com problemas de conexão com a internet e grande parte do serviço, principalmente aquele desempenhado pelos cadastradores do CadÚnico, não pode ser operado. Ora, se a minha pesquisa está interessada na incidência das tecnologias informacionais, da comunicação e organizacionais no CRAS, essa é uma das principais provas da sua relevância nos processos de trabalho interiormente desenvolvidos: sem internet o CRAS não funciona. O fato de não ter internet no CRAS afetou não só o trabalho dos cadastradores do CadÚnico, mas também o da/o assistente social, ela/ele precisou do cadastro de uma das usuárias atendidas, de documentos junto ao CadÚnico que só poderiam ser viabilizados online junto aos cadastradores, de acesso ao sistema “meu inss”. Enfim, a internet parece sim ser uma mediação essencial no desenvolvimento do trabalho (Diário de Campo, 29 de junho de 2021).

“*Em formato PDF que não ultrapasse 500 mega*”, era uma frase repetida entre os assistentes sociais para as pessoas que saíam do CRAS para digitalizar documentos para anexar no aplicativo *meu inss*. A demarcação na inserção de tecnologia no trabalho de assistentes sociais no CRAS é linguística. Arriscamos dizer que as palavras “PDF” e “mega” nem mesmo existiam no vocabulário do cotidiano profissional do assistente social nas décadas de 1990, um período histórico recente no qual se inicia o novo momento de racionalização do trabalho o interior do Estado monopolista.

As contrarreformas da política de previdência e assistência social encontraram no processo de informatização seu ponto comum. Estudos como o de Fernandes (2018) não previram e nem atentam para essa interconexão. Além disso, esse é mais um achado da pesquisa que não é colocado em cena pela caracterização da contrarreforma da PAS nos últimos anos. Enquanto a contrarreforma da previdência gera as restrições no acesso a assistência social, precisamente os CRAS, passam a mediar o atendimento a essa demanda represada. Ao contrário do assistencialismo, como já apontamos na sessão anterior, a novidade do atendimento desse tipo de demanda possui uma conotação progressista. Afinal, está se falando da estruturação de uma atividade de trabalho não referendada no plano legal, contando com a motivação técnico-operativa e ético-política

por parte dos profissionais no atendimento de uma demanda apresentada no quadro mais geral das regressividades ultraneoliberais.

Na mesma linha, a continuidade da flexibilização e precarização do trabalho do assistente social enquanto demonstração da contrarreforma, ainda não menciona os elementos encontrados quanto a incidências das tecnologias no conteúdo do trabalho. A exemplo do que Boschetti (2020), ampliando as características apontadas quanto as condições de trabalho, haja vista a falta de internet e computadores ser um importante demarcador da precarização, por um lado, e “sem internet o CRAS não funciona” um demarcador nos intentos da padronização do trabalho por vias das TIC, por outro lado. Agregando-se a isso o uso de tecnologias organizacionais, com a gestão por competências, na conceituação de problemáticas no domínio das competências profissionais a muito debatidas no interior da categoria e por nós em outros estudos (SANTOS, 2016), como forma de compreender incidências da expansão flexibilizada na PAS.

#### 5.4 “*Eu fui dormir já era madrugada*”<sup>84</sup>: o conteúdo do trabalho, a precarização, a perseguição política e a cultura profissional dos anos 2000

A precarização e a perseguição política se fazem presentes no trabalho do assistente social no CRAS de diferentes formas, modelando o conteúdo com os mecanismos de controle que estabelece. Através da vinculação temporária e flexível ao posto de trabalho, da ausência de garantias trabalhistas e da perseguição política o Estado, na forma da gestão municipal, é impregnado pela lógica disciplinadora do trabalho.

Existem algumas diferenciações importantes entre as/os pesquisados/as. Os/as assistentes sociais R.1 e P.1, do CRAS Ibura de Baixo eram servidores/as públicos/as estatutários/as, enquanto S.1 e S.2, do CRAS Ibura de Cima/COHAB eram contratação temporária. A diferenciação na forma de vinculação ao posto de analista social era perceptível tanto no poder aquisitivo quanto nos níveis de autonomia sobre o controle expresso pelo Estado empregador. Os assistentes sociais do CRAS Ibura de Baixo chegavam em seus respectivos automóveis populares e moravam em bairros da classe média pernambucana forjada nas duas primeiras décadas dos anos 2000, como Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, e Aldeia, em Camaragibe (PE). Já os assistentes sociais no CRAS Ibura de Cima/COHAB chegavam ao trabalho de transporte público e residiam dentro da própria periferia da cidade de Recife, reconhecidamente em bairros como o Barro e a Várzea.

#### Quadro 9: Autoelaboração dos assistentes sociais a respeito da precarização

Questionamento	<i>Você se considera um/uma trabalhador/a precarizado? Por que?</i>
<b>R.1</b>	<i>Precarizada demais. Em todas as dimensões, nas condições de trabalho, de salário. A gente tem direitos conquistados na NOB que o município de forma escrota não implementa. [...] A gente não tem uma política de educação permanente, estudar aqui é um esforço hercúleo, a gente não tem liberação [...] Nós não temos planos de cargos e carreiras, não temos nenhum processo de cuidado da saúde do trabalhador [...] Mesmo com a mudança de nomenclatura o nosso salário continua sendo menor.</i>
<b>S.1</b>	<i>Eu acredito que sim, principalmente nesse contexto, pelos vínculos empregatícios, porque é um trabalho que envolve o cuidado com o outro, envolve atenção, continuidade e nós temos um vínculo precário. Quando eu cheguei aqui era para ser seis meses, em seis meses o que eu iria construir no território? Hoje tem usuários que chegam e me procuram, me chamam pelo nome, mas isso é uma</i>

<sup>84</sup> Extrato da fala de S.1, Diário de Campo, 9 de julho de 2021.

	<p><i>construção que aconteceu no período de um ano e meio que eu já estou aqui [...], uma construção que em seis meses não seria construído [...] De forma pontual está existindo, mas por uma eventualidade, de uma situação de pandemia, se não já teria uma outra pessoa nesse espaço começando do zero [...]</i></p> <p><i>[...] Se a gente for pensar direito quem hoje tem emprego que consegue entrar e sair com horário certinho, carteira assinada? Nem eu nunca tive. No auge dos meus quarenta e um anos nunca tive carteira assinada [...] Se nem eu como uma profissional, que estou acompanhando ele, não me sinto segura no meu espaço de trabalho [...]</i></p>
<p><b>S.2</b></p>	<p><i>A gente é precarizada sim. A forma de contrato é precarizada, as condições de trabalho são precarizadas. A impossibilidade, muitas vezes, que a gente tem por conta do salário, ter dois vínculos [...], quantas vezes eu queria ter uma ajuda para voltar a estudar, para me qualificar na profissão, para ver o que está acontecendo aí fora, mas humanamente falando fica impossível, porque você tem um salário baixo e as vezes precisa ter mais de um vínculo. Porque a história está acontecendo lá e você tem que dar conta dela, família, filhos, sua própria vida, então eu acho que a profissão ainda é muito precarizada [...]</i></p>

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

Essas nuances capitadas na observação do cotidiano, para além do acompanhamento dos atendimentos em si, deflagram um padrão de consumo diferenciado entre aquelas/es trabalhadoras/es estatutárias/os e as/os temporários/as (Quadro 9). A aquisição de bens duráveis (como um carro) e de serviços (como viagens durante feriados e finais de semana) eram motivo de comentários e orgulho entre a equipe de trabalho nos momentos de socialização como o almoço e os lanches. Avaliamos pouco provável que essa superficial diferenciação nos níveis de consumo ocorra espontaneamente e não seja demarcada pelos distintos níveis salariais oriundos das formas de vinculação.

Contudo, mesmo considerando isso, é unânime entre os assistentes sociais a insatisfação quanto aos seus salários (Quadro 9), principalmente em comparação a de outros servidores públicos estatutários municipais e ao custo de vida na RMR, demonstrando consciência a respeito da sua situação de precarização. Tal quadro leva os assistentes sociais a possuírem mais de um vínculo empregatício (Quadro 10). Todos/as no momento de realização da pesquisa ou em outros momentos de suas carreiras tinham ou tiveram mais de um vínculo simultâneo a postos de trabalho, caracterizando o que se denomina de pluriemprego, como forma de aumentar seus níveis salariais.

#### **Quadro 10: Presença do pluriemprego entre as/os assistentes sociais do CRAS**

<b>Assistente Social</b>	<b><i>Vinculação a duplos postos de trabalho</i></b>
<b>R.1</b>	- <i>assistente social na política de saúde municipal de forma temporária</i>
<b>P.1</b>	- <i>auxiliar clandestino em microempresa de propriedade do/a cônjuge</i>
<b>S.1</b>	- <i>empreendedora em microempresa de sua propriedade</i>
<b>S.2</b>	- <i>possuiu mais de uma década de duplos vínculos como assistente social em serviços de saúde da rede municipal e estadual</i>

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 a agosto de 2021.

A presença do pluriemprego, materializada pelo objetivo de aumento dos seus níveis salariais, reflete um profundo traço de precarização, o aumento a jornada de trabalho diária. O/a assistente social R.1 algumas vezes chegava ao CRAS após 12 horas de um plantão no serviço de saúde ou saía da sua jornada de 8 horas para trabalhar em um desses plantões. O/a assistente social P.1 dedicava dias do seu final de semana para auxiliar na microempresa da/o cônjuge. E S.1 dedicava o turno da noite, muitas vezes sem horário certo para o término, à pequena fábrica e comércio de toucas e fronhas de cama de cetim. Já S.2, a/o assistente social, de quase cinquenta anos, aquele/a com maior idade entre os sujeitos pesquisados, afirmava ter dedicado largo tempo de vida ao regime de dupla vinculação e não mais dispor das condições físicas exigidas nesse regime de trabalho.

Destaca-se o caso de S.1 pelo tipo do seu segundo posto de trabalho, a produção e comercialização de produtos estéticos. A finalidade dos produtos, voltados a pessoas de cabelos crespos, era manter a modulação do penteado durante o banho e dormida, sendo a microempresa criada dentro de uma lógica voltada prioritariamente para o público preto. A descoberta desse segundo posto de trabalho de S.1 se deu pela oferta que me fez de seus produtos, gerando meu interesse de pronto quanto a distinção em relação a dupla vinculação encontrada em outros profissionais.

Descubro que o/a assistente social S.1 era a responsável por toda a cadeia de produção e circulação da microempresa. Comprava a matéria prima para a produção (cetim, elástico, linha, etc.), desenhava e costurava a própria mão todos os produtos e também os comercializava através das redes sociais (*instagram e Whatsapp*), expondo as peças, atendendo aos clientes, empacotando e fazendo as entregas. Menciona ainda que abre um *stand* de vendas em feiras e comércios durante finais de semana. Uma autodenominada empreendedora. Intrigado com as configurações de trabalho de S.1, após

dois meses de observação participante, utilizo o espaço aberto na entrevista para questionar a respeito (Quadro 11).

**Quadro 11: Empreendedorismo e pluriemprego**

<p><b>Questionamento</b></p>	<p><i>Além da função de assistente social você também é uma empreendedora, possui uma loja online, produz as suas próprias mercadorias. Você poderia me falar mais como isso aconteceu, qual sua história com a costura? Existe um elemento econômico forte para que você continue realizando essa atividade?</i></p>
<p><b>S.1</b></p>	<p><i>[...] Quando eu me graduei em 2011 eu adoeci. [...] Aqueles quatro anos ali dentro foi tão intenso que quando eu terminei fiquei sem saber pra onde eu iria, eu perdi o prumo [...] eu comecei com uma tosse nervosa, uma semana antes de colar grau em dezembro [...] essa tosse se estendeu até abril de 2012. Inclusive foi minha primeira entrevista de trabalho como assistente social. Era um vazio, eu não sabia pra onde é que eu ia, o que eu iria fazer. Porque eu tinha saído de um lugar de estudante universitária para desempregada e sem perspectiva de nada. Quando eu fui pra essa entrevista era pra trabalhar com pesquisa, que é algo que eu amo [...] pesquisa social, o que eu imaginava que queria pra minha vida era isso [...] tive uma experiência riquíssima, onde eu passei três meses trabalhando na política de assistência na equipe de monitoramento do estado [...] 2013 terminei esse vínculo e fui pra Vitória de Santo Antão, fiquei um ano, saí porque fui chamada para a residência em saúde [...] me enfiar em um hospital por dois anos, em um hospital de urgência, mesmo sendo uma pessoa que não pode ouvir em falar nem em morte e nem em sangue [...] terminou em 2016 e me vi mais uma vez desempregada, e foi péssimo.</i></p> <p><i>Eu olhava e não tinha um lugar pra você deixar um currículo, não tinha um lugar pra você fazer uma seleção. Quando surgia uma seleção minhas pontuações não batiam nem o mínimo, porque metade da minha formação era em saúde e a outra metade era na assistência. Eu sou especialista em política de assistência, na gestão da política de assistência, e era especialista em urgência, emergência e trauma, com vivência nas duas áreas [...] Aquilo me deixou em um estado de nervos que eu disse ‘preciso recorrer a mim’, para além de recorrer as possibilidades externas eu percebi que eu tinha de recorrer a mim mesma. Comecei a pensar possibilidades de ressignificação daquele espaço vazio, foi assim que comecei a pesquisar como eu poderia gerar renda a partir da minha história, mas não era só a renda, tinha que fazer sentido, porque eu nunca me via como vendedora, eu nunca me imaginei nesse lugar de ter que vender algo para alguém para poder custear minhas coisas, nunca tinha me visto, mas desde sempre eu fui artesã.</i></p>

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

O histórico formativo e laboral de S.1 é um retrato da precarização do trabalho contemporânea no Brasil (Quadro 11). Coincidem os períodos de finalização da sua formação profissional, em 2011, e seu o episódio mais grave de desemprego, em 2016, com os momentos de declínio do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista e ascensão do ciclo ultraneoliberal, exatamente quando os níveis de desemprego passam a subir em escala exponencial. A saída encontrada por S.1 no empreendedorismo é fruto do desemprego, mesmo que estejamos observando uma trabalhadora qualificada e experiente nas duas políticas sociais que mais empregam assistentes sociais ainda hoje no Brasil, as políticas de saúde e assistência social.

O “vazio” expressado por S.1 (Quadro 11) é o da ausência do trabalho na vida de qualquer um/uma trabalhador/a na sociedade capitalista moderna, o da insegurança e instabilidade na garantia de suas condições mínimas de sobrevivência. A desproteção social que atingiu S.1 durante esse período, de um ponto de vista da ausência de políticas públicas que não a levassem a um quadro igual ou similar a das pessoas com quem trabalha como assistente social. Uma superpopulação relativa que é convocada pelo Estado para gerir a própria superpopulação relativa.

Nunca ter possuído carteira de trabalho assinada (Quadro 11), apesar dos três vínculos anteriores ao do CRAS, trabalhando em postos que não correspondem com seus anseios pessoais e, de certa forma, violando-os quando da sua inserção no ambiente hospitalar , o acesso ao trabalho e a renda é uma condição *sine qua non* de sobrevivência que já chegou a levar S.1 ao adoecimento físico e mental.

O empreendedorismo ou a pjetização, marcada pela posição de Microempreendedora Individual (MEI), foi acionado como meio de vinculação ao mercado de trabalho. O artesanato da prática de costureira, oriundo da tradição que sua mãe tinha, fazendo pequenos consertos de roupas para compor a renda familiar, iniciou-a desde o manuseio da máquina de costura à compra da matéria prima nos centros comerciais da cidade. Associando sua capacidade intelectual de pesquisa para o aprimoramento da atividade manual, o MEI se tornou o segundo e/ou principal posto de trabalho de S.1.

O forte apelo a autoresponsabilização individualizante da ideologia liberal, exacerbada pela sua feição ultraneoliberal, chega a S.1 como a saída possível. O vazio do desemprego preenchido pelo empreendedorismo se apropria de uma tradição de trabalho

familiar e da própria identidade cultural de S.1. A comercialização de produtos de cuidados estéticos voltados para o público preto é mencionada pela assistente social como uma forma de valorizar a beleza da cultura afro-brasileira, diz vender uma não só produtos, mas uma forma de ser. Aquilo que há de primordial na sua autovalorização cultural é parcialmente corrompido pela lógica de inserção em um posto de trabalho precarizado (uma única pessoa responsável pela cadeia de produção e circulação) e em um nicho de mercado que possui fortes críticas quanto a expropriação capitalista da cultura negra (FONTES, 2018).

A polivalência e a flexibilização da contratação constituem um mecanismo de controle da/o trabalhador/a e sobre o conteúdo que produz. As implicações de uma gestão assistencialista e minimalista da pobreza na fase ultraneoliberal se cruza com a padronização e descaracterização oriundas da inserção das novas tecnologias, encontrando na precarização (polivalência e flexibilização contratual) o círculo completo de modulação do conteúdo do trabalho do assistente social no interior do CRAS. Afinal, o controle é ideologicamente acionado na subsunção da/o trabalhador ao Estado empregador, definindo aquilo que deve ser o conteúdo do trabalho.

Esse fato corrói parte da autonomia do assistente social, principalmente nas discordâncias e direção na disputa pelo que é o conteúdo do trabalho. Os casos dissonantes a modulação dos termos postos são severamente punidos. Este foi o caso de R.1, a única assistente social organizada politicamente de forma mais orgânica na ATAS e no FETSUAS- PE (Quadro 12).

**Quadro 12: A conquista de poder político a partir do processo de organização de trabalhadores**

<b>Questionamento</b>	<i>Quando conversamos sobre sua história aqui no CRAS algumas vezes, por conta da sua vinculação política, você já sofreu perseguição, já sofreu uma transferência forçada. Você poderia me falar um pouco mais sobre isso?</i>
<b>R.1</b>	<i>Eu adoeci. Para você como a dimensão política é árdua e muito cara pra gente [...]. O nosso projeto ético-político, pra gente perseguir ele custa caro, custa muito caro, custa nossa saúde mental. Eu sempre fui uma trabalhadora que não acredito no trabalho social com famílias pra dentro [...]. Quando a gente leva a demanda do usuário, do trabalhador, para os espaços públicos de pactuação, eu sempre briguei por isso. A primeira briga é para estar lá, porque o lugar está posto formalmente, mas essa dinâmica aqui não conhece que esse lugar é um lugar legítimo pra você, então você tem que brigar para estar lá, pra você conseguir</i>

*liberação, para que reconheçam aquilo na sua carga horária, dentro do teu fazer, ainda não tem uma compreensão. O CRESS me indicou como conselheira estadual. Eu acho que quando eu saí do conselho municipal pro conselho estadual, acho que essa voz do trabalhador é mais amplificada [...] acho que causou um desconforto na gestão municipal. Enquanto eu estava aqui dentro do nível municipal dialogando não tinha tanto isso [...]. Foi aí que as coisas começaram a acontecer [...]*

*Dentro desse processo de amplificação a gente também dialogou com o ministério público. Então eu percebi que dialogar realmente pra fora era o caminho e que a gente conseguia conquistar algumas coisas, dei uma puxada no movimento de trabalhadores, vamos por aqui, vamos mostrar isso pra sociedade. Enquanto tá aqui, discutindo eu e meu gestor a gente está em casa, mas quando a gente traz isso a público, pra sociedade, leva pro ministério público, isso tem outro tom e realmente deu.*

*[...] a gente tinha um TAC, um termo de ajustamento de conduta, desde 2021, que tem vários pontos dos trabalhadores. A gente resgata esse TAC e começa a amplificar isso pra fora [...] o promotor na época abraçou a causa dos trabalhadores [...] a gente cria o processo de monitoramento dessas pautas, para onde iria, aí os trabalhadores a gente vai junto.*

*Como resultado desse processo de amplificar veio o núcleo de educação permanente, que era algo que a gestão dizia que tinha, mas que era assim, eles diziam ‘você quer o que? Capacitação do que? é isso?’ Você preenchia um formulário, mandava, daí eles contratavam quem eles queriam, com a perspectiva política que eles queriam, a gente dizia que isso não era educação permanente [...] O trabalhador tem que ter autonomia para escolher o que discutir, para fazer suas pactuações, tem que ter o espaço legítimo pra isso. Aí foi o ponto em que veio o TAC do ministério público para dentro da gestão. Aí esses trabalhadores que estavam lá na mobilização formaram uma comissão de trabalhadores interna, a gente começou realmente a construir um diálogo com o/a gestora [...], ela/ele foi muito acessível [...] a gente fez várias atividades para que os trabalhadores entendessem o que é educação permanente, também discutido a importância do plano de cargo, carreira e salário, a gente começou a caminhar por isso, foi uma experiência muito boa entre 2016 e 2017, fizemos seminários [...]. Fora isso aconteceram alguns processos de greve também.*

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

O processo de organização política dos trabalhadores trouxe oportunidades de inserção dentro das esferas de poder municipal e estadual que poderiam priorizar pautas que favorecessem, dentre outras questões, em conquistas trabalhistas. A tomada de consciência desses caminhos na gestão democrática, ainda presentes na PAS, cresceram e o movimento passou a ter força para incidir em instâncias de decisão como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), chegando até a processos de greve.

A construção de um plano de educação permanente dialogado com os interesses das/dos trabalhadores/as organizados/as foi um dos pontos altos da disputa. A concepção de gestão democrática abre espaço para a incorporação dos interesses de todos os sujeitos envolvidos, inclusive os/as trabalhadores/as que objetivam a política em si, que são a força de trabalho necessária para que de fato exista o denominado serviço. Imaginemos, por exemplo, o CRAS Ibura de Baixo com todas as cestas básicas, todos os computadores com seus sistemas em pleno funcionamento, todos as pessoas na fila de espera, mas não estivessem lá as/os assistentes sociais, cadastradores/as do CadÚnico, porteira/o, segurança, auxiliar de serviço gerais, etc. O diálogo com a/o trabalhador/a, mediação necessária para a construção de qualquer política pública que almeje a concepção e prática do modelo democrático de seguridade social nacional nascido no final do século XX.

A tomada de poder político contou com o apoio da instância fiscalizatório e organizativo dos assistentes sociais, o CRESS-PE, e também de instâncias jurídicas na defesa de direitos, como o Ministério Público de Pernambuco. Note-se que os anos de construção dessas lutas dos/as trabalhadores/as, em 2016 e 2017, são os dois primeiros anos de abertura do ciclo ultraneoliberal na tomada de sua hegemonia no governo federal, que teve como um dos principais alvos das contrarreformas do Estado monopolista as políticas de seguridade social, especialmente a partir da EC nº 95.

Houve, não só em escala municipal, movimentos políticos protagonizados por trabalhadores/as contra os cortes operados pelo governo federal, em uma tentativa de disputa em torno de uma concepção de assistência social e destinação do orçamento público para as políticas sociais, com destaque para a criação da Frente em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, de incidência em todo o território nacional. O momento de crise instaurado, inclusive dentro do campo institucional, foi o bojo onde se desenvolveu a prática política de R.1. Contudo, as respostas por parte do Estado empregador no município foram ofensivas a ponto de inibirem e quase destruírem tal movimento (Quadro 13).

### **Quadro 13: A transferência como forma de desmobilização e controle**

<b>Questionamento</b>	<i>Quando conversamos sobre sua história aqui no CRAS algumas vezes, por conta da sua vinculação política, você já sofreu perseguição, já sofreu uma transferência forçada. Você poderia me falar um pouco mais sobre isso?</i>
<b>R.1</b>	<i>[...] A gente conseguiu recurso e a coisa pegou. Outra gestão assumiu e disse que tinha uma proposta pra fazer, a gente teria um</i>

*curso de especialização para trinta servidores iluminados, a gente tem 1.200 trabalhadores [...] A gente tem o acúmulo do seminário e os trabalhadores apontaram o que queria [...] a gente quer outros processos formativos e não uma coisa para trinta pessoas. Como tínhamos esse poder equiparado naquele momento a proposta do curso de especialização não rolou e eles já tinham parcerias para rolar essa especialização com o sistema privado [...] a gente levou pro promotor [...], em paralelo a isso ele também estava no fórum estadual de trabalhadores [...] eu também estava na representação do fórum nacional de trabalhadores [...].*

*Aí veio a transferência. Primeiro tentaram me tirar do conselho estadual, disseram que a representação do conselho estadual era para ser um trabalhador do governo do estado, não um trabalhador do SUAS de Recife [...] continuei indo [...].*

*Tentaram com esse argumento [...] se você quiser ir você assume a falta ou você tire do direito de ter três faltas no mês, que é de colocar atestado [atestado médico]. Então eu vou pro CEAS e se eu adoecer vou botar atestado e não posso. Não, não é assim. Vencida essa pauta, tentaram novamente pela via da transferência, aí o negócio foi bem frontal. Não me transferiram só, transferiram eu, Paulo, que estava muito atuante, é psicólogo, muito atuante no fórum de trabalhadores, foi para os encontros nacionais, era uma figura muito junta. Depois disso José sumiu [...], eu tenho um afeto enorme por ele, mas eu tenho medo de ligar pra ele pra dizer 'você sumiu', pra ele não pensar que eu estou querendo chamar de novo, porque ele adoeceu, eu adoeci também. Transferiram Maria, que era psicóloga do CRAS, ela ficou arrasada, adoecida. Ela saiu de um CRAS para a alta [alta complexidade do SUAS], colocaram a gente tudo pra alta complexidade, porque o trabalhador da alta era uma coisa que a gente problematizava, o trabalhador da alta não chega porque ele trabalha de plantão [...], me botaram pra casa de acolhida e Marcela pra outra, todo mundo adoeceu.*

*Eu chamei os trabalhadores, a gente fez uma assembleia, se der certo isso eles vão silenciar o movimento todinho, porque ninguém vai chegar mais, a gente precisa partir pra cima, isso não pode dar certo não. Fizemos um manifesto, escreveu, problematizou isso tudo [...], levei pro ministério público, a gente fez um escarcéu, garantiram que eu voltaria pra cá [CRAS Ibura de Baixo] [...]. Foi bem feio [...] Eles insistiram 'você vai' [...] eu não fui, a gente se articulou de forma que eu não fosse exonerada. Em alguns momentos eu fiquei aqui, em outros fiquei na sede, eu assumi as faltas do mês, depois dos três meses eu voltei pra cá, mas foi adoecedor [...].*

*Eu disse 'não aguento mais, estou adoecida e preciso sair'. Saí e me afastei em 2018 até agora, mas a gente já tá voltando de novo [...] até hoje eu uso medicação, fiquei adoecidíssima [...]. Tudo o que eu peço nada é aceito. Peço férias, não pode. Licença, não pode. Liberação pro mestrado, não pode. Eu cheguei e disse, eu quero licença sem vencimento, eu não quero um real de vocês, eu*

*só quero que vocês me liberem pro mestrado, pois não liberaram não [...], mas eu vou fazer, eu vou fazer.*

Fonte: entrevistas realizadas em agosto de 2021.

Foi milimétrica a estrutura de desmobilização alçada pela gestão municipal na retomada da parcela de poder então dividido com o movimento de trabalhadoras/es organizadas/as. Não resta dúvidas quanto a isso. Existem provas da perseguição e retaliação política (Quadro 13):

- a realocação em um nível do SUAS em que não havia histórico de mobilização política forçado pelo regime de plantões;
- ter como alvo lideranças do movimento que eram estratégias pelas posições que assumiam nas instâncias de poder como o CMAS, o CMEAS o FETSUAS e a Fórum Nacional de Trabalhadoras/es do SUAS (FNTSUAS);
- tentar substituir o acento de S.1 no CEAS por um/a trabalhador/a do nível de gestão estadual, coagindo-a em desistir por meio de ameaças quanto ao corte de sua presença no trabalho.

A relação entre autonomia e controle aflora aqui uma outra dimensão do conteúdo do trabalho, saindo da circunscrição do interior do CRAS. A luta por conquistas trabalhistas é fundida a concepção de assistência social em disputa. Na conjuntura aberta em 2016, no Golpe de Estado, com a assistência social mais uma vez assemelhada ao assistencialismo, os serviços ofertados para o SUAS tendem a se reduzir e a perecer no jogo de contrarreformas necessárias a continuidade de implementação do Novo Regime Fiscal oriundo da EC nº 95. A luta política de R.1, para além da busca por qualidade do seu posto de trabalho, inscrevia-se na defesa de existência do próprio SUAS, da oferta de serviços essenciais afetos a questões, por exemplo, como os diversos tipos de violência que atingem especialmente mulheres, crianças e idosos, pela reafirmação da assistência social enquanto direito social e política pública, não reduzida a programas conjunturais conservadores e a transferência de renda.

A liderança política de R.1 só foi permitida pela forma de vinculação estável ao posto de trabalho. Caso contrário, na mudança da correlação de forças que enfraqueceu o movimento organizado de trabalhadoras/es, a resposta desde o início teria sido a demissão, não anuladas as consequências sofridas (perseguição, coação e retaliação), algumas delas mantidas até hoje, três anos após o ocorrido. A disputa em torno do conteúdo do trabalho não deve ser mantida. Tudo o que foge as regras do controle

estabelecido pelo Estado empregador deve ser severamente punido e desestabilizado por sua hierárquica estrutura de poder.

A gestão do SUAS na esfera municipal segue a moderna flexibilização na vinculação ao posto de trabalho e a arcaica perseguição e retaliação a lideranças políticas como forma de manter o controle sobre o conteúdo do trabalho e a/o trabalhadora/r. As tecnologias, a precarização, a polivalência e a perseguição política consolidam a subsunção da força de trabalho do assistente social as regras do mercado de trabalho em geral, modelando e aprisionando o conteúdo do trabalho nos termos pela contrarreforma ultraneoliberal.

O forte apelo conservador oriundo da renovação do ideário neoliberal na PAS traz impactos para o conteúdo do trabalho. Contudo, aquela base firmada no interior da política social que racionaliza a força de trabalho acompanha apenas em parte essa programática. A participação do assistente social na gestão da pobreza nos CRAS, desde uma perspectiva de assistencialista e contrarreformista, é confrontada por aquela racionalidade minimante enraizada do direito social do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista. Uma residual e efêmera prática que pouco ou em nada causa efeitos reais sobre os assombrosos índices de pauperização da superpopulação relativa que a PAS administra.

Mesmo falando de uma força de trabalho precarizada e flexibilizada, que encontra nas novas tecnologias a padronização e descentralização do domínio dos instrumentos de trabalho, havia uma forte resistência a essa concepção assistencialista. A prova disso é que as resistências operadas pela organização dos/as trabalhadores/as na disputa sobre esse conteúdo em vias de transformação no ciclo ultraneoliberal foram severamente punidas.

Não foram encontradas práticas de trabalho que, mesmo operando com a doação de cestas básicas, fortalecessem o conservadorismo impresso pelo assistencialismo. Pelo contrário, mesmo que essa última concepção fomentasse o ideário de grande parte das pessoas que procuravam os atendimentos, os “usuários” do SUAS, havia uma constante preocupação por parte das/os assistente sociais quanto a politização dessa demanda, inclusive na construção de respostas profissionais que ampliassem o reducionismo posto pela atual configuração da PAS.

As resistências por parte da/o assistente social quanto a uma conotação assistencialista do conteúdo do seu trabalho têm na cultura profissional do serviço social nos anos 2000 uma outra parte da razão da sua existência, como abordamos no terceiro capítulo. A forte crítica empregada ao conservadorismo profissional fincada na produção do conhecimento, na formação profissional que fomenta a crítica a sociedade capitalista e a compreensão do serviço social na dinâmica de contradição das classes sociais, bem como, o processo organizativo a partir do conjunto CFESS/CRESS que, nos seus limites, tem construído importantes pautas na luta pela consolidação democrática, constituem uma concepção de serviço social onde as práticas de cunho conservador perderam espaço e são inibidas.

O conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS não estava blindado ao conservadorismo, mas o tipo de conservadorismo voltado a práticas assistencialistas, favorecidas hoje na PAS, não foram encontradas na observação a ponto de constituírem dado relevante para a presente pesquisa. Como dito, ao contrário disso, nos deparamos com traços de uma cultura profissional entre as/os assistentes sociais de cunho minimamente democrático e de oposição a participação na institucionalização da miséria, hoje um traço fulcral do conteúdo do seu trabalho.

## 6. Conclusão

Como as transformações mais recentes na PAS, orientadas pela conformação ultraneoliberal do capitalismo brasileiro pós-golpe de 2016 e conjuntura pandêmica, afetaram o conteúdo do trabalho do/a assistente social nos CRAS? A busca por respostas a esse questionamento a realidade social foi o que guiou o nosso percurso de investigação e exposição. Tendo como principal motivação a contínua interação com o objeto de estudo, qual seja, o conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS, do ponto de vista empírico e da interlocução com a literatura especializada, que apontava continuamente alterações da PAS, após do Golpe de 2016 e instauração no ultraneoliberalismo, mas ainda em uma perspectiva reiterativa, a luz da expansão neodesenvolvimentista/social-liberalista, pouco tratava das novas incidências desse processo sobre o serviço social nessa particularidade de trabalho.

A crise capitalista estrutural capitalista mundial, instaurada a partir de 1970 até o tempo presente, e suas saídas neoliberais, afetando as contradições das classes sociais e, conseqüentemente, o Estado e as políticas sociais, foi o principal bojo onde se assentava o objeto em tela. Diante da monumental produção existente sobre o tema, envolvendo desde a literatura clássica a contemporânea da área de produção do conhecimento do serviço social brasileiro ao campo das ciências sociais, da filosofia, da economia, dentre tantas outras áreas, nos debruçamos sobre a relação entre crise e pobreza como uma mediação para conseguir compreender determinantes estruturais do objeto em tela.

A degradação das condições de reprodução da classe trabalhadora, especialmente sentidas pelo fenômeno da pobreza, é a principal razão de ser das crises capitalistas. Os mecanismos de restauração acionados pelas crises cíclicas contam sempre como ‘fim último’ essa degradação, sendo a crise estrutural uma demonstração notória dos limites do capitalismo quanto a reprodução do *continuum* exército de sobrantes que gera a partir do seu sistema de exploração.

Nesse sentido, o fenômeno da pobreza é uma das mais sensíveis expressões do que denominamos de questão social. A classe trabalhadora não caminha na direção do abatedouro por livre e espontânea vontade. As lutas pelo rompimento e/ou imposição de limites a estrutura de exploração do capital surgem desde a consolidação desse último nos séculos XVIII e XIX. Demonstrando o protagonismo político na garantia de demandas histórico-sociais daqueles/as que desde então vivem da venda de sua força de trabalho,

dentre elas, a demanda por aspectos básicos na reprodução de seres humanos e qualquer outro animal, como o acesso ao alimento. Incrivelmente, mesmo este aspecto tão básico é continuamente negado a grandes contingentes dessa classe, como comprovam diferentes conjunturas históricas em que as crises chegam em sua fase aguda e o fenômeno da pobreza toma proporções calamitosas, demonstrando a imposição da lei do valor trabalho para a economia política do capital.

No mundo contemporâneo isso não é diferente, afinal de contas estamos falando de um problema genético. Contudo, as saídas definidas para a administração do problema é que se transformam, mantendo a linha da perversidade originária. Foi assim nas saídas neoliberais da crise em todas as suas variantes, inclusive na que passou a ser denominado de ultraneoliberalismo.

Essa última variação parece consistir no anacronismo capitalista frente ao encontro com seus limites absolutos. Procurando devastar toda e qualquer conquista da classe trabalhadora no interior da ordem, principalmente no que se refere aos direitos sociais e trabalhistas. Um recrudescimento da relação entre exploração e expropriações contemporâneas, por meio de contrarreformas na legislação do trabalho, nas políticas sociais e na apropriação do fundo público. Emergindo no cenário mundial a partir da crise de 2008, com contornos ainda mais abusivos no cenário da Pandemia de Covid-19, a partir de 2020.

Sobre os seus efeitos mais precisos nas políticas sociais destaca-se os processos de privatização e mercantilização, bem como, a flexibilização e precarização da força de trabalho que as objetivam. De forma geral, ainda conta com uma estrutura ideológica neoconservadora de feições neofascistas.

Na particularidade brasileira essas determinações ultraneoliberais encontram terreno fértil para sua manifestação. O neoliberalismo passa a ser adotado como política motriz pelo Estado a partir da década de 1990, passando por uma variação neodesenvolvimentista/social-liberalista durante a primeira década dos anos 2000, transmutando-se em ultraneoliberalismo com o Golpe de 2016, até o momento presente. Seu receituário tem sido cumprido à risca pela representação burguesa no Estado, especialmente pelos seus eixos fascistas, nos governos Temer e Bolsonaro.

O capital pandêmico é levado a sua exacerbação na particularidade nacional com a chegada de pandemia que acentua o cenário de devastação neoliberal pós-golpe de 2016,

dentre outros fatores, pelo conjunto de contrarreformas anteriormente empreendidas, como a trabalhista, a previdenciária e a da saúde. Encontra o país no momento em que se sente de forma retardatária a fase aguda da crise de 2008, intensificando os índices de desemprego estrutural e do fenômeno da pobreza, ocasionando uma verdadeira catástrofe social de poucos paralelos no cenário mundial.

O ultraneoliberalismo possui uma simbiose com as contrarreformas feitas desde a década de 1990, passando por uma nova rodada no pós-golpe de 2016. Nesse último período, a PAS – até então blindada pelo processo de expansão contraditória da seguridade social no momento neodesenvolvimentista/social-liberalista – passa também a ser atingida por uma contra reforma: mudanças orçamentárias frente os impactos da EC – 95; as incidências sobre a estruturação da política, desde a sua forma de funcionamento a concepção de assistência social adotada; na flexibilização e precarização dos trabalhadores que a objetivam.

Do ponto de vista do orçamento, houve desfinanciamento dos serviços socioassistenciais e até mesmo do PBF, antes de suas contínuas alterações durante a pandemia. Na estrutura político-administrativa, ocorre uma ofensiva de cariz conservador, assistencialista e antidemocrático de dismantelamento da estrutura do SUAS, por meio da criação do Programa Criança Feliz, recolocando em posição central elementos como o primeiro-damismo na PAS. Nos programas de transferência de renda, levado ao centro econômico-político no período da pandemia, ocorre a criação do programa Auxílio Emergencial, seguida da extinção do PBF e criação do programa Auxílio Brasil. Quando a força de trabalho, a flexibilização e precarização já sentida desde o início do processo de expansão da SUAS é colocada em continuidade, chegando a apresentar fortes riscos a saúde desses/as trabalhadores durante a pandemia, haja vista a não garantia de condições mínimas de segurança.

A expropriação de direitos somada a expansão desenfreada do fenômeno da pobreza faz com que no Brasil a busca pelas pelos programas de transferência de renda tenham crescido em proporções alarmantes. Em que se sobressai o número de famílias inseridas no CadÚnico de Programas Sociais se aproximar do mesmo número de emprego formal, chegando mesmo a ultrapassar com folga esse percentual na região nordeste do país. Além disso, observou-se que o panorama da pobreza institucionalizada pelo governo federal no CadÚnico, por diferentes ângulos, não tem sido acompanhada pela devida cobertura do programa Auxílio Brasil. Em linhas gerais, fomentando o problema da

transferência de renda assumir cada vez mais a posição que o trabalho deveria possuir na garantia de renda para a reprodução básica da classe trabalhadora nacional.

O serviço social brasileiro tem sido afetado pela agenda ultraneoliberal. Existem diversos tensionamentos em diversos campos na direção de manifestações neoconservadoras no interior da profissão, ebulindo segmentos que mesclam desde o fundamentalismo religioso ao anticomunismo. Contudo, essas manifestações neoconservadoras encontram oposição em bases sólidas de constituição de uma cultura profissional democrática do serviço social brasileiro nos 2000 que tem resistido aos diversos avanços da agenda neoliberal, desde a sua inicial implementação nos anos 1990, na direção social estratégica da profissão e do fortalecimento do seu projeto ético-político profissional. Nas contradições daí inerentes, é possível captar tendências mais recentes dos impactos das contrarreformas das políticas de seguridade social sobre o trabalho de assistentes sociais. Na política de saúde observa-se o fortalecimento da emergencialização do trabalho, tornando tudo como possível na construção de respostas profissionais as demandas institucionais esgarçadas por um sistema ultraprecarizado e desfinanciado, na continuidade da precarização das condições e relações de trabalho. Na política previdenciária o quadro parece ainda mais calamitoso, chega-se a se mencionar propostas de extinção do serviço social junto ao INSS, desde a consolidação de restrições de acesso ao BPC a uma perspectiva centrada no modelo biomédico.

Em ambos os casos a perspectiva são denotadas a adoção de estratégias de resistência coletiva, contando com a articulação de movimentos sociais e instâncias organizativas da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS. Esses polos de resistência a ofensiva ultraneoliberal extrapolam as vias estritamente institucionais, necessariamente vinculadas a ferramentas sociais e políticas no campo mais amplo da esquerda brasileira.

No caso do conteúdo do trabalho do assistente social na PAS, relacionamos a realidade do município de Recife – PE as tendências gerais expressas pela contrarreforma dessa política. Aborda-se como a PAS em nível municipal tem sido afetada do ponto de vista orçamentário, na perspectiva do subfinanciamento e do desfinanciamento.

Os CRAS analisados, apesar de conservarem a estrutura do SUAS, reconfiguram sua forma de intervenção na medida em que alguns dos serviços e programas, como o PAIF, são suspensos ou refuncionalizados, cedendo lugar a centralização na concessão de BE-cesta básica. As proporções do fenômeno da pobreza exacerbado no momento de

crise, como também abordamos no primeiro e segundo capítulos, respondidos de forma residual por políticas de transferência de renda, ainda enquanto PBF à época da pesquisa, não foram suficientes para a gestão da problemática da fome despontada pela superpopulação relativa. Em escala municipal, também respondida por meio da doação de alimentos na forma de BE – cesta básica nos CRAS.

A reconfiguração assistencialista do CRAS no contexto da contrarreforma ultraneoliberal da PAS passa despercebido pela literatura especializada, entrando no rol de fatos como a retomada do primeiro-damismo, do voluntarismo e do moralismo, geralmente relacionada a descaracterização induzida pelo Programa Criança Feliz, também operada no interior desses aparelhos públicos. Inclusive, essa reconfiguração assistencialista dos CRAS foi aberta e institucionalizada em âmbito nacional por esse programa, em suma, esses aspectos se complementam no interior de um mesmo movimento.

Quanto aos rebatimentos desse processo no conteúdo do trabalho do assistente social. Observamos que o conteúdo do trabalho se moveu do campo da ativação ao emprego e da intersecção com as políticas de saúde e educação, no momento da expansão neodesenvolvimentista/social-liberalista do SUAS, para o campo dos benefícios eventuais, no momento ultraneoliberal, precisamente em seu contexto pandêmico. O/a assistente social trabalha com a mesma gestão do fenômeno da pobreza nos dois períodos históricos, mas agora mobiliza um conteúdo conformado pelo agravamento da situação de urgência e calamidade gerada pela agressiva pauperização da superpopulação relativa.

As tecnologias (informacionais, comunicacionais e organizacionais) oriundas na nova racionalização do serviço público perpassam o trabalho do assistente social no interior do CRAS. Por um lado, o avanço das TIC advindo do manuseio do aplicativo *meu inss* e do SIAS conformam a demanda de participação na gestão da superpopulação relativa mediada pela informatização. Por outro lado, a interação com as tecnologias tende a padronizar o trabalho e desatrelar do domínio da/o assistente social atribuições e instrumentos.

As contrarreformas da política de previdência e assistência social encontraram no processo de informatização seu ponto comum. Além disso, esse é mais um achado da pesquisa que não é colocado em cena pela caracterização da contrarreforma da PAS nos últimos anos. Enquanto a contrarreforma da previdência gera as restrições no acesso a

assistência social, precisamente os CRAS, passam a mediar o atendimento a essa demanda represada. Na mesma linha, a continuidade da flexibilização e precarização do trabalho do assistente social enquanto demonstração da contrarreforma, ainda não menciona os elementos encontrados quanto a incidências das tecnologias no conteúdo do trabalho. Amplia-se as características apontadas quanto as condições de trabalho, haja vista a falta de internet e computadores ser um importante demarcador da precarização, por um lado, e “sem internet o CRAS não funciona” um demarcador nos intentos da padronização do trabalho por vias das TIC, por outro lado. Agregando-se a isso o uso de tecnologias organizacionais, com a gestão por competências, na conceituação de problemáticas no domínio das competências profissionais a muito debatidas no interior da categoria como forma de compreender incidências da expansão flexibilizada na PAS.

A gestão do SUAS na esfera municipal segue a moderna flexibilização na vinculação ao posto de trabalho e a arcaica perseguição e retaliação a lideranças políticas como forma de manter o controle sobre o conteúdo do trabalho e a/o trabalhadora/r. As tecnologias, a precarização, a polivalência e a perseguição política consolidam a subsunção da força de trabalho do assistente social as regras do mercado de trabalho em geral, modelando e aprisionando o conteúdo do trabalho nos termos pela contrarreforma ultraneoliberal.

O forte apelo conservador oriundo da renovação do ideário neoliberal na PAS traz impactos para o conteúdo do trabalho. Contudo, aquela base firmada no interior da política social que racionaliza a força de trabalho acompanha apenas em parte essa programática. A participação do assistente social na gestão da pobreza nos CRAS, desde uma perspectiva de assistencialista e contrarreformista, é confrontada por aquela racionalidade minimante enraizada do direito social do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista. Uma residual e efêmera prática que pouco ou em nada causa efeitos reais sobre os assombrosos índices de pauperização da superpopulação relativa que a PAS administra.

Mesmo falando de uma força de trabalho precarizada e flexibilizada, que encontra nas novas tecnologias a padronização e descentralização do domínio dos instrumentos de trabalho, havia uma forte resistência a essa concepção assistencialista. A prova disso é que as resistências operadas pela organização dos/as trabalhadores/as na disputa sobre esse conteúdo em vias de transformação no ciclo ultraneoliberal foram severamente punidas.

Não foram encontradas práticas de trabalho que, mesmo operando com a doação de cestas básicas, fortalecessem o conservadorismo impresso pelo assistencialismo. Pelo contrário, mesmo que essa última concepção fomentasse o ideário de grande parte das pessoas que procuravam os atendimentos, os “usuários” do SUAS, havia uma constante preocupação por parte das/os assistente sociais quanto a politização dessa demanda, inclusive na construção de respostas profissionais que ampliassem o reducionismo posto pela atual configuração da PAS.

As resistências por parte da/o assistente social quanto a uma conotação assistencialista do conteúdo do seu trabalho têm na cultura profissional do serviço social nos anos 2000 uma outra parte da razão da sua existência, como abordamos no terceiro capítulo. A forte crítica empregada ao conservadorismo profissional fincada na produção do conhecimento, na formação profissional que fomenta a crítica a sociedade capitalista e a compreensão do serviço social na dinâmica de contradição das classes sociais, bem como, o processo organizativo a partir do conjunto CFESS/CRESS que, nos seus limites, tem construído importantes pautas na luta pela consolidação democrática, constituem uma concepção de serviço social onde as práticas de cunho conservador perderam espaço e são inibidas.

O conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS não estava blindado ao conservadorismo, mas o tipo de conservadorismo voltado a práticas assistencialistas, favorecidas hoje na PAS, não foram encontradas na observação a ponto de constituírem dado relevante para a presente pesquisa. Como dito, ao contrário disso, nos deparamos com traços de uma cultura profissional entre as/os assistentes sociais de cunho minimamente democrático e de oposição a participação na institucionalização da miséria, hoje um traço fulcral do conteúdo do seu trabalho.

Portanto, com base nesse percurso investigativo e analítico, defendemos a seguinte tese: a contrarreforma da PAS, desdobramento da renovação do programa ultraneoliberal do pós-golpe de 2016, foi fortemente disputada pela cultura profissional democrática impressa no conteúdo do trabalho do assistente social no CRAS.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistente Social.** In: Serviço Social e Sociedade. O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. Nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

ABREU, M. M. **Serviço social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2016.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo pandêmico.** São Paulo: Boitempo, 2022.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: reestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise.** In: BOSCHETTI, I. Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. **A assistência no capitalismo contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-assistencia-no-capitalismo-contemporaneo-e-tensoes-no-trabalho-de-assistentes-sociais--1-.pdf>. Acessado em novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social na pandemia de Covid-19: proteção para quem?** in: Serviço Social e Sociedade, n. 140. São Paulo, 2021.

\_\_\_\_\_. **Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho.** In: BOSCHETTI, I. Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (org.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2019.

BURAWOY, M. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica.** São Paulo: Alameda, 2014.

BUZATO, M. K. **Letramento e inclusão: do Estado-nação à era das TIC.** In: D.E.L.T.A, nº 25. São Paulo: PUC-SP, 2009.

CASTELO, R. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.** In: Em Pauta, nº 31. Rio de Janeiro, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2013b.

CASTRO, J. **Homens e Caranguejos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CISLAGHI, J. F. **Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da Previdência Social no Brasil.** In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

COSTA, G. M. **Serviço social em debate: ser social, trabalho, ideologia.** Maceió: Edufal, 2011.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A hegemonia da pequena política.** In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campos, 1992.

CUNHA, E. P. **Karl Marx: elementos da determinação material da burocracia de Estado.** In: CUNHA, E.P. Marxismo e burocracia de Estado, Campinas: Papel Social, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **Democracia e bonapartismo no Brasil pós-Golpe.** In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

ENGLES, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Progresso, 2003.

FERNANDES, M. M. M. **O serviço social do INSS pós 2009: conquistas ameaçadas frente a reatualização do desmonte.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social. UFRS, 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade.** In: BOCHETTI, I. Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

FUNDAÇÃO GEUTLIO VARGAS (FGV). **Nota técnica: a pandemia de Covi-19 e os profissionais da assistência social no Brasil.** FGV, 2020.

GONÇALVES, R. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado.** In: Serviço Social e Sociedade, Nº 112. São Paulo: 2012a.

\_\_\_\_\_. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas.** In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Nº 31. Niterói: 2012b.

GUERRA, Y. **Transformações societárias, serviço social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas.** In: MOTA, A. E. F. S.; AMARAL, A. S. Cenários, contradições e peijas do serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, C. M. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

HUWS, U. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real.** Campinas: Editora Unicamp, 2017.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IPEA). **Nota técnica – análise da PEC 55.** Brasília: IPEA, 2016.

LAVORATTI, C. A entrevista no serviço social: características, usos e significados. In: LAVAROTTI, C.; COSTA, D. Instrumentais técnico-operativos no serviço social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

LAVINAS, L. **Renda básica de cidadania: a política social do século XXI: lições para o Brasil.** In: Fiedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise, Nº 47. Fiedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.

MARCONSIN, C. Documentação em serviço social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MAURIEL, A. P. O. **Expropriação de direitos, capitalismo dependente e transferência de renda: reflexões sob os efeitos da pandemia de Covid-19.** In: MAURIEL, A. P.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M.; LIMA, R. S. Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando, 2020

MARINI, R. M. **América Latina: integración y democracia.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro III.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, M. B. **Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro.** In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MEDEIROS, M. S. S.; BRANDÃO, B. C. S.; AMORIM, C. M.; VIEIRA, F. C. P.; SOARES, J. B. **O golpe de 2016 e o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** In: SILVA, F. R.; SILVA, A. A.; ALBUQUERQUE, C. S.; SILVA, L. S. OLIVEIRA, M. A. Trabalho e política social no contexto da intensificação do ajuste fiscal no Brasil. Fortaleza: Editora UECE, 2021.

MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (org.) **Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate.** São Paulo: Outras expressões, 2019, p. 145-163.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo SUAS 2018.** Brasília: MDS, 2018.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: MC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília: MC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília: MC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 19, de 24 de 2016.** Brasília, 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MC). **Censo SUAS – CRAS.** Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Informações sociais (RI.v4).** Brasília, 2022.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileiras nos anos 80-90.** São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000.** In: MOTA, A. E. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Serviço social brasileiro: insurgência intelectual e legado político.** In: SILVA, M. L. Serviço social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro.** In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

\_\_\_\_\_. **AMARAL, A. S. Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina.** In: MOTA, A. E. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário.** In Revista Katálises, V. 23. Florianópolis, 2020.

**MONTAÑO, C. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007.

**NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para uma história nova do serviço social no Brasil.** In: SILVA, M. L. O. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do serviço social.** MOTA, A. E. F. S.; BRAVO, M. I. S.; UCHOA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

**NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2009.

**OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **BRAGA, R.; RIZEK, C. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia às avessas.** In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

**PANIAGO, M. C. S. Marx, Mézaros e o Estado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

RECIFE. Portal da Transparência Recife. Recife: Prefeitura do Recife, [2021]. Disponível em:

<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/glossario/glossario.php?pagina=15&asunto=1#result>. Acesso em: 14 out. 2022.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. In: Serviço Social e Sociedade, Nº 112. São Paulo: 2012.

SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (org.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, J. W. B.; SILVA, S. S. S. **Demandas institucionais e respostas profissionais no sistema único de assistência social: novas aproximações**. In: Revista Temporalis, N. 36. Santa Catarina: UFSC, 2018.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): demandas institucionais e respostas profissionais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social no Brasil e a renovação das ideias neoliberais: uma análise do Programa Criança Feliz/Primeira Infância**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. **Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da Política de Assistência Social**. In: Revista Ser Social, Nº 46. Brasília: UNB, 2020.

SILVA, A. P. P. **Racismo e ultraneoliberalismo: uma abordagem sobre as expropriações de direitos das populações negras na crise contemporânea do Brasil**. In: MAURIEL, A. P.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M.; LIMA, R. S. Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando, 2020.

SILVA, M. M. **A política de assistência social na pandemia: há uma crise sanitária no caminho da crise do capital**. In: MAURIEL, A. P.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M.; LIMA, R. S. Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização**. In: Vértices, v. 22, n. esp. Campos dos Goytacases, 2020.

SILVA, F. M.; MELLO, S. P. T. **A noção de competência na gestão de pessoas: reflexões acerca do setor público**. In: Revista do Serviço Público, Nº 62. Brasília: ENAP, 2011.

SILVA, R. R. **A dinâmica do neoliberalismo e os ataques a seguridade social n Brasil**. In: MAURIEL, A. P.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M.; LIMA, R. S. Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando, 2020b.

SOARES, R. **Contrarreforma no SUS e o serviço social**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SOUZA, W. M.; AZEVEDO, P. V.; ASSIS, J. M. O.; SOBRAL, M. C. **Áreas de risco mais vulneráveis aos desastres decorrentes das chuvas em Recife – PE**. In: Revista Brasileira de Ciências Ambientais. ABES, 2014.

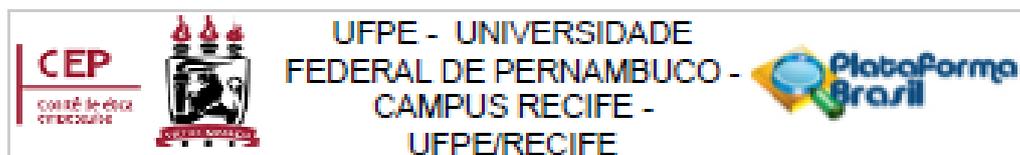
YASBECK, C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 110. São Paulo: Cortez, 2012.

**VASCONCELOS, A. M. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.**

## Apêndice A- Roteiro de entrevista

<b>Bloco 1: Cotidiano, demandas de trabalho e conjuntura pandêmica</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Como você descreveria seu cotidiano de trabalho aqui no CRAS?</li><li>2. Como sua rotina de trabalho se alterou durante a pandemia?</li><li>3. O que você descreveria como sua principal demanda de trabalho aqui no CRAS?</li><li>4. Surgiu alguma demanda de trabalho nova durante a pandemia?</li><li>5. Questionar sobre pobreza, caso isso apareça, sobre o impacto do trabalho do assistente social nesse fenômeno.</li></ol>
<b>Bloco 2: Cotidiano, Tecnologia e Flexibilização</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Durante o processo de observação percebi que você está sempre lidando com algum sistema (principalmente o SIAS e o Meu INSS), como você percebe/entende essa inserção de tecnologias da informação e comunicação no seu cotidiano de trabalho?</li><li>2. Você identifica o manuseio dessas tecnologias economiza tempo e da mais agilidade no seu trabalho?</li><li>3. Você é contratada como analista social pela gestão municipal e, além do assistente social, profissionais com outras especialidades profissionais podem realizar a mesma função. Como você avalia essa situação?</li><li>4. Você considera que existem atividades ou competências específicas de trabalho do assistente social aqui no CRAS ou algo que é recorrentemente direcionado ao assistente social como sua atividade de trabalho?</li><li>5. Você se considera um/uma trabalhador/a precarizado? Por que?</li></ol>
<b>Bloco 3: Particularidades dos sujeitos pesquisados</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Quando conversamos sobre sua história aqui no CRAS algumas vezes, por conta da sua vinculação política, você já sofreu perseguição política, já sofreu uma transferência forçada. Você poderia me falar um pouco mais sobre isso?</li></ol>

## Anexo A: Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa



Continuação do Parecer: 4.755.005

• Entender como instrumentos de trabalho, competências e atribuições profissionais, compositores do conteúdo do trabalho dos assistentes sociais vinculados aos CRAS Iburá de Baixo e Iburá de Cima/COHAB, relacionam-se à cultura profissional do serviço social brasileiro nos anos 2000.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**RISCOS:** O contato com os sujeitos da pesquisa no acompanhamento de suas atividades de trabalho pode gerar desconfortos e constrangimentos no seu desempenho, bem como, desgaste emocional e intensificação da jornada de trabalho pela sensação de avaliação geralmente atrelada à presença de um pesquisador no contexto de trabalho. Traçamos como forma de minimizar tais riscos o prévio esclarecimento junto aos sujeitos da

possibilidade de interrupção momentânea ou total da observação participante e das entrevistas semiestruturadas, além do prévio e contínuo (este último, caso identificada a necessidade por parte do pesquisador) diálogo acerca dos objetivos da pesquisa para construir confiança junto aos sujeitos quanto as reais finalidades pretendidas. A percepção e minimização de riscos contará ainda com o aporte teórico para o "trabalho de campo" e as intrínsecas relações de alteridade entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, compreendidas como efeitos de poder por Burawoy (2014);

Quanto aos riscos de contaminação oriundos da crise sanitária do Covid-19, seguiremos os protocolos gerais de segurança definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como os específicos definidos pela Prefeitura Municipal do Recife (PMR) para o cotidiano de funcionamento de suas instituições (Decreto Nº 33.535, de 18 de março de 2020), como o uso constante de máscara, higienização por meio de álcool em gel e/ou líquido nas mãos, superfícies e objetos, além da manutenção de distanciamento de no mínimo dois metros.

**BENEFÍCIOS:** Os benefícios diretos e indiretos, além daqueles referentes a urgência do conhecimento científico acompanhar impactos de fenômenos como a pandemia do Covid-19 nas diversas esferas da sociabilidade, encontram-se no aprofundamento do conhecimento em torno da incorporação e uso de tecnologias organizacionais, da informação e comunicação no desenvolvimento de atividades essenciais como o trabalho do assistente social nos CRAS, projetando balizas de seu aperfeiçoamento,

Endereço: Av. das Engenheiras, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600  
UF: PE Município: RECIFE  
Telefone: (011)2128-8588 E-mail: cep@ufpe.br

Página 02 de 04

Continuação do Parecer: 4.755.003

especialmente quando considerada sua necessidade enquanto os dos mecanismos de enfrentamento a já referida crise sanitária instaurada pela Covid-1

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo é relevante por explorar os avanços na incorporação de tecnologias organizacionais, da informação e da comunicação nas políticas de assistência social e como isso se desdobra no trabalho dos assistentes sociais no CRAS. São poucos os estudos sobre esse uso na produção brasileira, principalmente neste contexto pandêmico pela Covid – 19. Destaca-se que as tecnologias foram incluídas no trabalho com resultados ainda desconhecidos e pouco acompanhados pelo espaço da produção do conhecimento científico. A pesquisa é uma contribuição para preencher lacuna.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos anexados encontram-se em conformidade com as exigências do CEP.

**Recomendações:**

Substituir e evitar se referir a "sujeitos da pesquisa" no projeto e apêndices do estudo. O termo voluntários ou participante da pesquisa são mais adequados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Protocolo Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está **APROVADO** para iniciar a coleta de dados. Informamos que a **APROVAÇÃO DEFINITIVA** do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (Item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de **EMENDA** ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Continuação do Parecer 4.755/003

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1735094.pdf	26/04/2021 10:45:09		Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIDENCIALIDADE.pdf	26/04/2021 10:44:12	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/04/2021 10:42:40	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	23/04/2021 12:37:36	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	23/04/2021 12:35:00	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Outros	Curriculo_Jose_Whellison_Brito_dos_Santos.pdf	20/04/2021 09:28:50	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Outros	Curriculo_Juliane_Felix_Peruzzo.pdf	20/04/2021 09:20:13	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Outros	declaracao_vinculo.pdf	20/04/2021 09:06:14	José Whellison Brito dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	Carta_de_Anuencia.pdf	20/04/2021 09:04:57	José Whellison Brito dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 04 de Junho de 2021

Assinado por:  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. das Engenheiras, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-800 UF: PE Município: RECIFE Telefones: (01)2126-0565 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br
--